



Miguel dos Santos Carrapatoso

## A Arena Mediática

Relações entre fontes e jornalistas no âmbito do jornalismo político

Relatório de estágio do Mestrado em Comunicação e Jornalismo orientado pelo Professor Doutor  
Carlos Camponez apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

# A Arena Mediática

## Relações entre fontes e jornalistas

**Ficha Técnica:**

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Relatório do estágio</b>
<b>Título</b>	<b>A Arena Mediática – Relações entre fontes e jornalistas no âmbito do jornalismo político</b>
<b>Autor/a</b>	<b>Miguel dos Santos Carrapatoso</b>
<b>Orientador/a</b>	<b>Doutor Carlos Camponez</b>
<b>Identificação do Curso</b>	<b>2º Ciclo em Comunicação e Jornalismo</b>
<b>Área científica</b>	<b>Letras</b>
<b>Especialidade/Ramo</b>	<b>Jornalismo</b>
<b>Data</b>	<b>2014</b>



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

*À minha mãe,  
por todos os sacrifícios que fez por mim*

## **Agradecimentos**

Este trabalho é fruto de muito suor, dedicação e, convém admitir, de algumas noites perdidas. Todavia, sem o apoio e a ajuda preciosa de algumas pessoas, a quem agora pretendo fazer justiça, este relatório de estágio estaria ainda num plano metafísico.

Por isso, quero agradecer ao meu orientador, o Doutor Carlos Camponez, por toda a paciência – e não foi pouca –, pelas horas de sono perdidas, pelos conselhos valiosos e, não menos importante, pela simpatia e frontalidade com que sempre me tratou. O meu muito obrigado!

Também não podia nunca deixar de agradecer à equipa da secção política do *Diário de Notícias* e ao Nuno Galopim, que tão bem me trataram, que confiaram em mim e que me deram a oportunidade de mostrar o meu valor. O meu muito obrigado!

À Inês que sempre me deu ânimo e me ajudou a levar este barco a bom porto, o meu muito obrigado!

À minha irmã, pelo muito que me ensinou e por tudo que fez por mim, o meu muito obrigado!

Guardei o último parágrafo para agradecer à pessoa mais especial, a minha mãe, que nunca deixou de acreditar em mim e fez tudo ao seu alcance para que eu chegasse até aqui. Uma verdadeira heroína. O meu muito, muito obrigado!

## Resumo

A relação entre fontes de informação e jornalistas é uma das áreas mais complexas dos estudos sociológicos sobre a comunicação. Os investigadores dividem-se entre aqueles que defendem que os *media* são poderosos veículos de produção e reprodução de ideologias dominantes e meros porta-vozes das elites políticas e económicas, e aqueles que acreditam na autonomia dos jornalistas enquanto mediadores e negociadores do processo de construção noticiosa. Todavia, ambas as tradições sociológicas concordam num ponto: os *media* competem, hoje, num mercado ainda a tentar adaptar-se às novas tecnologias, altamente concorrido, desregulamentado e dominado pelos grandes empórios comunicativos. Esta realidade está a transformar profundamente o jornalismo como o conhecemos e a classe profissional é a que mais está a sofrer com estas mudanças: cada vez mais precária, cada vez mais desiludida e cada vez mais desmotivada. Baseado na minha experiência como estagiário da secção de Política do *Diário de Notícias*, este trabalho vai tentar levantar algumas questões sobre a relação entre estes jogadores. Jornalistas e fontes de informação digladiam-se pelo poder na arena mediática, com vitórias circunstanciais para ambos os lados? Ou faz sentido falar numa batalha perdida, com fortes prejuízos para uma profissão que sempre lutou pela sua liberdade e autonomia?

**Palavras-chave:** Jornalistas; fontes de informação; política; autonomia; concentração mediática

## **Abstract**

The relationship between journalists and *news* sources is one of the most complex areas of sociological studies of communication. Researchers are divided between those who argue that the media are powerful vehicles of production and reproduction of dominant ideologies and mere mouthpieces of political and economic elites, and those who believe in the autonomy of journalists as mediators and negotiators of news construction process. However, both sociological traditions agree on one point: the media compete today in a market still trying to adapt to new technologies, hyper-competitive, deregulated and large dominated by communicative emporiums. This reality is profoundly changing journalism as we know it and the professional class is the one that is suffering with these changes: increasingly poor, increasingly disappointed and increasingly disheartened. Based on my experience as an intern of the political section of the *Diário de Notícias*, this work will try to discuss some questions about the relationship between these players. Journalists and sources of information t battle it out for power on *media* arena, with circumstantial victories for both sides? Or it makes sense to talk about a battle which is already lost with heavy losses for a profession that has always fought for their freedom and autonomy?

**Key words:** Journalists; *news sources*; politic; autonomy; *media* concentration;

# Índice

Capítulo I - Apresentação do Estágio .....	11
1. <i>Diário de Notícias</i> : Um jornal centenário .....	11
1.1 A fundação.....	11
1.2 Anos de viragem.....	12
1.3 A Revolução de Abril, o Verão Quente e a direção de José Saramago.....	13
1.4 Do fim do PREC até à direção de Mário Mesquita.....	17
1.5 O caminho percorrido desde outubro de 1988 até hoje.....	18
1.6 2014: o futuro que se desenha hoje .....	19
2. A minha experiência no <i>Diário de Notícias</i> .....	21
2.1 Rotinas e práticas do <i>Diário de Notícias</i> .....	24
2.1.1 Secção de política .....	27
3. O tema de discussão .....	28
Capítulo II – Discussão Teórica .....	30
Introdução.....	30
1. Relação entre fontes e jornalistas .....	31
1.1 A corrente liberal-pluralista.....	31
1.1.1 Fontes oficiais e fontes não oficiais: o contributo de Leon Sigal .....	32
1.1.2 Os <i>news-promotors</i> de Molotch e Lester.....	35
1.1.3 O conceito de ronda de Mark Fishman.....	39
1.1.4 O acesso socialmente estratificado das fontes de informação.....	40
1.1.5 A relação sagrada entre fonte e jornalista.....	43
1.1.6 Arena mediática – assessores de imprensa, jornalistas e organizações noticiosas .....	46
1.1.7 O espaço das fontes não oficiais.....	58
1.1.8 O fenómeno das fontes anónimas .....	60

1.2	A corrente radical-conspiratória .....	62
1.2.1	Os primeiros definidores de Stuart Hall <i>et. al.</i> .....	63
1.2.2	Os interesses de classes.....	67
1.2.3	A função propagandística e antidemocrática dos <i>media</i> .....	70
1.3	O contributo aproximador de James Curran.....	74
2.	A crise da profissão de jornalista.....	81
2.1	As transformações impostas pelas novas tecnologias de informação .....	81
2.2	A crise de identidade dos jornalistas .....	84
3.	Questões finais.....	89
Capítulo III – Discussão crítica do estágio.....		90
Introdução.....		90
1.	Fontes de informação e jornalistas. A realidade do <i>Diário de Notícias</i> .....	91
1.1	O peso das fontes institucionais e o novo perfil socioprofissional dos jornalistas: Balança equilibrada ou relação de vassalagem? .....	91
1.2	O peso da natureza corporativa na relação entre fontes de informação e jornalistas: o contexto de crise do <i>Diário de Notícias</i> .....	96
2.	O peso das transformações das rotinas profissionais no produto informativo e na formação da opinião pública.....	98
2.1	O peso das agências de comunicação e da televisão nas rotinas profissionais: a homogeneização da informação. ....	99
2.2	As torres de marfim: a sedentarização dos jornalistas .....	102
2.3	A mercantilização do produto jornalístico: a Era da Hipérbole.....	103
2.4	O peso da especialização nas rotinas profissionais: jornalista militante e jornalismo como arma de arremesso?.....	107
3.	Questões finais.....	110
Conclusão .....		112
Bibliografia.....		114
Bibliografia utilizada .....		<b>Erro! Marcador não definido.</b>

Bibliografia Consultada.....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
Páginas da internet utilizadas .....	116
Anexos.....	118
Anexo I.....	119
Anexo II.....	120
Anexo III .....	121
Anexo IV .....	122
Anexo V.....	123
Anexo VI.....	124
Anexo VII.....	125

## Introdução

O presente trabalho nasceu da necessidade de perceber a complexa relação entre fontes de informação e jornalistas no âmbito do jornalismo político, dentro de um quadro de profundas transformações que estão a mudar a forma de fazer e de estar no jornalismo. A discussão que se segue será feita no quadro de um estágio realizado num jornal, ou seja, a partir de uma reflexão não estritamente académica.

Para tal, dividimos o relatório de estágio em três capítulos. No primeiro, faremos uma breve apresentação do estágio e da realidade e rotinas da redação. Recordaremos o passado, discutiremos o presente e tentaremos desvendar as sombras do futuro do *Diário de Notícias*, um jornal com mais de 150 anos de existência.

O segundo capítulo divide-se em dois grandes temas: a relação entre fontes e jornalistas e a crise da profissão de jornalista. Esta divisão é, a nosso ver, a mais acertada, porque acreditamos não fazer sentido discutir a relação entre este conjunto de atores sociais, sem traçarmos um perfil socioprofissional dos jornalistas e sem atentarmos aos problemas que enfrentam nos nossos dias.

Sobre o primeiro tema do segundo capítulo, parece-nos igualmente útil chamar atenção para a sua estruturação. Assim, analisaremos a complexa relação entre fontes de informação e repórteres à luz de duas grandes tradições sociológicas: a liberal-pluralista e a radical-conspiratória. De facto, bipolarizámos propositadamente a discussão teórica, em parte, para nos permitir destacar mais assertivamente os argumentos de uma e de outra tradição e, depois, para nos permitir aferir se é possível encontrar pontos de convergência entre duas correntes tão aparentemente antagónicas.

No terceiro, e último capítulo, focaremos as nossas atenções na experiência concreta no *Diário de Notícias*. O nosso objetivo é analisar algumas problemáticas levantadas no capítulo II e perceber como, na prática, jornalistas e fontes de informação convivem naquilo a que chamamos *arena mediática*. Levantaremos também grandes questões sobre as consequências da profunda crise económica e de identidade que atravessa o jornal e os seus profissionais. Nuvens negras adensam-se na linha do horizonte. Que futuro os aguarda?

# Capítulo I - Apresentação do Estágio

## 1. *Diário de Notícias*: Um jornal centenário

### 1.1 A fundação

Com 150 anos de vida, o *Diário de Notícias (DN)* é uma das mais antigas publicações de cariz informativo em Portugal. Fundado em dezembro de 1864 por Eduardo Coelho, homem das artes, escritor, tipógrafo e jornalista, juntamente com o 1º Conde de S. Marçal Tomás Quintino Antunes, o *DN* foi “um projeto inovador no registo do quotidiano político, social e cultural”<sup>1</sup> e “provocou uma viragem profunda na história do jornalismo”<sup>2</sup>.

Terminada a Guerra Civil em Portugal, com a vitória de D. Pedro IV e do constitucionalismo, o país conhece um longo período de paz militar, que viria a ser terreno fértil para o crescimento exponencial de publicações. É neste quadro que figura o surgimento do *DN*, cujos fundamentos seriam a prática de um jornalismo objetivo e isento. Nas palavras do seu criador, o jornal objetivava ser “uma compilação cuidadosa de todas as notícias do dia, de todos os países, de todas as especialidades, um noticiário universal”<sup>3</sup>, demarcando-se dos restantes jornais caracteristicamente panfletários e de grande intervenção nas discussões políticas e ideológicas.

Num clima de grande convulsão social, introduzido pelo flamejar dos ideais liberais e pela ânsia de romper com todo o passado absolutista, um período talvez só comparável ao fim da ditadura em 1974 e ao Verão Quente que lhe sucedeu, o *DN* conseguiu manter a isenção a que se propôs desde da sua fundação, como sublinha António Valdemar:

“Pouco depois do aparecimento do *Diário de Notícias*, eclodiu a Questão Coimbrã, a polémica Bom Senso e Bom Gosto (...) Eduardo Coelho (...) não aderiu a este movimento, mas também não o hostilizou. Dentro do estatuto do jornal, acompanhou a Questão Coimbrã, depois as Conferências Democráticas do Casino, os primórdios do republicanismo e do socialismo. Mais tarde, impulsionou e atribuiu o maior relevo ao III Centenário de

---

<sup>1</sup> A. VALDEMAR, “Um jornal que faz história e faz parte da História”, 29 de dezembro de 2004, in URL: [http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content\\_id=594419](http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=594419).

<sup>2</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>3</sup> *Idem, ibidem.*

Camões, e à unificação do Partido Republicano, que contribuiu para o regime consagrado em 1910 e que se mantém até hoje”<sup>4</sup>.

Além de alterar os moldes do jornalismo feito até então, elevando a grande reportagem ao mais nobre dos géneros jornalísticos, o *DN* viria ainda a revolucionar o mercado da publicidade através da introdução do pequeno anúncio. Desta forma, permitiu não só que a pequena burguesia *chegasse* às folhas do jornal, mas também, e mais importante ainda, conseguiu reduzir o preço dos jornais para “10 réis”<sup>5</sup> através do aumento das receitas publicitárias, “enquanto os jornais da altura custavam 30, 40 e até 60 réis”<sup>6</sup>.

O *Diário de Notícias* contava, igualmente, com alguns dos intelectuais mais brilhantes e influentes da época. Entre os que mais se destacavam, encontravam-se Eça de Queirós e Ramalho Ortigão que, entre os meses de julho e setembro do ano de 1970, publicaram sobre a forma de cartas anónimas, *O Mistério da Estrada de Sintra*<sup>7</sup>.

Por tudo isto, Eduardo Coelho figurará sempre e inegavelmente na história como um dos arquitetos do jornalismo moderno em Portugal. Desde a premissa inicial de criar “jornal de todos e para todos, para pobres e ricos de ambos os sexos e de todas as condições, classes e partidos”<sup>8</sup>, até ao momento em que abandona o cargo de diretor do jornal, exortando, ainda assim, a direção que o sucede a respeitar a “independência e autonomia da Nação (...): promovendo os progressos públicos de toda a ordem intelectuais, morais e materiais (...) [e] fazendo refletir todos os acontecimentos e todos os movimentos sociais, ainda os que pareçam mais insignificantes, seja em que meio e em que esferas forem”<sup>9</sup>. Eduardo Coelho lançou as bases para aquele que foi, durante largos anos, o jornal de referência mais importante e mais lido em Portugal.

## 1.2 Anos de viragem

Depois de Eduardo Coelho ter abandonado a direção do *Diário de Notícias*, em novembro de 1886, sucedeu-lhe o seu genro, Alfredo da Cunha, que manteve a política editorial do jornal. O momento de rutura com os ideais de isenção ideológica e política,

---

<sup>4</sup> A. VALDEMAR, “Um jornal que faz história e faz parte da História”, *op. cit.*

<sup>5</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>6</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>7</sup> Cronologia de Eça de Queiroz, Fundação Eça de Queiroz, in URL: <http://www.feq.pt/eca-de-queiroz.html>.

<sup>8</sup> A. VALDEMAR, “Um jornal que faz história e faz parte da História”, *op. cit.*

<sup>9</sup> *Idem, ibidem.*

proclamados desde da sua fundação, viria a chegar com a aquisição do jornal, em 1919, pela empresa *Companhia de Portugal e Colónias*. Com esta transição, tomou posse Augusto de Castro, advogado e jornalista de profissão, embora mais lembrado pela sua carreira política com origens ainda no regime monárquico e que se estendeu até ao Estado Novo, figurando na história como um dos atores mais relevantes do regime ditatorial – foi, entre outras coisas, comissário da Exposição do Mundo Português, em 1940, um evento de propaganda do regime e de teor nacionalista. Sob a alçada de Augusto de Castro, apenas intercalada pela direção de Eduardo Schwalbach, o *Diário de Notícias* aproximou-se da orientação ideológica dos regimes conservadores-fascistas da Europa, como comprovam, por exemplo, as entrevistas de António Ferro, jornalista e, mais tarde, diretor do Serviço Nacional de Propaganda, aos grandes ditadores: Mussolini, Primo de Rivera, Gabriele d’Annunzio, António de Oliveira Salazar e, inclusive, Adolf Hitler<sup>10</sup>.

O rigor jornalístico e a imparcialidade prometidos pelo diário mais antigo do país viveriam então na negritude dos 48 anos do regime de Salazar/Caetano e nos dois anos de enorme instabilidade social que lhes seguiram. Nesse período, o jornal foi uma ferramenta e uma máquina de propaganda ao serviço, primeiro, das forças conservadoras de direita, e, depois, dos atores mais à esquerda da revolução. Estes anos iriam ferir de morte a integridade do jornal e usurpar-lhe parte da sua identidade.

### **1.3 A Revolução de Abril, o Verão Quente e a direção de José Saramago**

Com a Revolução dos Cravos, as amarras imperiosas do lápis azul quebraram-se e os ideais de Abril brotaram nas redações dos vários jornais. Vivia-se uma nova aurora no jornalismo português, prometedormente radiante. Mas os sonhos de uma informação ideologicamente livre e pluralista – e não só esses – evaporaram-se no calor do Verão que lhe seguiu.

Nesse cenário, e depois da queda do regime e o exílio de Marcelo Caetano, instala-se no país uma luta intensa pelo poder, à qual os jornais, e mais concretamente o *Diário de Notícias*, não ficaram indiferentes. Após o afastamento do general António Spínola, que chegou ao poder na sequência do golpe militar de ‘74, sucede-lhe, como

---

<sup>10</sup> Cf. F. FERNANDES, “A caça a Hitler pelas cervejarias de Munique”, 2 de agosto de 2014, in URL: [«http://150anos.dn.pt/2014/08/02/a-caca-a-hitler-pelas-cervejarias-de-munique/»](http://150anos.dn.pt/2014/08/02/a-caca-a-hitler-pelas-cervejarias-de-munique/).

Presidente da República, Francisco da Costa Gomes, que viria a nomear o general Vasco Gonçalves, como chefe do II, III, IV e V governos provisórios de Portugal

Sob a liderança de Vasco Gonçalves, o país vivia um clima de grande instabilidade e convulsão social, com várias correntes ideológicas e forças político-partidárias a digladiarem-se no centro do tabuleiro do poder. É neste contexto que, a 11 de março de 1975, as forças lideradas por Spínola, descontentes com o rumo vertiginoso à esquerda para o qual o país se estava a dirigir e insatisfeitos com o *modus operandi* do processo de descolonização, encetaram uma tentativa de golpe de Estado que, no entanto, se revelaria frustrada. Este evento viria a ser o catalisador que Vasco Gonçalves necessitava para intensificar o *Processo Revolucionário em Curso* (PREC). Para tal, é formado, a 14 de março de '75, na ressaca do golpe falhado, o *Conselho Superior da Revolução*, composto pelo Presidente da República, pelo primeiro-ministro e pelas altas chefias militares. Foi sob o protetorado desta tutela militar que Vasco Gonçalves conseguiu instituir uma série de reformas político-económicas profundas e fraturantes com o passado, entre as quais destacaremos, como melhor nos apraz, o processo de nacionalização de setores fundamentais da economia portuguesa, como os Transportes, os Seguros, mas, sobretudo, a Banca.

A maioria dos jornais portugueses não ficou indiferente a este processo de nacionalização, visto que, na sua generalidade, pertenciam a instituições destes setores. Ainda assim, o *DN* passou ao lado da nacionalização. Isto porque a *Companhia Portugal e Colónias* (que adquiriu o jornal em 1919, conforme foi explicado anteriormente) já era em grande parte detida pela *Caixa Geral de Depósitos* antes da Revolução de Abril. Todavia, o jornal não tardou em colocar-se ao serviço da máquina de propagação das forças afetas ao MFA, a Vasco Gonçalves e ao Partido Comunista liderado por Álvaro Cunhal, secundarizando, silenciando ou mesmo atacando tudo que não servia as orientações ideológicas dos atores da revolução. Eram tempos de verdadeira guerrilha ideológica, de saneamentos e de perseguição política que viriam a desencadear e a conhecer o seu apogeu durante o Verão Quente.

Este período ficou marcado por alguns episódios de violência, com várias vítimas entre os dois lados das barricadas. Foram atacadas várias sedes do Partido Comunista no norte e centro do país, grupos de extrema-esquerda perseguiam e atacavam membros e edifícios dos partidos mais conservadores ou de direita, a

sociedade civil e as comissões de trabalhadores ocupavam terrenos latifundiários, fábricas e aquilo que acreditavam serem símbolos afetos ao antigo regime ou, como no caso do jornal *República*, órgãos alegadamente críticos do PCP. Os próprios militares estavam divididos em duas alas: de um lado, o *Comando Operacional do Continente* (COPCOM) liderado por Otelo Saraiva de Carvalho, apoiante de Vasco Gonçalves, do Presidente da República, Costa Gomes, e do *Conselho da Revolução*, este cada vez mais influente e com maior poder de intervenção; e do outro lado, uma facção das forças armadas mais conservadora liderada, por Melo Antunes, que contestava, entre outras coisas, a aproximação do regime português aos modelos de socialismo que dominavam o leste da Europa, expressando esse mesmo descontentamento no célebre *Documento dos Nove*. Estes fatores e a derrota do PCP nas eleições de abril de 1975 para a Assembleia Constituinte viriam a ser causa e consequência do acentuar das diferenças fraturantes entre aqueles que defendiam um regime sustentando no PREC posto em prática pelo governo de Vasco Gonçalves e aqueles que defendiam a legitimação dos partidos como força dominante na condução dos destinos do país.

Mas foi com a chegada de Luís de Barros e José Saramago, que substituíram, a 31 de março de 1975, os diretores José Ribeiro dos Santos e José Carlos Vasconcelos, que o *DN* conheceu a sua fase mais conturbada desde da Revolução de Abril. Entenda-se que a adjetivação anterior não tem nada de crítica ideológica ou política, mas sim de crítica à inexistência de um jornalismo isento. Isenção, essa, que não postulava definitivamente na linha editorial do jornal. O próprio diretor Luís de Barros foi cáustico em admiti-lo aquando da tomada de posse, afirmando que:

“(...) o *DN* deve acompanhar o exemplo de perseverança e coragem do MFA e que tem de estar voltado para a defesa dos interesses do povo português, indo, porventura, à frente do processo revolucionário em curso e utilizando a liberdade de imprensa com vista à conquista de novas liberdades”<sup>11</sup>.

Era expressamente visível a orientação política da dupla de diretores e era igualmente certo que, daí em diante, não existiriam quaisquer veleidades de pluralismo ideológico e, subsequentemente, informativo. Nesta batalha pela visibilidade – e visibilidade era, já na altura, entendida como poder – em muito contribuiriam os tratamentos noticiosos dados às diferentes forças em jogo, quer em termos quantitativos,

---

<sup>11</sup> L. BARROS, *apud* J. FIGUEIRA, *Os Jornais Como Actores Políticos*, MinervaCoimbra, 2007, p. 96.

quer qualitativos. A análise de João Figueira, inscrita na sua tese de mestrado, é bem reveladora da tendência ideológica claramente assumida pelo jornal. No período de 10 de julho a 20 de setembro de 1975, em pleno Verão Quente, o autor constata que:

“(...) o PCP, o MFA e o general Vasco Gonçalves foram, respetivamente, o partido, a instituição e a figura que mais vezes foram referidos nos títulos do jornal, sempre de forma elogiosa e com maior destaque e acesso ao espaço do jornal”<sup>12</sup>.

Já o Partido Socialista (PS) e Mário Soares eram representados “em 90 por cento dos casos”<sup>13</sup> de forma desfavorável e em tom crítico.

“Ele [Mário Soares] é o principal adversário político do jornal e da esfera em que este se insere, pelo que todos os códigos comunicativos materialmente representados no corpo do jornal são utilizados como elemento de poder nessa luta ideológica”<sup>14</sup>.

Todavia, nem a própria redação do *DN* era imune à instabilidade político-social daqueles meses, o que levou ao saneamento político de 24 jornalistas que exigiam uma mudança do rumo do jornal. Nada que tivesse fragilizado a posição de Saramago, que reiterou as intenções da publicação em seguir como “instrumento nas mãos do povo português, para a construção dessa linha já adotada pelo Conselho Superior da Revolução”, incitando quem não acreditasse naquele projeto a “abandonar o Diário de Notícias”<sup>15</sup>.

O empenhamento ideológico que transbordava das páginas do jornal – que não pode, evidentemente, ser descontextualizado de um momento de grande convulsão social e de uma lógica concorrencial alinhada, sem grandes diferenças de estilo, pelos mesmos princípios jornalísticos – aliado ao peso e relevância da publicação, conquistados pelo número muito superior de tiragens em relação à concorrência, fizeram do *DN* um dos “mais decisivos órgãos ‘oficiais’ do PREC”<sup>16</sup>, identidade que só viria a abandonar no pós-25 de novembro.

---

<sup>12</sup> J. FIGUEIRA, *Os Jornais Como Actores Políticos*, op. cit., p. 97.

<sup>13</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>14</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>15</sup> J. SARAMAGO, *apud* FIGUEIRA, *Os Jornais Como Actores Políticos*, op. cit., p. 96.

<sup>16</sup> *Idem, ibidem.*

#### 1.4 Do fim do PREC até à direção de Mário Mesquita

Depois de Vasco Gonçalves ter sido demitido em consequência da perda do apoio da ala mais radical das Forças Armadas – antes aliada – e, claro está, da contestação generalizada dos restantes quadrantes político-partidários, Portugal era liderado pelo almirante Pinheiro de Azevedo, primeiro-ministro do VI Governo Provisório. No dia 25 de novembro de 1975, o país viria a assistir a mais uma tentativa de golpe de Estado protagonizada pelos militares afetos à extrema-esquerda, que, todavia, se revelou frustrada. Este acontecimento viria a precipitar o fim do Verão Quente e a ordem militar e civil viria a ser recuperada progressivamente e restaurada em definitivo com as eleições legislativas de 25 de abril de 1976, que deram a vitória a Mário Soares e ao PS com quase dois milhões de votos (quase 35% dos votantes)<sup>17</sup>. Três meses mais tarde, em julho desse mesmo ano, António Ramalho Eanes, símbolo e o grande líder que comandou a resposta militar à tentativa de golpe de Estado de novembro vence também as eleições presidenciais com praticamente o dobro dos votos combinados de Otelo Carvalho de Saraiva e Pinheiro de Azevedo<sup>18</sup>. Foi a resposta clara do povo português, que definiu assim o rumo do país depois da Revolução de Abril e que escolheu para si um modelo político mais próximo à social-democracia europeia.

Os jornais não ficaram indiferentes às mudanças de poder no xadrez político e o *Diário de Notícias* não foi exceção. À semelhança do que aconteceu na maioria dos jornais sob o controlo do Estado, a direção do *DN* (Luís de Barros e José Saramago) foi demitida e para o seu lugar foram nomeados Vítor Cunha Rego e Mário Mesquita, com uma postura e um discurso muito menos radical e mais pluralista.

“A informação toca mais áreas e integra nas suas páginas correntes de opinião, anteriormente ignoradas ou muito secundarizadas, traz mais notícias e, nessa perspetiva, é mais diversificada e os seus textos são definitivamente menos doutrinários do ponto de vista da sua implicação política e partidária”<sup>19</sup>.

Em 1976, Vítor Cunha Rego abandona a direção do jornal para assumir o cargo de Secretário de Estado Adjunto do Governo de Soares, deixando a pasta a João Gomes. No ano de 1978, e até 1986, Mário Mesquita assume definitivamente o cargo de

<sup>17</sup> Eleições legislativas de 1976. Dados oficiais da Comissão Nacional de Eleições, in URL: [«http://www.cne.pt/content/eleicoes-para-assembleia-da-republica-1976»](http://www.cne.pt/content/eleicoes-para-assembleia-da-republica-1976).

<sup>18</sup> Eleições presidenciais de 1976. Dados oficiais da Comissão Nacional de Eleições, in URL: [«http://www.cne.pt/content/eleicoes-para-o-presidente-da-republica-1976»](http://www.cne.pt/content/eleicoes-para-o-presidente-da-republica-1976).

<sup>19</sup> J. FIGUEIRA, *O Essencial Sobre a Imprensa Portuguesa (1974-2010)*, Angelus Novus, 2012, p. 43.

diretor do jornal, marcando um período em que o jornal foi, à semelhança do seu diretor<sup>20</sup>, uma publicação de grande preocupação deontológica, graças em muito ao corte com os desvios e transgressões ético-jornalísticas que marcaram o período da Revolução. Mas esta despolitização, que em boa verdade nunca aconteceu porque o jornal pertencia ao Estado, sendo mais correto caracteriza-la como demissão da participação pública no debate ideológico que antes fazia parte do seu *ADN*, teve um custo pesado: o *DN* perdeu leitores e o estatuto de líder dos jornais de referência em Portugal.

“Como diário do «Estado e do povo», segundo a expressão da direção do jornal, respeitava o primeiro, sem erradicar o segundo. Mas sem grandes rasgos nem chama. Percebe-se porquê. Embora com preocupações de ordem ética e servido de alguns excelentes profissionais, o *DN* sofreu até à sua reprivatização as insuficiências ditadas pela natureza do órgão de comunicação social nacionalizado”<sup>21</sup>.

### **1.5 O caminho percorrido desde outubro de 1988 até hoje**

As décadas que se seguiram à Revolução de Abril foram prósperas em transformações profundas em todos os quadrantes da sociedade e o país percorreu em passada larga o caminho para a modernização, voltando-se para a Europa. O jornalismo português seguiu-lhe o exemplo e mudou radicalmente. Na nova aurora económica que o país conhecia, com o dinheiro dos fundos europeus a jorrarem dos cofres portugueses e com uma postura governativa mais liberal, veio também a liberalização do mercado da comunicação social. Fruto desse cenário, os anos 80 e 90 foram marcados pelo surgimento de várias publicações privadas como o *Correio da Manhã* (1979), o jornal *O Independente* (1988) e o *Público* (1990); e pela (re)privatização de outros tantos jornais, onde destacaremos o caso do *Diário de Notícias*, que revolucionaram a forma de fazer jornalismo em Portugal e que vieram agitar as águas – o mercado, entenda-se.

No dia 15 de maio de 1991 o *DN* foi adquirido pela *Lusomundo* do coronel Luís Silva, mas o processo de reprivatização do jornal tinha já começado em 1988, quando o governo de Cavaco Silva alienou parte da *Empresa Pública Notícias Capital* (EPNC), o que resultou da venda do jornal *A Capital* e do antigo edifício do *Diário de Notícias* sediado no Bairro Alto. Sob a batuta de Mário Bettencourt Resendes, que desde de

---

<sup>20</sup> Foi membro fundador do Partido Socialista e eleito deputado pelo partido, mas em 1978 renunciou ao cargo e afastou-se para sempre da política enquanto atividade profissional.

<sup>21</sup> J. FIGUEIRA, *O Essencial Sobre a Imprensa Portuguesa (1974-2010)*, op. cit., p. 45.

março de 1992 detinha o cargo de diretor do jornal, o *DN* “renova-se e moderniza-se, tanto na sua estrutura editorial, como na imagem gráfica e na introdução da cor na capa e nas suas páginas interiores”<sup>22</sup> com o objetivo de recuperar a “influência do jornal e disputar com o *Público* a liderança do mercado dos diários de referência”<sup>23</sup>. Aposta, essa, que viria a ser ganha na segunda metade dos anos 90.

Todavia, o novo milénio foi marcado pela crise galopante do setor, que alimentou novas passagens de testemunho entre os detentores do jornal. Em novembro de 2000, a *PT Multimédia* compra na totalidade a *Lusomundo* e, conseqüentemente, o *DN*. Porém, apenas cinco anos depois, a *Controlinveste Media*, de Joaquim Oliveira, co-fundador da *Oliverdesportos*, adquire a *Lusomundo* e passa a controlar órgãos de informação como o *Diário de Notícias*, o *Jornal de Notícias*, o *24 Horas*, *O Jogo* e a *TSF*, fazendo de Joaquim de Oliveira um dos homens mais poderosos da comunicação social portuguesa.

Com tão profundas alterações, em tão reduzido espaço de tempo, o jornal volta a cair em qualidade e perde posições no mercado. Sob a liderança muito contestada de Fernando Lima, o *DN* conheceu dias de grande instabilidade e de quezílias internas, graças, em grande medida, ao passado do seu diretor como assessor e homem de confiança de Cavaco Silva.

Até que em fevereiro de 2007, já depois do afastamento de Fernando Lima e da direção que o sucedeu (!), Joaquim Oliveira nomeia João Marcelino, que traz na bagagem a sua experiência como diretor do *Correio da Manhã* e, com ela, práticas e rotinas mais próximas do jornalismo tabloide, algo *contra-natura* ao código genético do *Diário de Notícias*. O “objetivo e bandeira [do jornal] já não é, como no passado, ser o principal diário de referência, mas sim de «preferência»”<sup>24</sup>.

### **1.6 2014: o futuro que se desenha hoje**

O *Diário de Notícias* tem atualmente uma média de tiragem e circulação diária que se situa entre os 30 e 20 mil exemplares respetivamente, o que lhe dá o estatuto de quarto jornal generalista diário mais vendido do país. Em 2000, o jornal tinha o dobro

---

<sup>22</sup> J. FIGUEIRA, *O Essencial Sobre a Imprensa Portuguesa (1974-2010)*, op. cit., p. 45.

<sup>23</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>24</sup> *Idem, ibidem*, p. 43.

da circulação e uma média de tiragem diária de 65 mil exemplares<sup>25</sup>. Em 2013 a dívida do grupo *Controlinveste* aos credores BCP e BES ascendia aos 300 milhões de euros. Depois de os bancos credores terem chegado a acordo com o grupo de Joaquim Oliveira para converter em capital três quartos da dívida do grupo, reduzindo assim o passivo de 300 milhões para 70 milhões, o angolano António Mosquito, empresário que fez fortuna nos setores automóvel, petrolífero e da construção civil, e Luís Montez, genro de Cavaco Silva, detentor da produtora de espetáculos e concertos *Música no Coração* e do Meo Arena (antigo Pavilhão Atlântico) compram, no dia 28 de fevereiro de 2014, respetivamente 27,5 e 15 por cento das ações da empresa de Joaquim Oliveira. O BES e o BCP detêm entre si 30 por cento das ações do grupo. No dia 25 de março, Daniel Proença de Carvalho é nomeado presidente do Conselho de Administração. Advogado reconhecido, ocupou cargos de relevo como ministro da Comunicação Social (1978), presidente do Conselho de Administração da RTP (1979), mandatário nacional da candidatura presidencial de Cavaco Silva (1996) e ocupou, posteriormente, cargos diretivos no BES e na *ZON Multimédia*. Fundou ainda a empresa *Interoceânico* de que é líder Carlos José da Silva. O advogado angolano é presidente do *Banco Atlântico* que tem como acionista a *Sonangol*. A empresa petrolífera é a principal acionista do BCP, cujo vice-presidente da administração é, imagine-se, Carlos José da Silva. António Mosquito comprou, em 2008, 12 por cento das ações do *Banco Caixa Geral Totta* de Angola. No mesmo negócio, e em parceria com Mosquito, a *Sonangol* adquiriu 25 por cento das ações do banco. A *Sonangol*, além da participação no BCP, é acionista indireta da *Galp Energia* em parceria com Isabel dos Santos, filha do presidente angolano.

Recentemente, no dia 11 de junho de 2014, mais de centena e meia de trabalhadores do grupo foram despedidos, entre os quais 65 jornalistas, a maior parte do *Diário de Notícias*. Neste cenário, conseguirá o *DN* erguer-se de novo como jornal de referência, servindo, ainda assim, os objetivos económicos – indubitavelmente legítimos, mas necessariamente preocupantes – da nova direção? Manter-se-á imparcial perante as suspeitas de corrupção que, não raras vezes, nos chegam de Angola e do regime de José Eduardo dos Santos? Conhecidas que são as ligações entre os diferentes novos *jogadores*, será afeto a alguma força política? Aquando o meu estágio, já se

---

<sup>25</sup> Dados oficiais da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação, in URL: [«http://www.apct.pt/Analise\\_simples.php»](http://www.apct.pt/Analise_simples.php).

discutia nos corredores do jornal, da possibilidade de despedimentos coletivos. Veio, infelizmente, a concretizar-se. Mas será que a carnificina fica por aqui? Antigos e recentes colaboradores serão demitidos? A hipótese de reestruturação completa do grupo não está, de todo, afastada. Desaparecerá uma das publicações? *DN* e *JN* serão fundidos? São muitas as questões, mas ainda é demasiado cedo para responder. Certo é que 2014 traçará para sempre o futuro de um jornal que resistiu à Monarquia, sobreviveu ao Estado Novo e aos anos quentes que lhe seguiriam, numa jornada pincelada por alguma turbulência. Conseguirá resistir a esta nova era?

## **2. A minha experiência no *Diário de Notícias***

***“If you can find a path with no obstacles, it probably doesn't lead anywhere.”***

**Frank A. Clark**

Como se integra um protojornalista ainda vergado pelo peso da capa negra, a cheirar à resina dos bancos da faculdade e ao verde dos seus 21 anos num jornal com mais de 150 anos de história e numa secção com o peso e a relevância histórico-social da Política?

Devo admitir que condensar a aventura provavelmente mais enriquecedora da minha vida em tão poucas páginas não se avizinha tarefa fácil. Foram, inequivocamente, três meses estimulantes e preenchidos de grandes conquistas pessoais.

A minha jornada no *Diário de Notícias* fez-se de momentos marcantes. O primeiro e talvez o mais importante foi a minha entrevista pré-estágio com o jornalista Nuno Saraiva, subdiretor do *DN*. Depois de um breve folhear da edição do dia, de ter revisto comigo e com os meus colegas entrevistados as várias secções e as suas diferentes dinâmicas, pediu-me que escolhesse uma onde estagiar. Esta interpelação não foi, evidentemente, surpresa para mim. Afinal de contas, sabia como funcionava todo o processo. Mas ali, confrontando com aquele manancial de opções à minha disposição, consciente que a área e a equipa que me acolhesse ditariam diretamente o sucesso ou o insucesso do meu trabalho, hesitei. Naquele momento, antes de responder, imaginei-me a pedir um desconto de tempo. Saber-me-ia bem um gole de uma qualquer bebida energética, conferenciar com os meus colegas de equipa, receber umas palmadinhas nas costas, ouvir as orientações do *mister* e, porque não, soltar um grito de guerra a plenos

pulmões antes de entrar novamente em campo. Não sendo possível, limitei-me a respirar fundo e a manter a decisão tomada praticamente desde do momento em que defini o *DN* como meu local de estágio: queria trabalhar na secção de política.

Esta decisão não deve ser, de todo, relativizada, porque a meu ver, caracterizou a postura com que sempre encarei esta experiência: estava ali determinado em aprender. Passo a explicar. A vida política nacional era para mim um caminho por desbravar. É certo que, perante os acontecimentos políticos do nosso país, prestava a atenção dupla de um estudante de jornalismo e de cidadão preocupado. É também certo que intervinha em pequenas tertúlias de mesa de café sempre que o assunto me despertava alguma paixão. Mas não tinha, nem nunca tive e duvido que alguma vez venha a ter qualquer interesse pelas verdades dogmáticas vomitadas em comícios e arruadas, em *juventudes* e em gabinetes ministeriais, em Belém ou em São Bento. Não tinha sequer interesse em imiscuir-me num meio que, confesso, me criava, e ainda cria – ainda que perceba melhor as regras do jogo – alguma repulsa. Todavia, como aspirante a jornalista não podia ignorar as minhas debilidades numa área tão importante e tão influente da agenda dos *media*. Este era o momento-chave para adquirir valências essenciais para o meu futuro.

O segundo fator que mais pesou na minha decisão – este, admito, não tão nobre como o anterior – foram as primeiras palavras de Nuno Saraiva: “é praticamente impossível que algum de vocês [estagiários] fique a trabalhar no jornal”. Se precisava de mais algum empurrão para encarar definitivamente esta jornada como mais um passo no meu processo de aprendizagem, estas palavras tão frias e secas, ainda que honestamente lamentadas, foram o *baque* decisivo. Afinal, de que me serviria estagiar numa secção como a do *Desporto*, por exemplo, onde, graças ao *background* de uma existência curta, mas largamente dedicada a ver e a praticar desporto, me poderia destacar mais facilmente e almejar a uma oportunidade séria, ou melhor dizendo, remunerada, se essa oportunidade, valesse eu o que valesse, não estava, *a priori*, em cima da mesa? Assim, tomada a decisão, começou a minha experiência como jornalista estagiário da secção de *Política* do *Diário de Notícias*.

Como primeiro e maior obstáculo que tive de enfrentar tenho de destacar a desconfiança dos jornalistas seniores da secção em delegar tarefas num jovem com menos anos de vida do que aqueles que eles tinham de carreira. Desconfiança é talvez

um termo demasiado pesado. Chamemos-lhe antes resistência. Inicialmente, encarei essa resistência como algo pessoal. Assumi como verdade irrevogável que passaria o resto da minha existência naquele jornal centenário entregue a *trabalhos menores*. O nervosismo traduzido na voz hesitante empregada nos primeiros contactos com a equipa, qual adolescente na puberdade, ter-me-ia traído e traçado o destino. Felizmente estava errado.

Assim, ultrapassada a primeira fase de reconhecimento de competências e de perda de alguma timidez – por vezes paralisante – comecei, efetivamente, a ter mais trabalho e mais responsabilidades. Ainda que a minha principal tarefa fosse a página de fecho da secção, onde se encontram as notícias mais pequenas (as *breves*), maioritariamente feitas a partir de um ou vários *takes* da *Agência Lusa*, recorde, como primeira missão de maior relevo, a cobertura do lançamento do livro de Domingos Névoa (*Bragaparques - A hora da verdade*), no dia 17 de setembro, duas semanas apenas após o início do meu estágio. Além do reconhecimento que tive por parte da minha equipa e dos meus editores, não posso deixar de referir o orgulho que me trouxe o facto de a minha peça ter sido destacada por João Miguel Tavares na sua crónica habitual no jornal *Público*. Passo a citar: “Há notícias que passam tristemente despercebidas e, no entanto dizem mais sobre este país do que uma resma de relatórios do FMI. Veja-se o caso do lançamento do livro *Bragaparques: A Hora da Verdade* (edição Alêtheia) (...) Por uma imperdoável distração, as televisões estiveram ausentes, tal como a maior parte dos jornais, mas o Diário de Notícias fez um pequeno artigo de rodapé sobre o evento, sintomaticamente intitulado "Bloco central ao lado de Domingos Névoa". Começava assim: «Foi numa sala do Hotel Plaza recheada de figuras ilustres, entre os quais Fernando Seara, candidato social-democrata à Câmara Municipal de Lisboa, e João Soares, ex-presidente da autarquia, que se deu o lançamento do livro de Domingos Névoa, *Bragaparques - A Hora da Verdade*». Não tenho dúvidas de que este pequeno episódio tenha sido um momento de viragem na minha carreira de estagiário e uma prova, sobretudo para mim mesmo, de que era realmente capaz.

A partir desse momento vieram outros episódios de alguma relevância. Contactei diretamente com fontes ligadas ao Bloco de Esquerda e ao movimento *Que Se Lixe a Troika*, participei na cobertura de duas manifestações, uma desse movimento e outra da CGTP/IN. Estive presente em duas conferências de imprensa, uma de Rui Tavares,

fundador do Partido Livre, e outra de Catarina Martins, coordenadora do Bloco de Esquerda. Ao mesmo tempo, partilhava a responsabilidade de procurar e propor notícias para a página de fecho, mas também para outras páginas do jornal sempre que a oportunidade surgia. Devo ainda destacar uma pequena investigação que fiz sobre os cortes feitos no Estado Social (Segurança Social, Saúde e Educação) desde 2009 até 2014, que envolveu a análise exaustiva dos respetivos Orçamentos de Estado. A posterior abordagem jornalística não foi, obviamente, da minha responsabilidade, atendendo à dimensão da reportagem, mas foi um trabalho bastante desafiador e muito elogiado pelos meus editores.

Não posso deixar de sublinhar a minha colaboração com a secção de *Cultura* do jornal. Por pura necessidade de mão-de-obra, o editor da secção convidou-me a fazer a reportagem do festival *Caixa Alfama*, um evento com mais de 40 fadistas, que atuaram em 10 palcos diferentes. Foi, pela sua grandeza, pelos espaços que percorri, pela música e intérpretes que ouvi e pelas pessoas que conheci, uma experiência única. E aparentemente bem-sucedida porque fui convidado a fazer a cobertura de mais dois eventos: o concerto de homenagem a Lou Reed, no Largo do Intendente e o festival *Vodafone Mexefest*, outra experiência enriquecedora que me valeu, no meu último dia de redação, o *prémio* de assinar *à cabeça* a reportagem, algo que, por ditames da direção, estagiário algum pode fazê-lo. Se de facto entrei no jornal de forma tímida, posso dizer que saí em grande, prova do meu progressivo crescimento enquanto aprendiz de jornalista. Maior reconhecimento teria sido impossível.

## **2.1 Rotinas e práticas do *Diário de Notícias***

Em termos estruturais, o *Diário de Notícias*, à semelhança do que tem sido feito noutras redações um pouco por todo o mundo, assumiu um modelo de disposição da redação e das equipas editoriais em *open space*. Desta maneira, e como pude observar *in loco*, as amarras e os constrangimentos espaciais que limitavam o contacto dos redatores às suas próprias secções diminuíram.

Na prática, as várias equipas editoriais estão organizadas em diferentes mesas dispostas ao longo de um amplo espaço onde, bem no seu epicentro, está uma enorme mesa redonda ocupada pelos editores executivos do jornal, que são responsáveis, entre outras coisas, pela coordenação e pelo supervisionamento de todo o trabalho produzido na redação e pela organização de cada edição do jornal.

No que diz respeito às várias secções do *DN*, os redatores das mesmas respondem sempre perante um editor e um editor-adjunto que, além de escreverem algumas das notícias mais relevantes, ainda delegam trabalhos, coordenam e editam as peças jornalísticas dos restantes redatores e são, a par do editor executivo da secção, os responsáveis por definir a estrutura da página e o espaço que cada notícia deve ocupar.

Todavia, a organização do jornal não se esgota aqui. Há ainda que destacar o papel imprescindível do departamento de *Arte* e de *Infografia*, responsáveis por todas as componentes gráficas do jornal, e da *Secretaria da Redação*, a quem cabe, por exemplo, o tratamento de toda a logística que envolve, entre outras coisas, as deslocações de jornalistas e a gestão da agenda.

No panorama jornalístico atual, parece-nos de especial relevância analisar e refletir sobre duas outras valências da redação do *DN*, nomeadamente, os *Grandes Repórteres*, assim denominados, e a secção *Digital* do jornal. Os primeiros são, de um modo geral, responsáveis por produzir grandes reportagens, publicadas durante o fim de semana. São peças de investigação muito mais extensas e aprofundadas comparativamente à maioria das notícias e têm o condão de colmatar e contrariar a crescente fragmentação e descontextualização histórica da informação que circula nas publicações de cariz diário. Um esforço de louvar num clima em que as restrições orçamentais, o número reduzido de jornalistas e o paradigma da instantaneidade e do imediatismo noticioso domaram as decisões editoriais.

Como se do outro lado da moeda se tratasse, temos a secção *Digital* do jornal, principal responsável pela edição *online* do *Diário de Notícias*. A nosso ver, é uma tentativa frustrada de trazer um jornal centenário para o século XXI. Passmos a explicar. Apesar de formada por jornalistas de uma competência acima de qualquer suspeita, a secção é um organismo praticamente autónomo dentro da Redação, com as suas próprias práticas e rotinas e que só excecionalmente se articula com as restantes secções. Apesar da prevalência da norma que impunha que, sempre que se tratasse de uma notícia mais relevante, o mesmo jornalista a escrevesse para o “papel” e para o *site*, não raras vezes, a mesma notícia era tratada para o suporte impresso e para o suporte *online* de forma completamente diferente e sem qualquer tipo de coordenação entre os dois jornalistas responsáveis, com evidentes e inexplicáveis lacunas de informação no caso do *online*. Episódios existiram, estes obviamente menos frequentes, de peças

produzidas e publicadas *online* a partir de *takes* da agência *Lusa*, quando, no local do acontecimento noticiado, estava destacado um colaborador do jornal. Estas evidências são prova do enorme caminho que o *Diário de Notícias* tem ainda de percorrer de forma a tornar a publicação mais eficiente na Era Digital.

Numa instituição da dimensão do *DN*, todas as secções e os seus editores são peças fundamentais da engrenagem de uma máquina que se quer bem oleada. A construção de uma publicação diária é um trabalho de equipa em que cada jogador tem o seu papel bem definido, mas responde sempre perante o conjunto. A manifestação última dessa existência conjunta é a estruturação de cada número do jornal. No *Diário de Notícias* esse alinhamento é feito pela manhã, quando os diretores, os subdiretores, os vários editores executivos e editores de cada secção se reúnem para discutir quais serão os destaques do dia e que notícias devem ou não ser publicadas – decisões que ditarão diretamente o número de páginas que cada secção vai ter ao seu dispor. A direção do jornal volta a reunir-se sensivelmente a meio da tarde para debater eventuais alterações que podem assumir contornos significativos, inclusive ao nível de número de páginas e ao nível gráfico, consoante a relevância dos acontecimentos inesperados do dia. De sublinhar ainda que estas reuniões não assumem um carácter rígido no que concerne aos seus participantes, antes pelo contrário: promovem a rotação entre jornalistas, ainda que cada secção e cada grau hierárquico sejam sempre representados por alguém com o peso e responsabilidade similar ao substituído.

É esta simbiose permanente entre os múltiplos atores da redação, com as suas distintas visões e experiências pessoais e profissionais, que constitui o *gatekeeper* máximo de cada edição. A saúde desta relação vai inferir diretamente na capacidade de reação e adaptação do jornal à crise do jornalismo impresso, que é, em primeira análise, uma crise de leitores, já que a maioria não se revê neste tipo de publicações diárias, nomeadamente, por três razões: falta de hábitos de leitura, falta de interesse pela maioria dos temas abordados e fraca capacidade de resposta da imprensa em competir com a internet – instantânea, permanente e multifacetada. A chave do sucesso de um jornal centenário como o *Diário de Notícias* passa por estes decisores que têm como missão: conjugar esforços permanentes para captar leitores mais distraídos, simultaneamente, inovando e simplificando a abordagem gráfica, de forma a tornar o jornal mais apelativo; caminhar, quais trapezistas, sobre a difícil corda bamba disposta sob o fosso que separa o *interesse público* do *interesse do público*; e, por fim, satisfazer

eficazmente um público cada vez mais participativo e carecido de informação que lhe permita compreender um mundo, também ele, cada vez mais complexo.

### **2.1.1 Secção de política**

À semelhança do que acontece nas outras secções, a *Política* assume uma hierarquia de editor executivo, editor e editor adjunto, por esta ordem, ainda que esteja mais próxima de um modelo de hierarquia horizontal, onde a cooperação e a articulação entre eles é uma constante. Os três acumulam as funções de jornalista com as de navegação de um barco demasiado importante para ser deixado à deriva. Num jornal como o *DN*, com um marcado e histórico cariz político são eles o cérebro, mas também o músculo, por detrás das notícias, salvo raras exceções, com maior peso em todas as edições. São eles os responsáveis por preparar e antecipar peças que serão destaque a curto/médio prazo e por procurar marcar a diferença na abordagem aos temas da semana. O que distingue e torna bem-sucedido o trabalho destes três decisores é a capacidade de, ainda que respeitando a agenda política comum, procurar uma agenda alternativa, não evidente, uma visão fresca, interessante e atualizada dos acontecimentos políticos.

Todavia, da mesma forma que existe uma relação de cooperação entre os três principais responsáveis pela secção, os restantes jornalistas e colaboradores usufruem de particular autonomia para procurar e sugerir notícias. São eles os soldados na “guerra” dos furos jornalísticos e das melhores reportagens. A seriedade, a motivação e a disponibilidade constantes que estes jornalistas empregarem no seu trabalho será, a par da capacidade de liderança dos seus editores, a chave do sucesso da secção. Tudo isto para concluir que, depois da minha experiência na secção de política do *Diário de Notícias*, pude observar que no jornalismo a hierarquia não é tudo: é na fusão entre o potencial e a capacidade de autoiniciativa, e a coesão de uma equipa saudável e competentemente liderada, que se encontra o equilíbrio sólido entre heterogeneidade de visões, abordagens fraturantes com o comum e o banal e jornalismo sério, rigoroso e atento.

Seguindo a mesma linha de pensamento, deparei-me, ao longo destes três meses, com uma realidade que até então não me era familiar: cada jornalista político conserva e cultiva estrategicamente a sua relação com uma determinada rede de contactos. Na prática, cada jornalista da secção de *Política* do *Diário de Notícias* tem uma relação

privilegiada com diferentes sectores políticos do país. Essa relação poderá ser resultado de um passado profissional mais próximo de um determinado partido político, de um *background* e conhecimentos técnicos próprios do jornalista, ou poderá ter sido simplesmente imposta de forma a combater uma eventual lacuna do jornal junto de determinados quadrantes políticos. Assim, no *DN* existe um jornalista responsável por assuntos relacionados com o Partido Socialista (PS), outro que se ocupa de notícias que envolvem o Partido Social-Democrata (PSD) e o Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP) e ainda um outro responsável pela comunicação com fontes do Bloco de Esquerda (BE), do Partido Comunista Português (PCP) e com fontes dos vários movimentos apartidários de esquerda e também das principais forças sindicais do país. Existem ainda dois outros jornalistas com uma rede de contactos determinante para a secção: um com fontes importantes nas Forças Armadas do país e um outro que alia vastos conhecimentos de foro jurídico a relações privilegiadas com membros da Polícia Judiciária (PJ) e Ministério Público (MP). De uma forma geral, é assim que se articula a equipa de jornalistas da secção política do *DN*, ainda que não seja, de todo, uma organização completamente rígida. É evidente que, quando existe a oportunidade/necessidade, os mesmos jornalistas abordam agentes políticos fora da sua rede de contactos mais natural. Todavia, esta *especialização* anteriormente explicada não só é cultivada pelos próprios, como também fomentada pelo jornal, que assim tem acesso a determinadas informações e fontes, que de outra forma não seriam possíveis de conseguir.

### **3. O tema de discussão**

Face à minha experiência como estagiário no *Diário de Notícias* escolhi analisar a relação entre fontes e jornalistas no âmbito do jornalismo político. A escolha deste tema impôs-se-me a partir de uma questão de fundo: se assumirmos como jornalistas todos aqueles que têm a responsabilidade de construir notícias, com tudo o que isso implica, e se assumirmos como agentes políticos todos aqueles que se querem digladiar no xadrez político nacional, deveremos também assumir que jornalistas e políticos têm necessidades de produção de acontecimentos semelhantes e permanentes. Dessa forma, se é certo que os agentes políticos procuram incessantemente o seu *lugar ao Sol*, é cada vez mais óbvio que encontraram formas eficientes de contornar a construção noticiosa tradicional. E os jornalistas tornaram-se mais *dispensáveis*. No mesmo sentido, se é certo que os agentes políticos procuram conservar a sua imagem pública, afastando as

nuvens que possam pairar em seu redor, é cada vez mais óbvio que encontraram formas eficientes de produzir uma imagem agradável e dotaram-se de mecanismos que lhes permitem manter-se praticamente incólumes perante as tempestades. E os jornalistas tornaram-se menos *perigosos*. E ainda, se é certo que os agentes políticos procuram constantemente a nesga que lhe permita um eventual golpe palaciano e, para isso, movem-se na sombra da oposição, é cada vez mais óbvio que otimizaram os seus métodos de persuasão. E os jornalistas tornaram-se mais *manipuláveis*. No outro lado do tabuleiro, os jornalistas movem-se mais *dispensáveis*, menos *perigosos*, mais *manipuláveis*. Se é certo que os jornalistas são, ainda, os principais negociadores do mediatismo e da visibilidade necessários para uma ascensão pública e política, é cada vez mais óbvio que os canais de difusão da mensagem política, como os *sites* e as redes sociais das organizações, estão-se a libertar do monopólio dos *media*. Se é certo que os jornalistas são os principais guardiões da verdade pública e os delatores da corrupção e dos prevaricadores, é cada vez mais óbvio que as fontes oficiais e os representantes dos agentes políticos se profissionalizaram e tornaram o alvo muito mais resistente e complexo. Se é certo que os jornalistas se revestem de um código deontológico, cujas matrizes são a verdade, a imparcialidade e o rigor jornalístico, é cada vez mais óbvio que o aumento exponencial da informação que chega às redações dificulta a capacidade de resposta dos jornalistas, que estão, simultaneamente, sujeitos a uma imperativa necessidade de executarem mais velozmente. Paralelamente, a falta de meios materiais, mas, principalmente de meios humanos, e as obrigações comerciais ditadas pela lógica da audiência e do mercado conduzem diariamente ao atropelo dos valores deontológicos e coloca em xeque o rigor e a verdade jornalística.

A explicação para a escolha deste tema reside na necessidade de perceber este fenómeno tão complexo de mediação e simbiose entre fontes de informação e jornalistas e as consequências de um eventual desequilíbrio entre estes dois atores, assim como na necessidade de perceber as raízes desse fenómeno. Sem querer antecipar o que vai ser explicado nos capítulos que se seguem, os três meses que passei no *Diário de Notícias* permitiram-me constatar algo que só tinha ouvido nos bancos da faculdade: o jornalismo está perigosamente em crise e a pressão sobre os jornalistas cresce à mesma velocidade que as suas condições de trabalho diminuem. E a verdade vai-se tornando mais difícil de enxergar.

## Capítulo II – Discussão Teórica

### Introdução

Na primeira parte deste capítulo, analisaremos as várias dinâmicas existentes nas relações entre fontes de informação e jornalistas à luz de duas tradições sociológicas: a corrente liberal e pluralista, que coloca a tónica numa construção noticiosa permanente negociada entre estes dois grupos de atores sociais, e a corrente radical, onde se insere a teoria conspirativa, que defende uma agenda dos *media* pautada, senão mesmo completamente manipulada pelas elites, como um resultado intrínseco de uma luta constante entre grupos dominantes e grupos dominados. Entenda-se que esta estruturação é bastante elástica e não respeita nem pretende ser uma catoniana sucessão cronológica das várias escolas e autores que refletiram sobre este tema. Antes, optámos por uma fórmula quase maniqueísta de ver as diversas teorias, para nos ajudar a compreender a complexa teia de relações e inter-relações que está na origem da construção de uma notícia: de um lado do tabuleiro, os que acreditam na autonomia dos jornalistas e das organizações noticiosas – ainda que em constante simbiose com as fontes de informação – e, do outro lado, os que defendem que o jornalismo está ao serviço, senão mesmo manietado, sobretudo, do e pelo poder político.

Esta divisão estrutural é assumida e objetivamente simplista. Todavia, justifica-se pelo objectivo-mor da nossa discussão teórica sobre a relação entre jornalistas e fontes de informação no âmbito do jornalismo político: perceber se a agenda mediática é fruto de um negócio permanente entre interesses dos poderes instalados, *media* e público, ou se, por outro lado, é pura e simplesmente dominada pelas fontes mais poderosas. Neste contexto, autores e escolas teóricas com contributos diferentes, embora não antagónicos, para as duas tradições (liberal-pluralista e radical-conspiratória) farão parte de um e de outro bloco.

Na segunda parte deste capítulo, debruçar-nos-emos sobre as profundas mudanças na economia dos *media*. A desregulação, a liberalização e a privatização do mercado de comunicação e a, quase consequente concentração monopolista e oligárquica da propriedade dos *media* são parte de uma realidade preocupante. Os meios de comunicação social, e principalmente os jornais em papel, atravessam, nos nossos dias, uma crise financeira, mas também de identidade, de proporções quase catastróficas. Simultaneamente, as novas tecnologias de informação potenciaram a

massificação do produto cultural e informativo e alteraram drasticamente a forma de fazer e de estar no jornalismo. Perante este cenário, as nossas atenções focar-se-ão nos efeitos destas transformações sociais e económicas nas rotinas jornalísticas e na profissão de jornalista. O que significa, afinal, ser jornalista?

## 1. Relação entre fontes e jornalistas

### 1.1 A corrente liberal-pluralista

*“A fonte é o sangue do jornalista”*<sup>26</sup>

Compreender a complexa relação entre jornalista e fontes de informação é também compreender a forma como um acontecimento se transforma em notícia. Quando, em 1973, Leon Sigal faz uma análise do noticiário político dos jornais diários *The New York Times* e *The Washington Post*, concluiu que “a notícia não é o que os jornalistas pensam, mas o que as fontes dizem, mediadas pelas organizações noticiosas, rotinas jornalísticas e convenções”<sup>27</sup>. Esta ideia resume de forma clara e inequívoca o que está *por detrás do pano* no processo de construção noticiosa: as fontes de informação são parte preponderante naquilo que lemos, ouvimos e vemos e que tomamos como a nossa realidade. Ainda assim – e é neste ponto que reside a maior diferença entre as duas tradições sociológicas – este processo não é unidirecional. Se usarmos como metáfora uma hipotética estrada, diríamos que o jornalista conduz a notícia por entre um caminho com várias curvas e contra-curvas, talhada, desde logo, pelo poder e pela intenção da fonte que lhe transmite uma determinada informação, pelas orientações ideológicas – e comerciais – da própria organização noticiosa, pela forma – se nos permitem continuar com a metáfora rodoviária – como o próprio jornalista conduz todo o processo, ou seja, pela forma como procura a fonte e como lida com a informação fornecida – e aqui inserem-se também a experiência profissional e as suas próprias idiossincrasias – e, não menos importante, pelas convenções sociais e culturais que estabelecem o que deve ser notícia e que vozes devem ser ouvidas na

---

<sup>26</sup> M. MENCHER, *apud* V. MOREIRA, *Fontes Sofisticadas de Informação - Análise do produto jornalístico político da imprensa nacional diária de 1995 a 2005*, Dissertação de Mestrado de Comunicação e Cultura, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 12.

<sup>27</sup> L. SIGAL, *apud* R.SANTOS, *Jornalistas e Fontes de Informação – A sua relação na perspectiva da sociologia do jornalismo*, Coimbra, Edições MinervaCoimbra, 2003, p. 18.

matéria em questão. Perceber de que forma estas variáveis se conjugam é, por isso, perceber de que forma os jornalistas são influenciados quando produzem uma notícia.

### **1.1.1 Fontes oficiais e fontes não oficiais: o contributo de Leon Sigal**

Leon Sigal, no seu livro *Reporters and Officials – the Organization and Politics of Newsmaking* (1973) dividiu as fontes de informação em dois grandes grupos: fontes oficiais e não oficiais. Nas primeiras inserem-se os agentes políticos, sejam eles governantes no exercício das funções ou líderes da oposição, *opinion makers*, diretores e porta-vozes de grandes empresas, banqueiros e altos-representantes da Igreja. Em suma, todos os líderes e personagens de maior relevo da sociedade.

As fontes não oficiais são constituídas, de um modo geral, pelas Organizações Não Governamentais (ONG's), pelos sindicatos e pelas pessoas anónimas. Todavia, a decisão de Sigal de não incluir os sindicatos e os seus representantes máximos no primeiro grupo pode parecer paradoxal, ainda que não seja, de todo, inocente. Habitualmente os grandes líderes sindicais são ouvidos em questões de maior interesse social e político para o país e têm um acesso contínuo e ativo aos *media*, justificado pela agenda compacta de intervenção em várias *frentes*, própria destas organizações. Algo que os distingue, por exemplo, da grande generalidade das ONG's, que mantêm uma agenda maioritariamente pautada por problemas que, por convenções culturais maioritárias, não são tão relevantes ou recebem uma atenção fugaz. Pese embora o facto de terem voz assídua nos meios de comunicação social, os sindicatos e os seus líderes, pela sua própria natureza, excluem-se da elite político-económica do país e são vistos como vozes da classe trabalhadora e defensores dos oprimidos e precários. Daí podermos concluir que esta caracterização dos sindicatos como fontes não oficiais se prenda com o seu próprio discurso e atitude permanentemente divergente face aos poderes instalados. Os sindicatos constituem fontes não oficiais de informação porque o seu papel na discussão pública está *condicionado* pela sua própria natureza de contestação e pelo seu contínuo discurso pautado pela defesa dos interesses dos trabalhadores. Esta realidade retira-lhes espaço no campo jornalístico, relegando-os, na generalidade das vezes, para *colunas*, senão parágrafos, onde é suposto, em nome do pluralismo de informação, serem ouvidos.

Nesse sentido, Leon Sigal conclui que “há mais notícias emanadas por fontes oficiais do que por qualquer outra fonte”<sup>28</sup>, o que vai ao encontro à ideia de que o jornalismo está relativamente condicionado pelo que as elites político-económicas dizem. A esta preponderância das fontes oficiais não é estranho o facto de elas estarem muito melhor preparadas para contactarem com os jornalistas e, por isso, os conduzirem na direção que melhor se coaduna com os seus interesses. Assim, podemos dizer que as “manobras da imprensa noticiosa procuram influenciar o resultado de uma decisão, mudando a informação que lhe serve de base”<sup>29</sup>, ou seja, quando a fonte oficial, no nosso caso, um agente político, fornece determinada informação a um jornalista, fá-lo com a intenção de o orientar em função dos seus interesses individuais.

Para perceber melhor como se processa esta troca de informações entre jornalista e fontes de informação, Sigal distinguiu três tipos de canais informativos: os canais de rotina, os canais informais e os canais de iniciativa. Os canais rotinas são, como o próprio nome indica, os mais comumente utilizados pelos jornalistas. Regra geral, são entendidos como canais de rotina as campanhas eleitorais, que podem ir desde comícios a arruadas; os *press release* (construídos e adaptados para serem, de forma quase imediata, *digeridos* e transformados em notícia pelos jornalistas); as conferências de imprensa e os *briefings* diários (preparados e pensados para serem resumidos em grandes *punchlines*, não estivéssemos nós a viver na *era dos soundbites*); e os programas de comentário político, com atuais e ex-governantes, que proliferam na televisão e que constituem um verdadeiro palanque. Estes *opinion makers* sabem que tudo o que dizem será, muito provavelmente, notícia no dia seguinte e isso permite-lhes plantar, com precisão cirúrgica, os seus interesses na agenda mediática e política.

O sociólogo americano explicou também a existência de canais informais, estes menos usados por jornalistas e fontes na troca de informação, mas não menos importantes e impactantes. Constituem-se como canais informais, por exemplo, os editoriais dos jornais – que, por permitirem às organizações noticiosas uma liberdade de comentário que o exercício habitual do jornalismo não o permite, podem ser fortes armas de arremesso político – e, de ainda maior importância, as fugas de informação e os encontros entre fonte e um número muito restrito de jornalistas, geralmente, em *off the record*. Estes dois últimos meios de troca de informações não são os mais utilizados,

---

<sup>28</sup> L.SIGAL, *apud* MOREIRA, *Fontes Sofisticadas de Informação*, *op. cit.*, p. 15.

<sup>29</sup> *Idem, ibidem*, p. 16.

mas constituem verdadeiras jogadas de xadrez. A fonte procura disseminar uma informação preciosa que, no caso de ser bem processada, pode provocar enormes danos na vida política. Em concreto, as fugas de informação podem ser usadas pelos próprios membros do Governo e do partido, ora para atacar internamente um dos seus congéneres, ora para testar, através de balões de ensaio, a opinião pública sobre determinada matéria. Podem ser igualmente usadas pela oposição para lançar a suspeita e o escândalo sobre os seus rivais. Por tudo isto, as fugas de informação são talvez a maior arma política na posse das fontes de informação quando se relacionam com os jornalistas. São verdadeiras ogivas nucleares com capacidade para derrubar políticos e até o Executivo em funções.

Leon Sigal fala ainda na existência dos canais de iniciativa, que, no âmbito político (aquele que nos apraz analisar), podem assumir o carácter de entrevistas com altos representantes do Governo e da oposição (tendencialmente simpáticas e pouco incómodas para os entrevistados); e, menos comum, as pesquisas e a análise de dados estatísticos desenvolvidas pelo próprio jornalista na redação, que podem trazer novas conclusões ao palco mediático.

Pese embora a preocupação do autor em caracterizar estes três canais informativos, em torno dos quais jornalistas e fontes de informação se colocam, é evidente para Sigal que os primeiros consultam maioritariamente as fontes oficiais e fazem uso dos canais de rotina como fonte primária de informação. A este facto não é estranho o peso e a influência das fontes oficiais, tidas como mais fidedignas e mais respeitáveis. Como causa e consequência desta evidência, as fontes oficiais assumem-se como donos naturais do monopólio informativo. Esta última característica revela a natureza quase perversa da construção noticiosa de cariz político: se a fonte primordial de informação dos jornalistas reside na alta classe política e económica, é lógico que os seus membros mais influentes dominem o fluxo informativo e tenham a tentação de controlar a natureza da informação a seu bel-prazer. Os jornalistas, manietados pela imperiosa necessidade de contactarem com esses mesmos agentes de forma a acederem a informação privilegiada e essencial para a rotina produtiva, relegam para segundo plano vozes que contradigam a *versão oficial* dos factos e tornam-se quase reféns dos canais de rotina. “Os jornalistas reúnem-se em torno dos canais [de rotina], sendo que a

maior parte deles recolhe informação idêntica à dos seus colegas. A incerteza adora companhia.”<sup>30</sup>.

A referida convergência na recolha de dados, factos e testemunhos que estão na origem da grande maioria das notícias produzidas, conduz a uma certa hegemonia de determinadas visões em detrimento de outras e ataca, no seu âmago, o pluralismo informativo.

### 1.1.2 Os *news-promotors* de Molotch e Lester

Quando em 1974 Harvey Molotch e Marilyn Lester publicaram o artigo *News as Purposive Behavior: On the Strategic Use of Routine Events, Accidents, and Scandals*, deram um enorme contributo à sociologia da comunicação. Partindo da premissa principal que encara o processo noticioso como construtor de uma realidade, os sociólogos americanos retiram da equação o *factor objectividade* como determinante-chave do que deve ser notícia ou não. As notícias surgem, assim, como respostas às *necessidades de acontecimentos*, não só daqueles que promovem uma determinada ocorrência a acontecimento público (obedecendo a interesses próprios), mas também dos jornalistas (que têm de respeitar as rotinas produtivas impostas pelas organizações noticiosas a que pertencem) e do público. Este último deve ser entendido com uma comunidade que, de maneira a preservar os laços que a une, bem como, de forma a conferir sentido ao passado, ao presente e ao futuro, percebe os acontecimentos públicos como demarcações temporais, construindo aquilo a que os autores chamam de *Tempo Público*<sup>31</sup>.

*“Toda a gente precisa de notícias. Na vida quotidiana, as notícias contam-nos aquilo a que nós não assistimos directamente e dão como observáveis e significativos happenings que seriam remotos de outra forma. (...) As notícias são assim o resultado desta necessidade invariante de relatos do inobservado, desta capacidade de informar os outros, e o trabalho de produção daqueles que estão nos media”*<sup>32</sup>.

Nesse sentido, uma ocorrência transforma-se em acontecimento público depois de ser filtrada por um conjunto de agências (indivíduos ou grupos) que a constroem e

---

<sup>30</sup> L.SIGAL, *apud* MOREIRA, *Fontes Sofisticadas de Informação*, *op. cit.*, p. 17.

<sup>31</sup> H. MOLOTCH e M. LESTER (1974), “As Notícias como Procedimento Intencional: Acerca do Uso Estratégico de Acontecimentos de Rotina, Acidentes e Escândalos”, in N. TRAQUINA, *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, Lisboa, Vega, 1999, p. 34.

<sup>32</sup> *Idem, ibidem*, p. 36.

desconstroem através de rotinas organizacionais intrínsecas, num modelo semelhante ao de uma cadeia de valor. Molotch e Lester distinguem três agências: os promotores de notícias (*news-promoters*), que ocupam o papel de fontes de informação; os profissionais das organizações noticiosas (*news-assemblers*), que, com base naquilo que julgam ser de interesse público, publicam ou não as informações prestadas pelos promotores; e, ainda, os consumidores de notícias (*news consumers*), que absorvem, não no sentido *hipodérmico* do termo, esses produtos informativos para a sua construção e percepção da realidade.

Quando analisamos o papel dos promotores de notícias no processo de elevação de uma ocorrência a acontecimento público, não devemos ignorar a natureza intencional com que fornecem determinadas informações, obedecendo sempre a interesses próprios, nobres ou não, ao mesmo tempo que procuram ocultar outras. Assim, os promotores de notícias têm um estatuto bastante privilegiado neste processo, podendo tratar a seu favor o carácter da ocorrência que serve de base ao trabalho jornalístico.

“A riqueza e a ironia da vida política é feita de uma desenfreada competição especializada entre pessoas que têm acesso aos *media* e como tal tentam mobilizar ocorrências como recursos para o seu trabalho de construção da experiência”<sup>33</sup>.

Aqueles que constituem a segunda agência na produção de acontecimentos públicos, os profissionais das organizações noticiosas (jornalistas e editores), desempenham o papel de filtragem e seleção daquilo que deve ser conhecido – logo que assume carácter de relevante para o interesse público – daquilo que não merece ser conhecido. Aos *media* cabe o papel de construtores de uma realidade objetiva onde as ocorrências mais importantes têm lugar em detrimento das outras. Todavia, e como fazem questão de frisar os autores, a esta função não pode ser retirada a natureza intrínseca aos órgãos noticiosos, bem como, a sua relação com os promotores de notícias.

Os imperativos comerciais, as práticas concorrenciais, as rotinas organizacionais, os valores individuais e coletivos dos jornalistas que integram a redação de um determinado órgão de comunicação social vão ditar diretamente que

---

<sup>33</sup> H. MOLOTCH e M. LESTER (1974), “As Notícias como Procedimento Intencional: Acerca do Uso Estratégico de Acontecimentos de Rotina, Acidentes e Escândalos”, in N. TRAQUINA, *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, op. cit., p. 40.

notícias serão publicadas, mas, e sobretudo, qual o seu teor. No mesmo sentido, os promotores de notícias, os mais poderosos, procuram insistentemente controlar as rotinas produtivas dos *media* e fazê-las coincidir com os seus próprios interesses. Para tal, revestem-se de mecanismos que condicionam o exercício autónomo da profissão de jornalista tão diferentes como o controlo da publicidade – a fonte principal de rendimento dos órgãos de comunicação social –, as fugas de informação estratégicas e, em casos mais graves, a pressão direta, pública ou não, sobre jornalistas, editores e diretores de determinadas organizações noticiosas. Assim, à luz da conceção de uma construção noticiosa como definidor do que é importante para o interesse público, mediada quer pelas particularidades dos meios de comunicação social, quer pelos objetivos próprios dos principais promotores de notícias, podemos concluir que as organizações noticiosas acabam por “produzir um produto que favorece as necessidades de acontecimentos de certos grupos sociais e desfavorece as de outros”<sup>34</sup>, contribuindo para uma certa hegemonia ideológica, semelhante à denunciada por Leon Sigal.

Todavia, os promotores de notícias nem sempre conseguem fazer coincidir os seus interesses próprios com os da agenda mediática e deixam escapar o aparente domínio sobre esta cadeia de valor. Partindo deste ponto, Molotch e Lester distinguem quatro tipos de acontecimentos em função de duas variáveis: a intencionalidade e a origem.

Assim, os autores consideram que existem acontecimentos de rotina, promovidos com intenções e objetivos pré-estabelecidos e cujos executores (*effectors*) são os mesmos sujeitos que os promovem. Como o próprio nome indica, este tipo de acontecimentos, cujo exemplar máximo são as habituais conferências de imprensa dos representantes governamentais e de líderes políticos, abarca a grande maioria das notícias publicadas diariamente. Porém, e parece-nos importante destacar este facto, os autores distinguem ainda três subtipos de rotina: aqueles em que os promotores têm acesso habitual aos *news assemblers*; aqueles em que os promotores desses acontecimentos têm um acesso disruptivo aos *media*; e os acontecimentos promovidos pelos próprios *news assemblers*. No primeiro caso, os promotores gozam de um tamanho estatuto de importância e de relevância para o interesse público que os

---

<sup>34</sup> H. MOLOTCH e M. LESTER (1974), “As Notícias como Procedimento Intencional: Acerca do Uso Estratégico de Acontecimentos de Rotina, Acidentes e Escândalos”, in N. TRAQUINA, *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, op. cit., p. 41.

acontecimentos que promovem coincidem geralmente como as necessidades produtivas da imprensa. O facto de estes agentes sociais serem fontes de informação extremamente valiosas confere-lhes um grau de influência enorme sobre a agenda mediática, o que é em si mesmo um meio de manutenção de poder. “O acesso de rotina é uma das importantes fontes e sustentáculos das relações existentes de poder”<sup>35</sup>. Do outro lado do sistema, existem as fontes menos poderosas que, para se fazerem *ouvir*, para serem noticiados, têm de criar acontecimentos que quebrem a rotina, que gerem a surpresa e o choque no seio da produção noticiosa, colocando em cheque a atividade normal das fontes mais poderosas. Como não gozam do mesmo estatuto das fontes institucionais do poder, o seu acesso faz-se através de episódios pontuais (como por exemplo, as manifestações e as ocupações de edifícios) que despertam a atenção e reação dos *media* e da classe política, às quais se segue, natural e progressivamente, um *esquecimento*: daí o termo *acesso disruptivo*. Existem, por último, aqueles promotores de acontecimentos que têm acesso direto aos *media*, ou seja, a classe jornalística em geral e, sobretudo, os jornalistas especializados. Quando produzem determinadas notícias com base em dados estatísticos ou na leitura de documentos oficiais – e o exemplo que os autores dão sobre a análise do registo policial e as conclusões exageradamente alarmistas sobre o aumento do crime é perfeito nesse sentido – podem fazê-lo com determinadas intenções não tão nobres como o puro relato dos factos – o jornalismo sensacionalista é pródigo neste aspeto. Daí que os autores coloquem uma questão pertinente:

“(...) os jornalistas podem ou não embrenhar-se legitimamente na promoção transparente de notícias, ou [devem] continuar a apresentar-se como relatando aquilo que objectivamente acontece”<sup>36</sup>?

Retomando à tipologia geral de acontecimentos diagnosticada por Molotch e Lester, os sociólogos referem a existência de outros três: os acidentes, os escândalos e o *serendipity*. Este último, menos comum, reside na capacidade do executor transformar e promover uma ocorrência (*happening*) não planeada e não intencional, num acontecimento público com retornos mediáticos positivos. Porém, quer os acidentes e os escândalos merecem a nossa especial atenção porque podem abrir, eventualmente, brechas no aparente empório informativo das fontes mais poderosas.

---

<sup>35</sup> H. MOLOTCH e M. LESTER (1974), “As Notícias como Procedimento Intencional: Acerca do Uso Estratégico de Acontecimentos de Rotina, Acidentes e Escândalos”, in N. TRAQUINA, *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, op. cit., p. 44.

<sup>36</sup> *Idem, ibidem*, p. 46.

A principal diferença entre os acidentes e os escândalos consiste na intencionalidade de quem os promove: se os primeiros são, como o nome deixa prever, erros de cálculo e surpreendem os envolvidos, os segundos partem da intenção deliberada de alguém (os *informers* ou informadores) em divulgar informações privilegiadas e confidenciais sobre assuntos de extrema importância. Ambos os acontecimentos têm o condão, pela sua capacidade de revelar factos que de outra forma não seriam conhecidos publicamente, de *abandar* e criar entropia no sistema social. Essa entropia é extremamente útil no que toca a conhecer, ou pelo menos a revelar parcialmente, a verdadeira realidade *por detrás do pano*.

“Só no acidente e no escândalo, é que o trabalho político de rotina é suplantado de modo significativo, permitindo assim o acesso à informação que é directamente hostil a esses grupos”<sup>37</sup>.

Todavia, os escândalos têm uma natureza mais perversa, visto que as fontes têm, na grande maioria das vezes, um perfil anónimo, cabendo ao jornalista desvendar as suas verdadeiras intenções. Se os escândalos podem destruir políticos e até derrubar governos, podem também destruir carreiras jornalísticas, até então, imaculadas.

Em suma, o que podemos retirar da análise de Harvey Molotch e Marilyn Lester é que devemos aceitar que as notícias, principalmente sobre política, não transparecem a realidade factual, mas são uma construção social mediada pelas estruturas e fontes poderosas e pelos jornalistas e as organizações noticiosas.

### 1.1.3 O conceito de ronda de Mark Fishman

Mark Fishman, autor da obra *Manufacturing the News*, muito influenciado pelos estudos de Molotch e Lester, “analisou a função do jornalista em *lugares de permanência* – polícia, tribunais, governo civil”<sup>38</sup>. Os *lugares de permanência* não são mais do que o “espaço social a que o jornalista pertence, onde (...) garante a recepção contínua de informação para manter a exigência do fluxo diário de notícias”<sup>39</sup>. As necessidades produtivas do jornalista impelem-no a procurar um espaço confortável e uma rede de contactos habitual que lhe permita aceder às informações essenciais que, de outra forma, perderia. A esse ritual de procura rotineira por acontecimentos, rotulados, *a*

---

<sup>37</sup> H. MOLOTCH e M. LESTER (1974), “As Notícias como Procedimento Intencional: Acerca do Uso Estratégico de Acontecimentos de Rotina, Acidentes e Escândalos”, in N. TRAQUINA, *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, op. cit., pp. 50-51.

<sup>38</sup> M. FISHMAN, apud R. SANTOS, *Fontes Sofisticadas de Informação*, op. cit., p. 23.

<sup>39</sup> *Idem, ibidem*.

*priori*, como dignos de serem noticiados, o sociólogo dá o nome de *ronda*. A presença em reuniões, os telefonemas para os contactos de sempre, as conferências de imprensa diárias, a leitura de *press release*, tudo isto caracteriza a *ronda*. Todavia, Fishman alerta para o perigo deste aparente conforto e para o esforço desmedido na criação da tão desejada estabilidade informativa, que retiram poder de análise aos jornalistas. O sociólogo alerta igualmente para os efeitos nefastos da exposição permanente a determinadas fontes:

“(...) a ronda [e logo as notícias publicadas] mostra a influência dessas fontes, pela organização interna das entidades e calendarização das actividades”<sup>40</sup>.

Esta visão está em concordância com a ideia já preconizada por Molotch e Lester sobre como o acesso rotineiro das fontes mais poderosas aos *media* se pode traduzir num controlo parcial da agenda mediática e na manutenção do poder.

#### **1.1.4 O acesso socialmente estratificado das fontes de informação**

Recuperando o trabalho anteriormente desenvolvido por Leon Sigal, Herbert Gans desenvolve uma nova tipologia de fontes descrevendo-as como “institucionais e oficiosas; estáveis e provisórias; activas e passivas; conhecidos e desconhecidos”<sup>41</sup>. Ainda que esta nova tipologia tenha vindo acrescentar muito ao conhecimento que temos sobre as diferentes fontes de informação, o que mais nos importa sublinhar são as conclusões do sociólogo sobre como se processa o acesso dessas fontes aos *media* e sobre o papel determinante dos jornalistas na construção noticiosa – ainda que nunca deixe de sublinhar o *fator fonte* neste processo –, equilibrando uma balança aparentemente inclinada para o lado das fontes de informação mais poderosas.

Fazendo uso da análise empírica e da observação *in loco* nas redações da *CBS*, da *NBC* e das revistas *Time* e *Newsweek*, o sociólogo acredita que “as fontes, os jornalistas e as audiências coexistem num sistema, apesar de este sistema se assemelhar mais a um foco de guerra do que a um organismo funcional interrelacionado”<sup>42</sup>. A guerra de que nos fala Gans é a luta pela divulgação e ocultação de informações cruciais para o entendimento da realidade que nos rodeia. As fontes de informação assumem, mais uma vez, um papel crucial neste *jogo*: obedecendo a interesses próprios procuram

---

<sup>40</sup> M. FISHMAN, *apud* R. SANTOS, *Jornalistas e Fontes de Informação, op. cit.*, p. 23.

<sup>41</sup> V. MOREIRA, *Fontes Sofisticadas de Informação, op. cit.*, p. 23.

<sup>42</sup> H.GANS, *apud* V. MOREIRA, *Fontes Sofisticadas de Informação, op. cit.*, p. 23.

passar aos *media* informações, ao mesmo tempo que tentam proteger outras potencialmente antagónicas aos seus objetivos. Aos jornalistas cabe o papel de *árbitro* que tem simultaneamente interesse em aceder a informações privilegiadas, para cumprir com as suas obrigações profissionais e para satisfazer a necessidade informativa do público. Neste cruzamento de interesses, fontes e jornalistas gerem-se uns aos outros, ora tornando-se acessíveis, ora inacessíveis.

Todavia, Gans leva-nos a crer que o poder está do lado do jornalista: “às fontes cabe apenas fazerem-se acessíveis; são os jornalistas que decidem se estas são ou não adequadas”<sup>43</sup>. Ainda que reconheça que os jornalistas, de maneira a cumprirem os vertiginosos ritmos de produção, se tornam mais permeáveis às fontes que habitualmente os perscrutam com informações oficiais – que refletem sempre a sua visão dos factos –, o sociólogo americano de origem alemã acredita que os profissionais dos *media* escolhem as suas fontes de acordo com alguns fatores como “[o] passado credível; [a] produtividade; [a] fiabilidade; [a] garantia; [a] autoridade; e [a] clareza”<sup>44</sup>. Assim, e acreditando que o poder de escolha está do lado do jornalista, algumas fontes, quando confrontadas com outras fontes com maior credibilidade, com mais autoridade ou com maior acesso a informações úteis, por exemplo, perdem valor simbólico para o jornalista. Daí que se possa falar num acesso das fontes aos *media* socialmente estratificado, num sistema onde têm de competir entre si para despertar o interesse das organizações noticiosas.

Esta ideia de concorrência entre fontes de informação está igualmente presente na investigação de Oscar Gandy, inscrita no livro *Beyond agenda-setting: information subsidies and public policy (1982)*. Para o sociólogo americano “uma fonte tem interesse em fornecer uma informação a preço mais reduzido do que outras fontes”<sup>45</sup>, produzindo para tal aquilo a que o autor chama de *subsídio de informação*.

“Os subsídios de informação incluem a publicidade corporativa e de produtos, as relações públicas, a informação governamental e parlamentar, a investigação científica, a informação produzida por consultores e especialistas e a produção de programas televisivos”<sup>46</sup>.

---

<sup>43</sup> H.GANS, *apud* V. MOREIRA, *Fontes Sofisticadas de Informação, op. cit.*, p. 25.

<sup>44</sup> V. MOREIRA, *Fontes Sofisticadas de Informação, op. cit.*, p. 25.

<sup>45</sup> R. SANTOS, *Jornalistas e Fontes de Informação, op. cit.*, p. 25.

<sup>46</sup> *Idem, ibidem*, p. 25.

Uma fonte de informação (organização ou indivíduo) que, pelo seu maior poder económico e/ou peso político e social, esteja equipada com mecanismos que lhe permita fornecer informação de forma mais simples, com maior rapidez e exatidão, está em vantagem perante outras fontes no acesso aos *media*. Assim, pode potenciar e preservar uma certa favorabilidade nas notícias que são produzidas sobre si e impor uma determinada matéria na agenda mediática, de preferência, sem que se conheçam os seus propósitos, sejam eles puramente lucrativos, no caso das empresas, ou políticos, no caso dos agentes políticos. Quanto melhor for a dissimulação dos seus interesses reais, melhor aceite será a sua mensagem pelos órgãos de comunicação e pelo público. Nesta dicotomia entre o que é revelado e o que é ocultado, em muito contribuem aquilo a que Gandy dá o nome de *subsídios indirectos*: um subtipo de subsídios de informação, diferentes dos *subsídios directos* (que consistem em contactos formais entre fonte e jornalista), e que pressupõem o anonimato da fonte, como acontece nos casos de fugas de informação, invariavelmente promovidas por declarações *off-the-record*.

Recuperando o contributo de Herbert Gans, devemos ainda destacar a importante diferenciação do trabalho dos jornalistas generalistas e dos jornalistas especializados. Os primeiros têm de lidar com matérias informativas muito díspares entre si e, não tendo conhecimentos específicos sobre determinados factos mais complexos, estão algo reféns das informações que as fontes lhes prestam. Simultaneamente, procuram nos seus colegas factos úteis “para tentar encontrar sentido para as declarações ambíguas”<sup>47</sup>. Este cruzamento de dados entre jornalistas pouco preparados para lidar com assuntos que não dominam ou sobre os quais estão pouco seguros pode conduzir, porventura, a uma homogeneidade da informação publicada. Estamos, mais uma vez, perante a denúncia de um eventual *cheque* ao pluralismo informativo.

Por outro lado, existem os jornalistas especializados que frequentam, na conceptualização de Mark Fishman, os *lugares de permanência*. Estes atores estão em permanente contacto com determinadas fontes bem colocadas no interior do sistema e desenvolvem com estas relações próximas e privilegiadas, sustentadas na troca constante de informação, muitas vezes, confidencial. Todavia, este negócio não é unidirecional: as fontes tiram igualmente proveito desta relação, controlando muito do fluxo e do teor da informação circulante. Este quadro reflete uma possível perversidade

---

<sup>47</sup> H. GANS, *apud* V. MOREIRA, *Fontes Sofisticadas de Informação*, *op. cit.*, p. 24.

destas comunhões. Cabe aos jornalistas manterem-se atentos e procurarem visões dos factos divergentes das informações oficiais produzidas no interior do sistema. Se falharem nessa missão, tornar-se-ão presas fáceis.

### 1.1.5 A relação sagrada entre fonte e jornalista

O sociólogo português Nelson Traquina partilha amplamente da visão postulada por Gans. No artigo, “As notícias”, presente na obra *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*, o autor começa por defender que “os jornalistas não são simplesmente observadores passivos mas participantes activos no processo de construção da realidade”<sup>48</sup>, e que as notícias não podem ser vistas como um *espelho da realidade* – um reflexo puro do que acontece no mundo –, mas sim como um *índice do real*: a narrativa jornalística é uma construção mediada por vários agentes sociais e que nos remete para acontecimentos quotidianos a que não temos acesso direto, permitindo-nos experienciar factos que, de outra forma, pereceriam inobservados por nós.

No que à relação entre fontes e jornalistas diz respeito, Traquina entende igualmente que existe uma predominância das fontes mais poderosas e uma enorme discrepância na utilização dos *canais de rotina* na construção noticiosa em comparação com outros canais informativos. O autor propõe três considerações sobre a importância das fontes no trabalho jornalístico: a primeira incide sobre o carácter sagrado da relação entre fonte de informação e jornalista – aliás, prevista e protegida por lei; quando a fonte, ao prestar determinada informação ao repórter, pede o estatuto de anonimato, sabe que o jornalista irá, salvo raríssimas exceções, cumprir com o seu dever de não divulgar a identidade do informador. Este negócio pressupõe um “contrato tácito”<sup>49</sup> baseado no cumprimento de regras entre ambas as partes e cujas cláusulas são a lealdade e a autenticidade.

Ainda assim, e aqui surge o segundo cometário tecido por Traquina, o jornalista só irá confiar na fonte se esta provar a sua credibilidade, porque está consciente que esta não é desinteressada e tem os seus próprios objetivos e intenções ao divulgar a informação.

---

<sup>48</sup> N. TRAQUINA, “As Notícias”, in *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, op. cit., p. 168.

<sup>49</sup> J. CASTANHEIRA, apud N. TRAQUINA, “As Notícias”, in *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, op. cit., p. 172.

Por último, mas não menos importante, o sociólogo propõe aquilo a que chama *credibilidade da autoridade*, isto é, “quanto mais alta é a posição do informador melhor é a fonte de informação”<sup>50</sup>. Desta forma, presume-se que quanto mais poderosa for a fonte, mais completa e preciosa será a informação na sua posse. Se o jornalista procura as fontes de informação da sua maior confiança e mais credíveis, e se essa credibilidade advém, em grande parte, da sua autoridade, podemos então concluir que as fontes com maior *status* são privilegiadas no acesso aos *media*, indo mais uma vez de encontro ao conceito de *acesso socialmente estratificado* avançado por Herbert Gans.

Em suma, assumindo como óbvia e imperial a procura pelas melhores informações, em muitos casos, informações restritas e confidenciais, o sociólogo português questiona, ainda assim, se a dependência dos jornalistas face aos *canais de rotina* e aos profissionais de comunicação que os habitam, além de rematar para segundo plano vozes divergentes da versão oficial dos factos, não colocará também em causa a capacidade dos jornalistas de se distanciarem objetivamente dessas fontes poderosas quando confrontados com factos contraditórios. O autor resume na perfeição esta ideia ao citar o jornalista e escritor americano Walter Lippmann:

“O jornalista entra inevitavelmente em contacto pessoal com os *leaders* políticos e os homens de negócios, criando relações de confiança e simpatia [ou de profundo antagonismo]; e é muitas vezes difícil e muito embaraçoso ignorá-las”<sup>51</sup>.

Os autores Jay Blumler e Michael Gurevitch explicam a relação entre fontes de informação e jornalistas através do conceito de *cultura partilhada*. Numa análise feita nas redações da BBC sobre a cobertura das várias campanhas eleitorais entre 1966 e 1972, os sociólogos concluíram que a “relação jornalista-fonte constitui uma interacção de dois conjuntos de actores dependentes mas adaptáveis e ajustáveis”<sup>52</sup>. Esta noção de adaptação permanente entre os dois agentes leva-nos a acreditar numa relação animada por alguma elasticidade, onde as necessidades de produção jornalística e os interesses das fontes de informação se ajustam umas às outras.

Os políticos necessitam dos meios de comunicação social para fazer chegar a sua mensagem às grandes massas e aos potenciais eleitores. Todas as suas ações e discursos

---

<sup>50</sup> N. TRAQUINA, “As Notícias”, in *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, op. cit., p. 172.

<sup>51</sup> W. LIPPMAN, apud TRAQUINA, “As Notícias”, in *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, op. cit., p. 173.

<sup>52</sup> R. SANTOS, *Jornalistas e Fontes de Informação*, op. cit., p. 26.

públicos, assim como todos os contactos com os jornalistas, são preparados e pensados para se adaptarem às fórmulas narrativas dos *media*. Ainda assim, estão bem conscientes e respeitam os pressupostos de objetividade e imparcialidade previstos na conduta ética da profissão. Do lado dos jornalistas, existe uma necessidade permanente de acesso e transmissão da realidade política do país e do mundo. Daí que se esforcem igualmente no diálogo com os agentes políticos (representantes governamentais, representantes partidários e assessores): o anonimato das fontes e o respeito pelo *off the record* são ingredientes necessários para preservar esta relação e o acesso às informações, na sua grande maioria, mais sensíveis.

Todavia, e é neste ponto que as contribuições teóricas dos autores ganham especial importância, “a interação entre fontes e jornalistas não quer dizer que as duas partes se fundam e formem um todo unificado – *cultura partilhada* –, com perda das identidades separadas”<sup>53</sup>. Ainda que possa parecer paradoxal, os autores consideram a construção noticiosa como sendo um esforço comum entre dois conjuntos de atores que preservam e defendem as suas fronteiras. Para explicar melhor este complexo sistema de comunicação, Blumler e Gurevitch propõe dois paradigmas: o *adversarial* e o de *troca*.

O *modelo adversarial* implica um constante conflito entre jornalistas e fontes de informação. Os primeiros perscrutam continuamente os políticos com o objetivo de perceber o que estes realmente escondem. As fontes políticas temem o poder do jornalista e o que ele pode escrever sobre elas. Existe um permanente clima de suspeição mútua. Ora, como os autores atestam, este modelo teórico tem algumas lacunas: desde logo a ideia de um jornalista-inimigo das fontes poderosas não explica como é possível o contacto contínuo entre as duas partes, nem tão pouco a colaboração existente entre ambos; além disso, não parece provável que uma relação de permanente conflito tornasse possível a satisfação das necessidades informativas quer dos políticos, que querem transmitir as suas mensagens, quer dos órgãos de comunicação social que, por sua vez, querem informar a audiência.

O modelo de *troca*, por encadeação lógica, será o oposto do paradigma acima descrito e, partilhando a opinião dos autores, parece-nos o mais adequado. Ainda que, e

---

<sup>53</sup> J. BLUMLER e M. GUREVITCH, *apud* R. SANTOS, *Jornalistas e Fontes de Informação, op. cit.*, p. 26.

convém sublinhar, a relação entre fontes de informação políticas e jornalistas não seja animada por uma devoção de uma das partes em relação à outra – nem os políticos se sujeitam simplesmente aos ditames dos *media*, nem os profissionais noticiosos são fios condutores dos interesses privados de terceiros – existe um clima de cooperação e diálogo quase diplomático entre ambos os agentes.

Outra das conclusões retiradas por Blumler e Gurevitch, estas resultado de uma análise sobre a cobertura das eleições gerais britânicas no ano de 1979, coloca os jornalistas e as organizações mediáticas, em particular a televisão, no centro da construção da narrativa política. Ainda que os políticos sejam os principais personagens, em torno dos quais giram as histórias, os *media* são narradores quase onnipotentes. Para tal contribuem alguns fatores descritos pelos autores e que recaem sobretudo no papel dos jornalistas no processo de seleção, edição e transformação em notícias dos acontecimentos políticos do dia de campanha. Ora, esta truncagem da realidade vai moldar e fazer convergir a discussão pública e política em torno de um punhado de temas, em detrimento de outros. Igualmente fragmentador da realidade é a regra de um «assunto por dia» em tempo de cobertura de eleições, sem que se labute para a criação de uma linha de sucessão lógica e contínua de temas de interesse público. Esta realidade, aliada à personalização excessiva e dramatização dos atores políticos contribuirá para uma despolitização da sociedade.

#### **1.1.6 Arena mediática – assessores de imprensa, jornalistas e organizações noticiosas**

Chegados ao ponto da discussão teórica em que aqui nos encontramos, parece-nos importante refletir sobre o papel dos assessores de imprensa, ou seja, das fontes autorizadas, na construção noticiosa. Ao longo da nossa exposição fomos sendo confrontados com a hipótese de uma agenda mediática fortemente influenciada pelas narrativas e pelos objetivos das fontes de informação mais poderosas. Percebemos também que os jornalistas têm um papel decisivo em selecionar e em creditar as fontes que melhor se coadunam com as suas necessidades produtivas. Ainda assim, concluímos que, pelo facto de os jornalistas se reunirem quase invariavelmente em torno dos *canais de rotina*, as fontes oficiais conseguem, com uma relativa taxa de sucesso, fazer veicular na imprensa as suas visões dos factos. Observámos que essa aparente hegemonia das fontes de informação mais credíveis e com maior autoridade quebra-se quando os *media* detetam, ou são levados a crer, que existem factos

contraditórios aos expostos por essas mesmas fontes. Neste contexto, é na permanente, e necessariamente incansável, perscrutação daquilo que a fonte não quer revelar, que reside o papel de contrapoder do jornalista. Todavia, e cada vez mais, as estruturas de poder [Governo, partidos, instituições bancárias, empresas multinacionais] escudam-se por detrás de mecanismos altamente eficazes na missão de proteger as informações negativas do olhar crítico dos jornalistas e do público. Os principais agentes ao serviço dessas estruturas são os assessores de imprensa e as relações públicas, que, para efeitos da nossa discussão, vão assumir o mesmo perfil: são os responsáveis pela comunicação pública e interna de uma organização. Para compreendermos melhor a forma como estes atores se relacionam com os jornalistas e como desempenham o seu papel, é imperioso analisarmos as contribuições teóricas de Stephen Hess e Ericson *et. al.*.

Na obra *The Government/Press connection – Press officers and their offices*, publicado em 1984, Stephen Hess, que, além de reconhecido investigador no âmbito dos *media* e das relações públicas, serviu ainda quatro presidentes norte-americanos (Eisenhower, Nixon, Gerald Ford e Jimmy Carter)<sup>54</sup>, trouxe para a discussão uma visão mais conciliadora da relação entre fontes de informação e jornalistas. Para o autor, “tanto os repórteres como os assessores de imprensa tendem a descrever-se como reactivos, e não como iniciadores de algo”<sup>55</sup>. Assim, Hess contraria a lógica de uma relação entre jornalistas e fontes de informação dominada pelas últimas, e propõe antes uma ligação umbilical entre estes dois agentes, alicerçada numa base de resposta a estímulos produzidos, ora por uns, ora por outros.

Podemos aqui abrir um parêntese e analisar esta postulação à luz do atual paradigma de fluxo permanente, contínuo e instantâneo da informação, num contexto de crise política e económica como o nosso: os altos representantes do Governo pronunciam-se sobre uma determinada medida política altamente fraturante; os jornalistas analisam as declarações, acedem a fontes que lhes permitam compreender melhor os factos e publicam as notícias, ou imediatamente nas edições *online*, ou nos noticiários – no caso das televisões e das rádios – ou na versão impressa do dia seguinte; os outros órgãos de comunicação social, os comentadores políticos e o público [leitores, telespectadores, ouvintes] reagem e instala-se eventualmente uma crise; o Governo reage à crise, os jornalistas analisam essa resposta, os comentadores políticos e

---

<sup>54</sup> Biografia de Stephen Hess, in URL: <http://www.brookings.edu/experts/hesss?view=bio>.

<sup>55</sup> S. HESS, *apud* V. MOREIRA, *Fontes Sofisticadas de Informação*, *op. cit.*, p. 27.

o público fazem eco das suas preocupações perante a atuação dos seus dirigentes máximos, e assim o ciclo continua. Este exemplo – e poderia ser outro, desde das habituais sessões parlamentares até às disputas internas de um partido, desde das conferências de imprensa às fugas de informação – é demonstrativo da cadeia de ação-reação proposta por Hess que constitui a relação entre jornalista-fonte e, em última análise, que edifica a realidade noticiosa num determinado momento.

Nesse sentido, o investigador norte-americano vê nas agências governamentais e nos seus representantes para a comunicação uma maior predisposição para responder a crises do que para tentar manipular ou controlar as notícias, por uma razão que o autor considera quase perversa: “[os assessores de imprensa] não são suficientemente dotados ou importantes para manipular as notícias”<sup>56</sup>. O termo *perverso* não surge, de todo, de forma inocente. Por isso, Stephen Hess não deixa de sublinhar:

“ [As] organizações, incluindo as agências governamentais, sentiram-se bastante tentadas a gerir as notícias, caso tivessem o monopólio sobre as fontes de informação”<sup>57</sup>.

Esse monopólio escapa-se-lhes porque 1) fontes da oposição externa, igualmente poderosas, competem no acesso aos *media*; 2) é impossível manter a máquina de tal forma oleada que impossibilite erros individuais (na conduta profissional e na vida pessoal, na comunicação com os *media*), que podem gerar *escândalos* e despoletar crises; 3) a coesão interna de uma organização é sistematicamente minada por detratores e por agentes cujo objetivo é o de prejudicar mediaticamente algum dos seus congéneres (através de fugas de informação, por exemplo).

No entanto, mesmo reconhecendo que o papel dos assessores de imprensa e dos responsáveis pela comunicação das organizações baseia-se, em grande parte, na gestão de crises e na proteção de informações potencialmente prejudiciais às agências que representam, devemos assumir que existem profissionais que, pela excelência do seu trabalho, conseguem “prolongar os efeitos mediáticos de uma notícia positiva” e “fazer passar despercebidos factos negativos”<sup>58</sup>.

---

<sup>56</sup> S. HESS, *apud* V. MOREIRA, *Fontes Sofisticadas de Informação, op. cit.*, p. 27.

<sup>57</sup> *Idem, ibidem*, p. 28.

<sup>58</sup> V. MOREIRA, *Fontes Sofisticadas de Informação, op. cit.*, p. 28.

Esta capacidade deriva não somente do talento individual, mas é também consequência de dois fatores interligados entre si: a grande maioria dos assessores de imprensa são antigos jornalistas. Os melhores assessores sabem, naturalmente, preservar uma rede de contactos prolífera com alguns membros das organizações noticiosas – mais simpáticos e cooperantes com uma determinada *cor* política – e dominam também as rotinas e os *timings* da produção noticiosa.

Nesse sentido, parece-nos importante denunciar um eventual conflito de interesses entre jornalistas e ex-jornalistas/assessores de imprensa: se a grande maioria dos representantes para a comunicação das grandes organizações – no caso da nossa discussão, os assessores do Governo e dos partidos – foram antigos jornalistas, é naturalmente expectável que ainda mantenham laços de amizade com colegas de profissão no ativo, com os quais podem ter, inclusive, partilhado a mesma redação. Essas relações privilegiadas, e insistimos mais uma vez, naturais e compreensíveis, podem, no entanto, ser uma faca de dois gumes: se por um lado os jornalistas veem nos seus antigos colegas uma fonte leal e honesta que lhes faz chegar informações credíveis e esclarecimentos úteis em situações de crise, estas relações podem originar constrangimentos na hora de perceber a verdade dos factos. Em situações mais graves, os jornalistas podem mesmo ser usados pelos seus ex-colegas como porta-vozes de uma determinada figura política, partido ou do Governo.

Pese embora esta última observação, Hess não deixa de elogiar o papel dos assessores de imprensa, que considera instrumentos úteis para o interesse público. Primeiro, porque, ao conhecerem intimamente as técnicas de comunicação e de construção de uma notícia, os assessores constroem um produto informativo – conferências de imprensa bem articuladas, *press realese* compactos – inteligível e mais preciso “do que os relatos apressados escritos por repórteres generalistas”<sup>59</sup>. Depois, e no mesmo sentido, porque os gabinetes de imprensa “ajudam a apresentar a informação de um modo ordenado”<sup>60</sup>. O sentido do termo *ordenado* empregue pelo autor pode transparecer alguma ambiguidade: os assessores de imprensa têm o condão de relatar factos com exatidão e de responder competentemente às solicitações dos *media*, mas, quando ordenam e realinham discursos e narrativas, podem conseguir controlar o auditório a que se dirigem. A conclusão de Stephen Hess, e que vai ao encontro do que

---

<sup>59</sup> S. HESS, *apud* MOREIRA, *Fontes Sofisticadas de Informação*, *op. cit.*, p. 27.

<sup>60</sup> *Idem, ibidem.*

aqui já havia sido exposto através do contributo de outros autores, é de que as instâncias do poder e os seus representantes comunicacionais não têm, por si só, força para controlar os *media*: “o que mantém a gestão das notícias em cheque – mais do que a falta de capacidades e recursos de manipulação – é o pluralismo”<sup>61</sup>.

A nossa discussão sobre como as fontes procedem neste jogo dicotómico entre o que se deve – e quando se deve – revelar e que informação se deve proteger do olhar crítico do público (*media* incluídos), não ficaria completa sem os contributos teóricos de Richard V. Ericson, Patrícia M. Baranek e Janet B. L. Chan.

No livro *Negotiating Control – a study of news sources* (1989), os autores empenharam-se na criação de um quadro esquemático composto por duas regiões: as da frente ou de vanguarda (*front regions*) e as regiões da retaguarda (*back regions*), ambas animadas por momentos de abertura e de fechamento. Dentro deste sistema convivem quatro vetores: o secreto (*secrecy*), a confiança (*confidence*), a censura ( *censorship*) e a publicitação (*publicity*).

O esquema desenvolvido por Ericson *et. al.* é bastante elucidativo sobre a forma como uma organização (política, económica) comunica com o público e com os *media*. Assim, temos a região de retaguarda que, como o nome indica, é uma área interna à qual o acesso público está, na grande maioria das vezes, vedado. Esta região compreende, por exemplo, os produtos em incubação que estão a ser desenvolvidos pelas agências – ou as medidas políticas em preparação no caso das estruturas governamentais. A região de vanguarda, por seu turno, engloba todos os esforços de comunicação com o público: é o rosto, nem sempre translúcido, da organização.

A retaguarda pode ser animada por dois comportamentos (vetores): o secreto e a confiança. Se o secreto pressupõe a não revelação dos planos traçados internamente pela estrutura, a confiança inicia-se com a abertura estratégica – coincidente, ou não, com os interesses gerais da organização – da região. Para Ericson *et. al.*:

“(...) o policiamento da informação contém, muitas vezes, a consideração do momento mais vantajoso para divulgar certas informações a determinadas audiências”<sup>62</sup>.

---

<sup>61</sup> S. HESS, *apud* MOREIRA, *Fontes Sofisticadas de Informação, op. cit.*, p. 28.

<sup>62</sup> R. ERICSON *et. al.*, *apud* MOREIRA, *Fontes Sofisticadas de Informação, op. cit.*, p. 31.

Esta atitude de *confidência*, materializada sob a forma de fugas de informações, exclusivos ou balões de ensaio, permite à fonte (coletividade ou singular) controlar a informação e o seu impacto, com a vantagem de reproduzir, o mais fielmente possível, os seus interesses próprios.

Em relação à região de vanguarda, as duas atitudes – fechamento e abertura – conjugam-se igualmente, revezando-se consoante os interesses das agências e os estímulos externos. No caso da publicitação, que consiste na abertura na região da vanguarda, existe um consciente conjugar de esforços – personificados na figura do relações públicas/assessor de imprensa – no sentido de produzir notícias positivas, ao mesmo tempo que se tentam controlar e ocultar os aspetos mais negativos da instituição. Estes esforços serão, necessariamente, intrusivos e persuasivos. Tudo com único objetivo: moldar positivamente a opinião pública a seu favor. Quando as organizações são confrontadas com escândalos e alguns dos seus aspetos mais negativos são tornados públicos, na grande maioria das vezes, todos os esforços de publicidade positiva e de controlo de danos falham, e a instituição passa a ter uma *má imprensa*. Para responder a esses estímulos negativos externos a estrutura tende a fechar, ainda que não totalmente, a sua região de vanguarda, numa atitude a que os autores dão o nome de *censura*. Aberta a *Caixa de Pandora*, a empresa ou a agência política procura a reconciliação com a opinião pública. Essa reaproximação dá-se, na generalidade dos casos, através de uma aparente abertura aos jornalistas para explicar a crise entretanto instalada. Fazendo-se valer de um porta-voz que comunica com os jornalistas e que tem de ser, necessariamente, capaz e profissional a explicar o que aconteceu, as organizações colocam-se “numa posição semelhante à de quem se confessa”<sup>63</sup>. O ato de confessar um desvio comportamental ou de conduta – quando não um crime – e a assunção do erro, se bem gerido, pode, inclusivamente, trazer um retorno positivo, ou menos negativo, à instituição, que, assim, se redime, pelo menos parcialmente, perante a opinião pública.

Todavia, é falacioso reduzir os contributos teóricos de Ericson *et. al.* a este esquema metodológico. Pese embora a importância das conceções preconizadas pelos autores para a nossa compreensão do papel dos assessores de imprensa e das fontes autorizadas na construção da realidade que nos rodeia, as suas propostas para o

---

<sup>63</sup> R. ERICSON *et. al.*, *apud* MOREIRA, *Fontes Sofisticadas de Informação*, *op. cit.*, p. 33.

entendimento da relação complexa entre fontes de informação e jornalistas ser-nos-ão igualmente úteis.

À semelhança do que fomos discutindo, os autores defendem igualmente que as notícias são fruto de uma construção da realidade negociada entre jornalistas e fontes de informação.

“As notícias são um processo de transacção entre os jornalistas e as suas fontes (...) A fonte primária da realidade para as notícias não é aquilo que é exibido ou que acontece no mundo real. A realidade das notícias está imbuída na natureza e no tipo de relações sociais e culturais que se desenvolvem entre os jornalistas e as suas fontes. E, na política das notícias, esta circunstância emerge em cada facto noticioso específico”<sup>64</sup>.

Como negócios que são, a concessão de informações (fonte) e a posterior transformação e publicação das notícias (jornalista) estão sujeitos a cláusulas que, no caso de serem desrespeitadas, anulam o acordo. Dentro deste *jogo negociado* existem fontes mais poderosas do que outras, mas quem dita as regras são os jornalistas e as organizações noticiosas.

“Todas as instituições noticiosas têm um bem fundamental que os coloca numa posição poderosa: o poder de negar à fonte qualquer acesso; o poder de levar a cabo uma cobertura que contextualize negativamente a fonte; o poder de deter a última palavra; e o poder de traduzir para o senso comum informação especializada e particular”<sup>65</sup>.

Neste contexto, os jornalistas, enquanto negociadores, assumem um poder real e determinante na construção noticiosa. Se impedirem que a fonte os contacte, retiram-lhe todo o poder de influência; se contextualizarem negativamente a informação sobre a fonte, arruinarão a imagem pública da agência e/ou do ator político; se, mesmo aceitando o donativo informativo da fonte, se decidirem por uma abordagem não inteiramente concordante com a sua visão, frustra-lhe os planos iniciais; e, por terem a capacidade única na sociedade de traduzir o jargão político-económico e de o disseminar para as grandes massas, são uma ameaça constante às elites do poder.

Traduzidos assim, estes poderes parecem inclinar favoravelmente a balança para o lado dos jornalistas. Todavia, e como os autores fazem questão de sublinhar, as fontes

---

<sup>64</sup> R. ERICSON *et. al.*, *apud* MOREIRA, *Fontes Sofisticadas de Informação*, *op. cit.*, p. 34.

<sup>65</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 35.

de informação não se limitam a cooperar pacificamente. Conscientes da debilidade das suas posições, caso sejam expostas negativamente aos *media* e, conseqüentemente, ao público, as instituições tendem a construir uma relação amistosa com os jornalistas, pautada idealmente pela discrição, e procuram, entre a classe, os profissionais e as organizações noticiosas tendencialmente mais simpáticos para com os seus interesses individuais.

Igualmente conscientes das limitações dos jornalistas, quer individuais, quer organizativas, as fontes de informação autorizadas procuram condicionar a discussão pública, mesmo em momentos de crise, aos tópicos que mais favorecem a instituição que representam. As agências políticas revestem-se de mecanismos capazes de limitar a discussão política e pública dos acontecimentos. Esses mecanismos, a maioria deles já abordados por nós, tais como os *press realese*, as entrevistas patrocinadas, as conferências de imprensa pautadas pelos *soundbites*, não conseguindo controlar no seu todo que informação é reproduzida na imprensa, toldam-na drasticamente.

“(...) as conferências de imprensa e a publicidade política e governamental fornecem dramas de participação e responsabilização, ao mesmo tempo que omitem informação sobre a análise política e informação substantiva”<sup>66</sup>.

Estas *cortinas de fumo*, que revelam verdades parciais e ocultam verdades preciosas, resultam, em parte, porque os jornalistas estão constrangidos pelas organizações noticiosas a que pertencem e que lhes impõe uma rotina, um discurso e um ritmo próprios. Os *media*, como atestam os autores, também têm interesses em fazer convergir a verdade com a sua visão dos acontecimentos, aos quais o jornalista-funcionário não pode ficar totalmente indiferente.

“Entre a multiplicidade de interesses encontram-se as próprias organizações noticiosas, que competem umas com as outras, assim como com as organizações das fontes, para divulgar as suas versões preferidas da realidade. Tal como as fontes têm interesses políticos específicos em certos assuntos particulares, também as organizações noticiosas os têm”<sup>67</sup>.

No decorrer da nossa discussão, já analisámos alguns dos constrangimentos organizativos a que os jornalistas estão sujeitos. Todavia, chegados ao diagnóstico

---

<sup>66</sup> R. ERICSON *et. al.*, *apud* MOREIRA, *Fontes Sofisticadas de Informação, op. cit.*, p. 38.

<sup>67</sup> *Idem, ibidem*, p. 40.

proposto por Ericson *et. al.*, que propõe a existência de organizações noticiosas com interesses políticos próprios, parece-nos o momento ideal para examinar as limitações que os profissionais dos meios de comunicação social enfrentam no seio das instituições a que pertencem.

Warren Breed, na obra *Social Control in Newsroom: A Functional Analysis* (1955), acredita que todos os órgãos de comunicação social têm uma orientação política, seja ela admitida ou não. Ainda que essa orientação política não seja expressa de forma declarada, ela existe em cada seleção de notícias, em cada destaque dado a determinada figura ou medida política e em cada omissão ou secundarização de acontecimentos que não comungam com os interesses gerais das organizações noticiosas. Os executivos, que na conceção de Breen incluem os *publishers* e a equipa de editores escolhida para chefiar a redação, são os responsáveis pela definição dessa política editorial, edificada sobre uma consciente parcialidade, não partilhada, obviamente, pelos staffers (jornalistas), que têm de respeitar os pressupostos ético-deontológicos que distinguem e fazem respeitar a profissão de jornalista.

Estamos, assim, perante um cenário de aparente disputa permanente: de um lado, os proprietários e os seus representantes dentro da redação lutam para que os seus interesses políticos sejam impressos em cada parágrafo do jornal; do outro lado, os jornalistas querem divulgar o mais objetivamente possível a verdade. Então, como se resolve o diferendo? Breen acena com o “conformismo [dos jornalistas] para com orientação política” do jornal.

Os staffers, especialmente os mais inexperientes e recém-chegados, percebem a política editorial do jornal sem que nunca lhe seja expressamente dita, isto é, sem que lhe seja diretamente imposta. Semelhante a um processo de “osmose”, o jornalista aprende como deve proceder e qual o seu papel através da perceção do que é o seu jornal e de que lugar ocupa no mercado (a que tipo de público se dirige, por exemplo); e através da relação com o seu editor e com os restantes executivos que avaliam o seu trabalho, publicando-o, modificando-o ou ignorando-o por completo sob o rótulo de «não relevante». Nesse sentido, os executivos nunca dão ordens, no aspeto mais negativo do termo... Os executivos emitem opiniões e sugerem pequenas alterações.

“Em termos sociológicos, isto significa que se socializam e «aprendem as regras» como um neófito numa subcultura. Basicamente, a

aprendizagem da política editorial é um processo através do qual o novato descobre e interioriza os direitos e as obrigações do seu estatuto, bem como as suas normas e valores. Aprende a antever aquilo que se espera dele, a fim de obter recompensas e evitar penalidades”<sup>68</sup>.

No entanto, sendo a militância política um putativo paradoxo da profissão de jornalista, a submissão a uma linha editorial politizada levanta questões sobre a credibilidade e fiabilidade dos jornalistas. Warren Breed avança com seis razões para esse conformismo dos jornalistas face às orientações políticas impostas: 1) a autoridade institucional e as sanções – e aqui, o autor não se refere tanto aos despedimentos, mas sim às despromoções e ao afastamento de determinadas matérias (aos editores cabe sempre a escolha de quem faz o quê dentro do jornal); 2) os sentimentos de obrigação e estima para com os superiores, que têm um peso enorme na altura de contestar alguma decisão; 3) as aspirações de mobilidade e de progressão na carreira, naturais em todas as profissões, seriam seriamente hipotecadas em caso de dissonância constante com os seus chefes; 4) a ausência de grupos de lealdade em conflito, isto é, de sindicatos ou de ordens, capazes de defender eficazmente os jornalistas em caso de disputas laborais; 5) o prazer que atividade jornalística concede a quem a pratica, quer pelo convívio da redação – executivos incluídos –, quer pelo interesse natural dos temas, quer pelas gratificações não financeiras, isto é, o prestígio, a ilusão de poder e o retorno experiencial a que se tem acesso quando se exerce a profissão; 6) a ideia de notícia enquanto mercadoria, implícita na crença que quanto maior for o número de notícias conseguidas pelo jornalista, maior será a sua competência. Porém, a persecução feroz de notícias ditada, pelo brio profissional e pela necessidade de enfrentar a concorrência, retira capacidade de análise objetiva à linha editorial que se está a seguir.

Ainda que Warren Breed atente à existência de uma eventual censura intra-organizacional, mas também, e sobretudo, de uma autocensura mimética, fruto de um “processo de controlo social, no qual se castigam os desvios (geralmente de um modo suave)”<sup>69</sup>, o sociólogo não deixa de considerar a existência de alterações comportamentais e que os jornalistas podem, em determinadas situações, agir contra ou iludir a política editorial. Dessa forma, Breed aponta cinco fatores que podem conduzir a uma maior liberdade entre os jornalistas. O primeiro encontra-se na enorme área

---

<sup>68</sup> W. BREED (1955), “Controlo social na redação. Uma análise funcional”, in N. TRAQUINA, *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, op. cit., p. 155.

<sup>69</sup> *Idem, ibidem*, p. 161.

cinzenta que os jornalistas podem explorar, visto que “as normas da política editorial nem sempre são completamente claras”<sup>70</sup>.

A segunda forma de desvio é intrínseca ao próprio trabalho do jornalista, a quem compete a seleção de factos, de fontes a consultar e dos pontos de vista a dar destaque em detrimento de outros. O jornalista pode, por isso, influenciar determinantemente o tom e o enquadramento da notícia, sem que os seus editores o percebam. Ao mesmo tempo, os *staffers*, quando confrontados com a decisão dos executivos de não publicar ou dar destaque a uma notícia que eles consideram relevantes, podem passá-la a colegas de outros jornais, obrigando, assim, os executivos a acompanharem a concorrência. Por outro lado, nem todos os jornalistas gozam da mesma relevância dentro da redação: os que têm mais estatuto podem ir deliberadamente contra a política editorial sem que sejam formalmente repreendidos pelos executivos.

O quinto e último fator proposto por Breed para explicar eventuais *prevaricações* dos jornalistas face à orientação política do jornal, que, importa recordar, nunca é imposta, mas é, ainda assim, omnipresente, reside nos quatro tipos de notícias que os jornalistas escrevem. Na reportagem de política ou de campanha, tal como a reportagem atribuída pelo editor, o jornalista trabalha sobre ordens e orientações precisas dos seus editores, pelo que, apesar do seu trabalho de seleção, tem pouca margem de manobra. Já a *beat story*, associada aos jornalistas especializados e que frequentam os *canais de rotina* e os *lugares de permanência*, capacita os *staffers* de uma maior liberdade editorial: são os próprios a assumir funções de editor e a escolher que histórias perseguir. Finalmente existem as reportagens iniciadas pelos *staffers*, logo, com um elevado grau de autonomia e liberdade criativa. Todavia, são menos comuns, pois a falta de tempo e a sobrecarga de trabalho assim o determina.

O contributo teórico de Warren Breed, ainda que não incida tanto sobre a relação entre fontes e jornalistas, mas mais sobre a relação entre jornalistas e editores, é uma importante visão sobre uma variável que não pode ser ignorada: o peso da organização noticiosa e da sua bagagem política-ideológica na construção das notícias que moldam a nossa realidade. Neste sistema, fontes de informação, jornalistas e editores (aqui,

---

<sup>70</sup> W. BREED (1955), “Controlo social na redacção. Uma análise funcional”, in N. TRAQUINA, *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, op. cit., p. 162.

executivos incluídos) formam uma simbiose permanente, tal como descreve Michael Schudson:

“(…) a criação de notícias é sempre uma interacção de repórter, director, editor, constrangimentos da organização da redacção, necessidade de manter laços com as fontes, os desejos da audiência, as poderosas convenções culturais e literárias dentro das quais os jornalistas frequentemente operam sem as pensar”<sup>71</sup>.

A socióloga Gaye Tuchman partilha igualmente da visão de Schudson e de Breed, reafirmando a existência de um *controlo social* intra-organizacional. A autora, que observou presencialmente a redacção de um jornal diário, concluiu, em conversa com os jornalistas da redacção, o seguinte:

“(…) o repórter sabe que o seu trabalho escrito passará através de uma cadeia organizacional composta por uma hierarquia de editores e respectivos assistentes. Como os jornalistas esclarecem prontamente, o processo de uma notícia envolve «conjecturas». O repórter «faz conjecturas» sobre as preferências do editor da secção local e os seus assistentes, que fazem o mesmo género de conjecturas em relação aos editores da secção política, e estes em relação aos editores principais, que, por sua vez, fazem conjecturas sobre as preferências do director, e todos eles «conjecturam» a vontade do proprietário”<sup>72</sup>.

Resta-nos acrescentar que todos estes agentes fazem conjecturas sobre os interesses dos leitores que os seguem. A repetição do termo *conjetura* não é, de todo, inocente. A autora faz uso deste recurso estilístico para atestar o peso das expectativas do público e dos superiores na cadeia de decisões que o jornalista enfrenta quando está a escrever a notícia. Perante um eventual *feedback* negativo contínuo dos seus superiores hierárquicos, o repórter vai-se retrair e aproximar-se-á dos valores da política editorial da organização noticiosa. Ainda que o certificado de objectividade aplicada em cada construção noticiosa seja uma arma em posse dos jornalistas, conforme constata Tuchman, as constantes repreensões, subtis ou explícitas, ou, pelo menos, a exposição permanente a essa ameaça, culminarão, da parte dos repórteres, na eventual adoção da ideologia intrínseca do jornal a que pertencem.

---

<sup>71</sup> M. SCHUDSON, *apud* MOREIRA, *Fontes Sofisticadas de Informação*, *op. cit.*, p. 44.

<sup>72</sup> G. TUCHMAN (1971), “A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas, in Nelson TRAQUINA, *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, *op. cit.*, p. 77.

Por isso, a autora conclui que as notícias são o resultado de uma construção social da realidade, onde operam, competem e negociam jornalistas – com as suas idiossincrasias, rotinas profissionais e fórmulas narrativas –, as fontes de informação e os seus interesses próprios – ora revelando informação positiva, ora ocultando factos negativos a seu respeito –, e as organizações noticiosas – com as suas inclinações ideológicas, práticas concorrenciais e imperativos comerciais. A notícia ganha assim um estatuto de *estória*: os jornalistas são narradores-personagens – espectadores e intrusos; as fontes de informação, antagonistas ou personagens coadjuvantes; e as organizações noticiosas são os meios por onde as estórias fluem, toldando-as através das suas características físicas – um jornal não relata uma notícia da mesma forma que a televisão – e através das suas características *psicológicas* – a postura ideológica da instituição é pedra-basilar na narrativa.

“Dizer que uma notícia é uma «estória» não é de modo nenhum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o facto de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna. Os relatos noticiosos, mais uma realidade selectiva do que uma realidade sintética, como acontece na literatura existem por si só. Eles são documentos públicos que colocam um mundo à nossa frente”<sup>73</sup>.

### **1.1.7 O espaço das fontes não oficiais**

Ao longo da nossa discussão, tornou-se evidente que as fontes oficiais dominam o acesso aos *media*, ainda que competiam entre si e com outras fontes não-oficiais. Chegámos igualmente à conclusão que, em determinados contextos, especialmente os de crise, as fontes não oficiais conseguem impor a sua posição na arena mediática. Uma possível explicação para esta realidade reside, em parte, no crescente divórcio entre a classe político-económica, as elites, e os outros quadrantes da sociedade. Existe uma crise representativa dos interesses comuns dos cidadãos, que não veem algumas das suas maiores preocupações presentes nas agendas dos seus governantes ou candidatos a governantes. As organizações que se situam fora do aparelho político veem neste vazio de representatividade uma oportunidade a explorar. A socióloga Alison Anderson dá o exemplo das ONG's que, através de campanhas de conscientização dramatizadas, pressionam e impõe a discussão pública e mediática de questões relacionadas com o

---

<sup>73</sup> G. TUCHMAN (1976), “Contado Estórias”, in N. TRAQUINA, *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, op. cit., p. 258.

ambiente. Estas tomadas de posição atraem a atenção dos *media*, especialmente em altura de crise (ex.: derrame petrolífero) ou quando atingem determinadas estruturas e eventos sociais (ex.: a invasão da GreenPeace ao estádio da Luz, na Final da Liga dos Campeões Europeus). A um outro nível, podemos considerar os movimentos partidários (ex.: Que se Lixe a Troika!) que conseguem canalizar o descontentamento generalizado e transformá-lo em atenção mediática. Todavia, pese embora o manifesto ganhar de espaço no debate público destas fontes não oficiais, é impossível analisar o seu real impacto político. Até porque, “tais movimentos sociais (...) [baseiam-se] em redes ligadas a comunidades, de hierarquias e tempo de vidas frágeis”<sup>74</sup> e o seu acesso aos *media* é descontínuo. Para Paul Manning, que acredita, tal como preconiza Sigal, que os sindicatos consideram-se, eles próprios, fontes não oficiais e “movimentos sociais marginalizados politicamente”<sup>75</sup>, estas estruturas hierárquicas, pobres em recursos materiais e simbólicos – do ponto de vista do interesse jornalístico, claro –, conseguem imiscuir-se no debate público através de ações espontâneas e espetaculares. Todavia, “o espectacular e o mediático esgotam a médio prazo, a credibilidade dessas fontes”<sup>76</sup>, obrigando-as a procurar outras estratégias.

Neste sentido, e a título de exemplo, podemos considerar a manifestação da CGTP/IN, na manhã do dia 26 de novembro de 2013, seguida da invasão de forças sindicalistas aos ministérios da Saúde, do Ambiente e das Finanças, na tarde desse mesmo dia. Ora, estas estratégias não são, de todo, inocentes. Além do óbvio intuito de manifestar o seu descontentamento, estas ações consecutivas tinham um outro objetivo: recuperar a atenção mediática perante uma certa apatia das organizações noticiosas em dar uma cobertura exaustiva às manifestações sindicais anteriores a essa, necessariamente menos impactantes a nível mediático do que aquela que aconteceu no dia 29 de setembro de 2012. Daí que, apesar de terem um grande potencial de impacto na agenda política e mediática, as fontes não oficiais, neste caso os sindicatos, fazem-no a espaços, episodicamente.

Igualmente descontínuo e contextual é o debate mediático das questões de risco, analisado por Jenny Kitzinger e Jacquie Rilley num estudo da cobertura de três casos: genoma humano, síndrome da memória falsa e doença das vacas loucas. Os autores

---

<sup>74</sup> R. SANTOS, *Jornalistas e Fontes de Informação*, op. cit., p. 39.

<sup>75</sup> *Idem, ibidem*, p. 40.

<sup>76</sup> *Idem, ibidem*, p. 41.

concluíram que os riscos não são reportados necessariamente pela gravidade que representam para a sociedade e que a sua problematização é fortemente influenciada pelo interesse jornalístico – e aqui, o drama, assim como a novidade e o medo do desconhecido são, necessariamente, ingredientes –, pelo contexto cultural, pelas ações das várias fontes em confronto e pela resposta do público à ameaça. Assim, é natural que uma determinada epidemia ganhe contornos mediáticos catastróficos, ainda que pouco duradouros, sem que o perigo real corresponda ao alarmismo instalado. Ao mesmo tempo, outros riscos mais sérios são negligenciados<sup>77</sup>. Neste contexto, e sobretudo em alturas em que as estruturas governamentais não conseguem responder a todas as solicitações e anseios sociais, as fontes não oficiais têm um relativo sucesso em conquistar o seu espaço mediático e em publicitar o seu ponto de vista.

### 1.1.8 O fenómeno das fontes anónimas

O autor português Jorge Pedro Sousa analisou, em 2001, a recorrência com que os jornalistas do *Diário de Notícias* e do *Público* utilizam as fontes anónimas, num artigo intitulado, precisamente, “A utilização de fontes anónimas no noticiário político dos diários portugueses de referência: Um estudo exploratório”. Esta análise é fortemente influenciada por Ricardo Jorge Pinto, com quem partilha a crença na existência de um novo paradigma do jornalismo.

Este novo paradigma propõe uma mudança fraturante com a forma tradicional de fazer jornalismo: a interpretação e a análise na construção noticiosa substituíram o relato factual. Ricardo Jorge Pinto aponta cinco fatores determinantes para esta alteração: 1) a desregulação dos *media*; 2) o domínio da televisão enquanto meio de comunicação e das suas fórmulas narrativas; 3) a multiplicação das fontes; 4) a sua profissionalização; 5) e a convergência de estilos entre os jornais, ditada pelas práticas concorrenciais<sup>78</sup>. O jornalismo político foi o que mais sofreu com estas mudanças nomeadamente, por trabalhar notícias de grande interesse público, por tratar assuntos delicados e por ser servido, não raras vezes, por fugas de informação e denúncias – fenómeno que cria um campo onde o conforto da anonimidade crava as suas presas.

Nesse sentido, e de forma a perceber o quão frequente é o uso das fontes anónimas nos dois diários de referência e de perceber como é dado o anonimato – *on*

---

<sup>77</sup> R. SANTOS, *Jornalistas e Fontes de Informação*, *op. cit.*, p. 40.

<sup>78</sup> J. SOUSA, “A utilização de fontes anónimas no noticiário político dos diários portugueses de referência: Um estudo exploratório”, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2002, p. 5.

*background* ou *on deep background* –, sempre no âmbito do noticiário político, João Pedro Sousa conclui que: 1) no conjunto dos dois jornais, durante os meses de janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro, 790 notícias de um total de 7686 ( $\pm 10\%$ ) provinham de fontes anónimas; 2) cerca 89% das fontes consultadas eram identificadas; 3) apenas 8% dos períodos de citação correspondiam a citações de fontes anónimas; 4) A grande maioria (70%) das fontes anónimas era identificada pelo estatuto que gozava (ex.: membro da comissão política do PSD), em detrimento de uma informação mais vaga, como por exemplo, “fonte ligada ao processo”; 5) e cerca de 68% das citações utilizadas provinham de fontes *on background*.

Podemos apontar duas críticas ao estudo de Jorge Pedro Sousa: a primeira, que o próprio reconhece, é a inclusão, na amostra analisada, de notícias respeitantes às atividades Governo e às atividades autárquicas. Estes acontecimentos são, por norma, meramente protocolares ou rotineiros, pelo que, as fontes oficiais, predominam naturalmente. Assim, os dados quanto ao uso de fontes anónimas podem ter sido adulterados por comparação. A segunda, e para nós a mais relevante, é a não inclusão de notícias respeitantes ao período eleitoral, neste caso, das eleições autárquicas de 2001. Isto porque, a nosso ver, ainda que sem nenhuma base científica, apenas experiencial, o período de eleições é, invariavelmente, um período marcado por fugas de informação, troca de acusações, denúncias, documentos incriminatórios, etc. Parece-nos evidente que o contacto com fontes anónimas aumenta exponencialmente nestes períodos.

Ainda assim, estes números provam que a utilização de fontes anónimas no jornalismo político é relativamente residual e deve-se, sobretudo, “à manutenção de canais de comunicação estáveis entre as fontes e os jornalistas”<sup>79</sup>. Devemos também considerar que os jornais respeitam o necessário anonimato das fontes porque, muitas vezes, está em causa a sua posição no seio das estruturas políticas a que pertencem. Todavia, procuram credibilizar ao máximo as fontes consultadas – daí a preferência pelo *on background*. E por último, devemos perceber que, quando o rótulo de “credível” é sinónimo de qualidade, a norma é identificar a fonte. Porém, as exigentes práticas concorrenciais e as querelas partidárias são fatores externos a ter em conta num eventual recurso abusivo de fontes anónimas.

---

<sup>79</sup> J. SOUSA, “A utilização de fontes anónimas”, *op. cit.*, p. 15.

## 1.2 A corrente radical-conspiratória

Finalizada a nossa incursão por alguns dos muitos contributos teóricos que se inscrevem, ou se podem situar dentro da tradição liberal-pluralista da sociologia da comunicação, convém-nos agora debruçar sobre alguns pontos da visão postulada pela corrente radical, onde se insere a teoria conspiratória.

Antes de iniciarmos a nossa discussão, devemos, a bem do rigor científico, eliminar alguns fantasmas, nomeadamente o de estarmos perante a visão de um mundo *orwelliano*, como o descrito na obra *1984*.

A análise do papel dos *media* na sociedade postulada pela tradição radical é fortemente influenciada pelo *neo-marxismo* e pelo conceito de hegemonia de Antonio Gramsci – investigador, político e filósofo de nacionalidade italiana –, ao qual vamos dedicar um muito breve escrutínio.

Gramsci e outros autores que lhe seguiram veem a sociedade de classes como resultado de uma luta contínua e permanente entre estruturas dominantes e estruturas dominadas. As primeiras impõem as suas visões hegemónicas, não através da força, mas sim através da educação cultural e da formação de um pensamento coletivo, pouco dado à construção de contra-definições da realidade<sup>80</sup>.

Os estudos dos *media* e os autores que se inscrevem nesta corrente radical beberam deste campo teórico e não foram indiferentes à doutrina *marxista*. No fundo, estamos perante a extensão da crítica ao modelo capitalista e *neo-liberal*, aplicada, neste caso, ao papel das organizações noticiosas na sociedade. Por isso, alertamos para que o seu contributo teórico não seja diabolizado ou rotulado como uma visão de sociedade escravizada pela alta classe político-económica, cujos *media* propagandísticos são o meio e o fim da manutenção do poder, à semelhança do acontecia e acontece nos

---

<sup>80</sup> Raymond Willians: “uma hegemonia vivida é sempre um processo. (...) É um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis. (...) Além do mais (e isso é crucial, lembrando-nos o vigor necessário do conceito), não existe apenas passivamente como forma de dominação. Tem de ser renovada continuamente, recriada, defendida e modificada. Também sofre uma resistência continuada, limitada, alterada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões (...) Temos então de acrescentar ao conceito de hegemonia o conceito de contra hegemonia e hegemonia alternativa, que são elementos reais e persistentes da prática [...]. A realidade de qualquer hegemonia, no sentido político e cultural ampliado, é de que, embora por definição seja sempre dominante, jamais será total ou exclusiva. A qualquer momento, formas de política e cultura alternativas, ou diretamente opostas, existem como elementos significativos na sociedade.” Citado por J. NEGRÃO, in “O jornalismo e a construção da hegemonia”, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005, pp. 42-43.

regimes ditatoriais. Ao invés disso, a tradição radical deve ser encarada como mais um contributo importante para a nossa perceção das notícias como resultado da construção da realidade, onde operam, como já dissemos, jornalistas, fontes e organizações noticiosas.

Os *media*, não sendo, voltando a frisar, puros meios de propaganda política, estão ao serviço e reproduzem os interesses políticos e económicos dominantes. Os jornalistas têm um papel secundário e pouco relevante na construção noticiosa. A posição do jornalista é frágil e vista de forma determinista: são meros fios condutores do que as fontes de informação poderosas dizem. Estas são as pedras basilares da corrente radical e as premissas da nossa futura discussão.

### **1.2.1 Os primeiros definidores de Stuart Hall *et. al.***

Stuart Hall é um dos principais autores e pensadores da *Birmingham School of Cultural Studies*, uma das escolas percussoras da teoria radical. Nascido na Jamaica, mas tendo vivido e trabalhado no Reino Unido, Hall sentiu de perto o estigma de ser imigrante num país fortemente dividido por tensões raciais, ameaçado pela criminalidade, crise e precariedade crescentes, pelo combate ao fantasma do comunismo e do sindicalismo e comandado pela mão pesada da *Dama de Ferro*, Margaret Thatcher. Este contexto político-social serviu como pano de fundo às investigações inseridas nos Estudos Culturais.

No artigo “The Social Production of News: Mugging in the Media”, originalmente publicado no livro *The Manufacture of News* (1973), Stuart Hall, Chas Critcher, Tony Jefferson, John Clark e Brian Robert estudam a questão das reproduções do *mugging* (crime, numa tradução não literal) nas notícias e do cariz racial e social empregue no discurso jornalístico.

Stuart Hall *et. al.* começam por nos dizer que as notícias são o resultado de uma construção social da realidade. Na base desta cadeia de construção estão os jornalistas e os seus valores-notícia: a forma e o critério com que selecionam e transformam acontecimentos em notícia. Esses valores-notícia não são ensinados, mas sim absorvidos através do processo de socialização existente no interior da redação (tal como diagnostica Warren Breed) e servem, posteriormente, como estruturas de

significado<sup>81</sup>. Outro aspeto presente nesta cadeia é a organização burocrática do órgão de comunicação social: as estórias estão divididas por categorias (ex.: Polícia, Economia, Social, etc.). Os jornalistas operam e especializam-se dentro de uma determinada categoria, desenvolvendo as suas próprias práticas rotineiras e valências<sup>82</sup>. O terceiro aspeto detetado por Hall *et. al.* é o momento da construção da própria notícia, tendo sempre em conta a sua apresentação a um presumível público<sup>83</sup>. A compreensão deste último fator, que Hall *et. al.* consideram decisivo na construção noticiosa, torna-se fundamental para percebermos a análise dos investigadores.

Os jornalistas têm à sua disposição “mapas culturais” que lhes permitem atribuir significado a acontecimentos que eles julgam fazer sentido no âmbito de um conhecimento cultural generalizado. Assim, os autores referem:

“As coisas são noticiáveis porque elas representam a volubilidade, a imprevisibilidade e a natureza conflituosa do mundo. Mas não se deve permitir que tais acontecimentos permaneçam no limbo da «desordem» – devem ser trazidos aos horizontes do «significativo». Este trazer de acontecimentos ao campo dos significados quer dizer, na essência, reportar acontecimentos invulgares e inesperados para os «mapas de significado» que já constituem a base do nosso conhecimento cultural, no qual o mundo social já está «traçado»”<sup>84</sup>.

Este processo de significação de acontecimentos baseia-se na crença numa sociedade naturalmente consensual. Conjuntamente, e mais importante ainda, “*ajuda a construir uma sociedade como um consenso*”<sup>85</sup>, partindo do princípio enraizado que, por partilharmos um grande conjunto de laços culturais, temos “uma única perspectiva dos acontecimentos”<sup>86</sup>. A sociedade é, assim, vista, e reproduzida sistematicamente pelos *media*, como um grande conjunto de indivíduos unidos por interesses semelhantes e livre de diferenças relevantes entre classes e grupos sociais. A divergência de opiniões continua a existir, mas existe enquadrada dentro de critérios de razoabilidade e ordem social: os agentes que não obedecerem aos limites impostos serão estigmatizados e excluídos da discussão pública.

---

<sup>81</sup> S. HALL, *et. al.*, “A Produção social das notícias: O muggin nos media”, in N. TRAQUINA, *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, *op. cit.*, p. 225.

<sup>82</sup> *Idem, ibidem*, p. 224.

<sup>83</sup> *Idem, ibidem*, p. 225.

<sup>84</sup> *Idem, ibidem*, p. 226.

<sup>85</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>86</sup> *Idem, ibidem*.

O peso dos *media* na construção da realidade é relativizada pelos autores. Os órgãos noticiosos e os jornalistas, ainda que não estejam *ao serviço* destas fontes de informação, reproduzem passivamente as definições dos poderosos. Nesse sentido, estamos, mais uma vez, perante a denúncia da exagerada dependência dos jornalistas face às fontes oficiais e autorizadas.

Os autores explicam essa dependência através de dois fatores: as pressões internas da produção jornalística – o ritmo vertiginoso a que está sujeito o jornalista – e as noções de objetividade e imparcialidade, inscritas no código deontológico dos jornalistas, e que, paradoxalmente, os obriga a *ouvir* as fontes de informação tidas como mais credíveis, que são, invariavelmente, as fontes do poder institucionalizado e as elites. Nesse sentido, as fontes de informação mais poderosas têm um aparente domínio sobre a definição dos tópicos a serem noticiados e, por isso, na tipologia preconizada pelos autores, são considerados os *primeiros definidores*.

Os *primeiros definidores*, mais do que imporem que tópicos serão ou não noticiados, delimitam os termos perante os quais esses tópicos serão discutidos.

“O importante da relação estruturada entre os *media* e os *primary definers* institucionais é que permite aos definidores institucionais estabelecer a definição ou a interpretação primária do tópico em questão. Então esta interpretação «comanda a acção» em todo o tratamento subsequente e impõe os termos de referência que nortearão todas as futuras coberturas ou debates. Os argumentos *contrários* a uma interpretação primária são obrigados a inserirem-se na *sua* interpretação”<sup>87</sup>.

Nesse sentido, os *media*, ao promoverem a discussão pública no *enquadramento* e nos moldes que os primeiros definidores estabelecem, estão subordinados às fontes poderosas, reproduzem e transmitem as suas ideologias dominantes.

Os autores consideram que a divergência de opiniões não é, de todo, sinónimo de pluralismo ideológico, porque essas divergências estão circunscritas a um plano desenhado pelos definidores primários e reproduzido pelos órgãos noticiosos. Ainda que os jornais sejam diferentes entre si e tenham linguagens diferentes (um jornal sensacionalista não reporta da mesma maneira que um jornal de referência), essas diferenças na *codificação dos tópicos* acontecem porque os órgãos de comunicação

---

<sup>87</sup> S. HALL, *et. al.*, “A Produção social das notícias: O muggin nos media”, in N. TRAQUINA, *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, *op. cit.*, p. 230.

social tendem a ajustar-se ao público – ou melhor, à imagem que têm deste – usando uma linguagem que o sector da audiência que os acolhe possa compreender: é aquilo a que Hall *et. al.* chamam de *idioma público dos media*<sup>88</sup>. Assim sendo, quando os diferentes jornais, televisões e rádios transformam os acontecimentos em notícias, traduzindo as definições dos poderosos num *idioma público*, carregado de *conotações dominantes e consensuais*<sup>89</sup>, criam ativamente uma realidade “virtual” construída sobre os assuntos determinados pelos definidores primários.

Todavia, o papel dos *media* não se reduz à transformação de acontecimentos em notícias e à reprodução de ideologias dominantes. São, efetivamente, parte fundamental na construção da opinião pública.

“Em sociedades onde o grosso da população não tem acesso directo nem poder sobre as decisões centrais que afectam as suas vidas, onde a política oficial e opinião estão concentradas e a opinião popular está dispersa, os *media* desempenham um papel de ligação e de mediação crítica na formação da opinião pública e na orquestração dessa opinião com as acções e perspectivas dos poderosos”<sup>90</sup>.

As organizações noticiosas não só constroem a realidade social através das notícias que selecionam, como escolhem também que parceiros devem ser ouvidos no processo. Todavia, e reforçando, mais uma vez, a valência não-conspirativa da visão proposta por Hall *et. al.*, os definidores primários não são os únicos que tentam o acesso aos *media*. A ideologia dominante e as definições primárias são continuamente postas em causa por contra-definições construídas por fontes igualmente organizadas e estruturadas<sup>91</sup>. Ainda assim, quer as fontes geradoras de contra-definições, quer os definidores primários emergentes devem esgrimir argumentos dentro dos limites do consenso ideológico dominante definido e imposto pelos definidores primários. Caso contrário, serão, como já dissemos, excluídos e rotulados como *extremistas* ou *irracionais* e o seu acesso aos *media* será vedado.

Em suma, os órgãos noticiosos são, assim, potenciadores de uma sociedade de consensos:

---

<sup>88</sup> S. HALL, *et. al.*, “A Produção social das notícias: O muggin nos media”, in N. TRAQUINA, *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, *op. cit.*, p. 232.

<sup>89</sup> *Idem, ibidem*, p. 233.

<sup>90</sup> *Idem, ibidem*, p. 234.

<sup>91</sup> Os autores dão exemplo dos sindicatos e a sua luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores.

“(…) ajudam a reproduzir e a manter as definições da situação que favorecem os poderosos, não só recrutando activamente os poderosos nas etapas oficiais onde os tópicos são estruturados (Hall, 1975), mas favorecendo certas formas de expor tópicos e mantendo certas áreas estratégicas de silêncio”<sup>92</sup>.

Apesar de conter em si aspetos extremamente válidos para percebermos como as fontes poderosas manipulam os jornalistas e se tornam os primeiros definidores dos acontecimentos, a visão de Hall *et. al.* não responde a algumas questões essenciais. Os autores, conforme atenta o investigador Philip Schlesinger, um dos maiores críticos da teoria de Hall *et. al.*, não consideram a existência de fontes oficiais mais poderosas que outras<sup>93</sup>, isto é, não reconhecem a existência de um sistema altamente competitivo entre vários definidores primários. Nesse sentido, os primeiros definidores serão sempre os mesmos agentes, independentemente do contexto histórico-social? O uso do *off the record* e o recurso às fontes anónimas são um fenómeno crescente, pelo que a identidade do primeiro definidor nem sempre é evidente<sup>94</sup>. Então quem cria a primeira definição? Os *media* serão de tal forma passivos que não têm lugar à *mesa de negociações*?

### 1.2.2 Os interesses de classes

O jornalista e professor universitário Fernando Correia partilha igualmente a visão de um jornalismo ao serviço das classes sociais dominantes, desde logo, porque as organizações noticiosas estão, hoje, no mundo neo-liberal e regulado pelos mercados, concentradas em grandes grupos de comunicação, propriedade de um “pequeno núcleo de pessoas e entidades representantes dos mais ricos entre os mais ricos”<sup>95</sup>.

A questão da aparente variedade de meios de comunicação como sinónimo de pluralismo e diversidade ideológica é, para o autor, um ponto de partida falacioso. Nesse sentido, a existência de muitos ou poucos órgãos de comunicação social é indiferente. A questão maior reside no *status* de quem controla essas empresas.

---

<sup>92</sup> S. HALL, *et. al.*, “A Produção social das notícias: O muggin nos media”, in N. TRAQUINA, *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, *op. cit.*, p. 236.

<sup>93</sup> R. SANTOS, *Jornalistas e Fontes de Informação*, *op. cit.*, p. 29.

<sup>94</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>95</sup> F. CORREIA, “Jornalismo e interesses de classe”, Ponencia preparada para el Encuentro Internacional Civilización o Barbarie – Desafios del Mundo Contemporáneo. Serpa, Portugal, 23/25 de septiembre de 2004, p. 4.

“Com efeito, o essencial não reside no maior ou menor número de grandes grupos, mas sim na natureza de classe da propriedade, isto é, no facto de os *media* de maior influência estarem, praticamente todos, nas mãos de uma determinada classe social e, naturalmente, dependerem dos seus interesses”<sup>96</sup>.

Assim, o apregoado pluralismo informativo reside tão-somente na natureza discursiva dos diferentes jornais, televisões e rádios e na satisfação dos seus imperativos comerciais, numa lógica de exploração dos diversos nichos de mercado, e não numa preocupação concertada em relatar as diferentes versões dos factos e opiniões. O facto de na mesma empresa existirem jornais de referência e revistas ditas mais populares não significa que as ideologias dominantes das elites não sejam reproduzidas vezes e vezes sem conta. Apenas são *empacotadas* de forma diferente.

“(…) a página de economia do jornal de referência fala da bolsa, das fusões, dos lucros, dos projectos de expansão das grandes empresas; a revista cor de rosa [*sic*] publica as fotos das festas do *jet-set*, revela os amores das estrelas, mostra a casa, os jardins e a piscina do dirigente político ou do empresário. São duas faces da mesma moeda”<sup>97</sup>.

Na visão de Fernando Correia, não existe uma verdadeira preocupação dos jornalistas e dos órgãos de comunicação social em escutar e denunciar as raízes dos problemas sociais. Para este cenário em muito contribuem os *media* dominantes, nomeadamente a televisão, que gerem a agenda e o tipo de enquadramento dos tópicos que os restantes meios de comunicação vão ter de seguir, por estarem inscritos numa lógica concorrencial que não podem ignorar.

O autor denuncia também o, cada vez mais real, modelo de jornalismo-negócio, que implica uma preocupante sobrevalorização dos critérios comerciais sobre os critérios ético-jornalísticos. Esta preocupação encontra-se igualmente presente nas discussões teóricas de Graham Murdock, autor que se destacou no Leicester Centre for Mass Communication Reserach. O britânico, um dos mais influentes autores na área da economia política dos *media*, acredita que “existem estratégias concertadas de controlo dos meios noticiosos”<sup>98</sup> por parte de quem os detém, quer seja pela “intervenção directa

---

<sup>96</sup> F. CORREIA, “Jornalismo e interesses de classe”, *op. cit.*, p. 5.

<sup>97</sup> *Idem, ibidem*, p. 7.

<sup>98</sup> R. SANTOS, *Jornalistas e Fontes de Informação*, *op. cit.*, p. 31.

no trabalho cotidiano”<sup>99</sup> dos jornalistas e pela nomeação dos chefes de redação, quer pela “promoção de políticas de concorrência e criação de interesses de grupos e conglomerados industriais, verticais e horizontais”<sup>100</sup> que eliminam, a curto ou a longo prazo, qualquer veicidade de alternativa editorial e jornalística. A título de exemplo, podemos observar o caso do *Correio da Manhã*: líder destacado de audiências, detido pelo grupo *Cofina*, com uma abordagem noticiosa, no mínimo, repreensível, mas que, com uma enorme ferocidade comercial, vai minando a saúde financeira dos outros órgãos de comunicação social e, assim, eliminando gradualmente a concorrência.

Retomando o contributo de Fernando Correia, constatamos que o conflito permanente entre jornalistas e patrões é uma realidade dentro das redações e que o resultado tende a recair, invariavelmente, para quem *paga os salários*. Nesse sentido, cria-se aquilo a que Fernando Correia chama de *consenso implícito* entre jornalistas e editores: uma forma de censura moderna com o objetivo de limar eventuais conflitos e de proteger os interesses próprios dos órgãos noticiosos.

“Em geral, não são necessárias «ordens superiores» para que os jornalistas, pelo menos os que têm mais anos de «casa», saibam com bastante clareza a forma como devem abordar os acontecimentos, a maneira de tratar este ou aquele tema, este ou aquele acontecimento, este ou aquele partido, esta ou aquela personalidade”<sup>101</sup>.

No fundo, a secundarização, senão mesmo a obliteração, dos temas sociais fraturantes são uma realidade neste novo paradigma. Por exemplo, a voz dos dirigentes sindicais nas notícias é *ouvida* quando ocorrem greves ou quando existem conflitos laborais – os jornalistas tendem a retratá-los como desestabilizadores sociais<sup>102</sup>. Por isso, não é, por isso, de estranhar que, quando os órgãos de comunicação social fazem as reportagens sobre as greves nos transportes públicos, deem mais atenção aos utentes prejudicados do que à raiz do problema. Isto porque os verdadeiros problemas sociais, as diferenças entre as classes, a precariedade do trabalho, as más políticas de governação, sem o espetáculo, sem o lado emocional e sem a violência, inclusive, física, não vendem<sup>103</sup>.

---

<sup>99</sup> R. SANTOS, *Jornalistas e Fontes de Informação*, op. cit., p. 31.

<sup>100</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>101</sup> F. CORREIA, “Jornalismo e interesses de classe”, op. cit., p. 10.

<sup>102</sup> *Idem, ibidem*, p. 11.

<sup>103</sup> *Idem, ibidem*.

Um último comentário de Fernando Correia, e que explica como os órgãos noticiosos fabricam e reproduzem ideologias dominantes, reside na constatação do efeito da alta tecnologia nas práticas de produção e edição, que, por paradoxal que possa parecer, contribui para que haja, nos nossos dias, uma desinformação contínua do público sobre os assuntos verdadeiramente relevantes.

“A rapidez e a brevidade das notícias, a sucessão em catadupa, a importância dada às transmissões em directo, sem possibilidade de comentário distanciado e crítico, a ausência de contextualização dos factos (...) acabam por nos levar a ter da realidade uma visão, naturalmente, superficial, alheia às causas e às consequências, uma visão fragmentada que transforma, perversamente, a aparente abundância de informação numa real subinformação, que nos empanturra de factos mas nos faz perder o fio das ideias”<sup>104</sup>.

### 1.2.3 A função propagandística e antidemocrática dos *media*

Ainda que não faltem, hoje, alguns exemplos preocupantes, longe vão os tempos em que os *media* do *mundo ocidental* estavam ao serviço dos grandes regimes conservadores e ditatoriais. A Teoria Hipodérmica não é o paradigma dominante e os órgãos de comunicação social não são veículos puramente propagandísticos. Todavia, Edward S. Herman descreve uma nova realidade funcional dos *media* a que dá o nome de “propaganda framework”. Num estudo comparativo, com base na cobertura de notícias sobre os conflitos no Camboja e em Timor Leste e sobre as eleições em El Salvador e na Nicarágua – convém lembrar o contexto histórico-social da Guerra Fria e dos interesse norte-americanos em combater a ameaça comunista a todo o custo<sup>105</sup> – o autor afirma que os *media* constroem consensos à volta de uma ideologia dominante, através de campanhas publicitárias maciças, onde determinada visão dos factos é defendida com tal paixão e com recurso a técnicas narrativas de tal forma dramatizadas e persuasivas, que modelam e mobilizam a opinião pública a favor de determinada forma de contar a estória<sup>106</sup>.

---

<sup>104</sup> F. CORREIA, “Jornalismo e interesses de classe”, *op. cit.*, pp. 11-12.

<sup>105</sup> O estudo do autor compara a posição militante dos *media* norte-americanos e a tomada de posições diferentes em situações idênticas: os *media* norte-americanos defendiam uma determinada doutrina para um país e, no outro, antagonizavam os protagonistas que não iam de encontro aos interesses particulares do governo dos Estados Unidos. Não nos aprez analisar, em concreto, os resultados desse estudo comparativo, porque significaria um desvio infrutífero, mas retirar do contributo de Herman a visão dos *media* como instrumento ao serviço do governo e das fontes poderosas.

<sup>106</sup> E. HERMAN, “A diversidade de notícias: «Marginalizando» a oposição”, in Nelson TRAQUINA, *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, *op. cit.*, pp. 215-216.

Os *senhores do capitalismo*, os donos da comunicação social, quando *incomodados* por um “assunto ou curso de acontecimentos, tais como a elevada agressividade laboral, as transgressões do estado providência, ou o nacionalismo revolucionário do Terceiro Mundo”<sup>107</sup>, tendem a proteger ativamente os seus interesses próprios e a combater quem os ameaça. No mesmo sentido, e como denuncia o autor, o governo “é também um factor principal num sistema de produção e disseminação de notícias centralizadas, como legislador, regulador, gerente fiscal, condutor da política externa e fonte principal dos *media*”<sup>108</sup>, daí que, os seus interesses, nomeadamente aqueles que, quer governo, quer *media* acreditam coincidir com o chamado interesse nacional, sejam publicitados recorrentemente, sem que haja espaço para uma discussão crítica, objetiva e distanciada – sem que haja espaço para a divergência – dos acontecimentos em questão.

Este quadro teórico analisa principalmente, como já pudemos perceber, a comunicação mediática de questões de política externa. Nestas situações assiste-se a uma reforço da aliança entre *media*, governo e elites. Mas encontramos, igualmente, críticas às relações entre fontes e jornalistas quando se batem no plano interno, com prejuízo sério para as fontes menos poderosas e para o pluralismo ideológico. Herman desvaloriza a discussão teórica à volta da existência de negociação prévia entre repórteres e fontes de informação na construção noticiosa e no seu enquadramento.

“O foco no conflito entre os *gatekeepers* e na negociação entre eles e os indivíduos e grupos que procuram moldar a produção dos *media* leva-os [aos teóricos] a concluir que estes concedem espaço, ainda que não grande, para opiniões dissidentes. Mas esta «diversidade» só é significativa no contexto de incidentes individuais ou dos *media* mais propriamente do que numa estrutura de maiores agregados do poder ou padrões ideológicos nos quais as notícias desempenham um papel importante”<sup>109</sup>.

Assim sendo, não existe uma verdadeira autonomia dos jornalistas na definição das notícias. Os eventuais conflitos entre grupos socialmente favorecidos e organizações noticiosas, a existirem, devem-se a situações circunstanciais e muito próprias. Globalmente, os *media* defendem, reproduzem e publicitam a ideologia dominante de

---

<sup>107</sup> E.HERMAN, “A diversidade de notícias: «Marginalizando» a oposição”, in Nelson TRAQUINA, *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, op. cit., p. 216.

<sup>108</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>109</sup> *Idem, ibidem*, p. 215.

uma elite representada pela fontes de informação oficiais e privilegiadas de uma forma determinística. Em sentido inverso, as opiniões divergentes, a diversidade ideológica e a informação pluralista não têm espaço na agenda mediática.

Esta visão de uma imprensa pouco preocupada com as funções formativas e informativas, pelas quais se deveria bater incondicionalmente, tem, igualmente, lugar na opinião de Robert McChesney, um crítico feroz do modelo capitalista e neoliberal da sociedade, como aqui se pode observar:

“Hoje, por exemplo, os Estados Unidos estão no meio de uma campanha maciça, promovida pela direita política, no sentido de privatizar o Ensino, de dismantelar permanentemente os sistemas públicos de educação, de transformar a sociedade num sistema baseado na divisão de classes, e de sujeitar a educação não elitista aos valores comerciais. As implicações antidemocráticas destas transformações, não poderiam ser mais graves”<sup>110</sup>.

A questão do distanciamento entre Estado e ensino e o esvaziamento crescente das responsabilidades públicas para com este sector em particular – mas poderiam ser outros, como a Saúde, a Segurança Social, a Banca – ultrapassou, há algum tempo, as fronteiras norte-americanas e é, hoje, uma debate nacional. Nos nossos dias discute-se muito a necessidade imperiosa de diminuir o peso do Estado e a transformação da sociedade numa sociedade competitiva, meritocrata, regulada pelos mercados e guiada pela iniciativa privada e pelo empreendedorismo. Não nos cabe a nós, aqui e agora, discutir o paradigma neo-liberal e capitalista da economia-social, mas antes atentar para o papel dos *media* enquanto mediadores dessa discussão, seguindo as traves-mestras da visão de McChesney, que é, nesse aspeto, bastante desfavorável à classe jornalística.

“[A Comunicação Social] serve quem está no poder, como um cão de guarda morno e fraco de joelhos. E quase não fornece qualquer informação confiável ou possibilidade de debate sobre a maioria das questões políticas e sociais básicas do dia. (...) O sistema mediático é, em suma, uma força antidemocrática. Mas isso não nos deveria surpreender. O sistema mediático, nos Estados Unidos, não existe para servir a democracia; existe para gerar o máximo de lucro para um pequeno número de grandes empresas e investidores bilionários. (...) Assim, nos meios de comunicação, vemos a

---

<sup>110</sup> R. MCCHESENEY, “Journalism, Democracy,... and Class Struggle”, *Monthly Review*. Volume 52, Issue 06 (November), 2000, in URL: <http://monthlyreview.org/2000/11/01/journalism-democracy-and-class-struggle/>.

contradição central da nossa época, em que os interesses democráticos de muitos são prejudicados pelos interesses privados e egoístas de um pequeno grupo poderosos”<sup>111</sup>.

O autor vê os *media* como um cão de guarda acossado e submisso para com as elites político-econômicas e como uma força antidemocrática, puramente lucrativa e com interesse nulo em denunciar os problemas sociais que nos rodeiam. Esta transformação dos jornalistas em marionetes dos agentes mais poderosos foi progressiva e resultou, qual dano colateral, de um processo histórico e muito complexo de afirmação profissional de uma classe com uma reduzida base de legitimação, em muito derivada da ausência de um saber e rigor científico. Como explica o autor, a absorção de valores como a objetividade e a neutralidade na conduta deontológica dos jornalistas perverteu, paradoxalmente, a própria conduta jornalística e a construção noticiosa. A seleção de notícias com base no que as fontes institucionais têm a dizer, sempre numa lógica de tentar transmitir objetivamente as notícias mais importantes para o interesse público, abriu caminho à manipulação da agenda mediática por parte dos agentes mais poderosos. Também a seleção de histórias imediatamente impactantes, com repercussões a curto-prazo, obliterou a preocupação com a denúncia de problemas fraturantes de fundo como o racismo – um cancro bem real da sociedade dos Estados Unidos – e os problemas ambientais. Como atenta o autor, a menos que haja um episódio dramático que envolva estas questões, os *media*, logo o público, não se dedicam à discussão séria destes problemas. “Isto produz um paradoxo: o jornalismo, que, em teoria, deveria inspirar o envolvimento político, tende a despojar de sentido a política e a promover uma despolitização ampla”<sup>112</sup>.

Robert McChesney não se queda por aqui nas críticas à classe jornalística, acusando-a de não ser politicamente neutra, bem pelo contrário: os *media* estão ativamente ao serviço dos seus proprietários, das agências de publicidade e da classe dominante. Assim se justifica que a maioria das notícias seja sobre crime e sobre a vida das celebridades. Primeiro, porque é um jornalismo mais barato e depois, e mais importante ainda, porque, dessa forma, evitam hostilizar os mais poderosos. Mesmo na cobertura de notícias sobre política, o autor considera que a imprensa é muito mais crítica para com políticas que tendem a defender os pobres e precários, do que com as

---

<sup>111</sup> R. MCCHESENEY, “Journalism, Democracy,... and Class Struggle”, *op. cit.*.

<sup>112</sup> *Idem, ibidem.*

altas instâncias como a CIA e outras agências semelhantes<sup>113</sup>. McChesney tem uma expressão interessante para descrever este fenómeno: Sicilian Code of Silence, ou Código Siciliano de Silêncio, numa alusão à conduta da Máfia e dos seus integrantes. "Os proprietários do *media* desejam que os jornalistas tratem delicadamente os seus amigos e os seus companheiros de negócios; e assim acontece, a menos que estes sujeitos sejam descuidados e desastrados nas suas manobras"<sup>114</sup>.

Em suma, o autor considera que esta relação de forças, dominada brutalmente pela classe mais ponderosa e com amplo e ativo apoio dos *media* e dos seus profissionais amestrados, será dificilmente alterável sem profundas mudanças, desde logo, no sistema político capitalista e neo-liberal que nos governa. Mais do que denunciar as falhas dos jornalistas enquanto profissionais, é preciso revolucionar o próprio mercado da comunicação social, mercado esse, legislado, regulado e financiado de forma corrupta por governos sucessivos, que permitiram a existência de grandes oligarquias e monopólios, e que amputaram a capacidade crítica do jornalismo face aos poderes instalados.

### **1.3 O contributo aproximador de James Curran**

O investigador britânico James Curran procura conciliar os aspetos possíveis das duas tradições sociológicas. Em traços gerais, a tradição liberal-pluralista não reconhece o impacto negativo das elites poderosas na definição da agenda e advoga que os donos dos *media* conferem uma elevada autonomia aos jornalistas. Por seu turno, a tradição radical não considera como relevante a capacidade concreta e real das classes não-elitistas em gerar definições, o papel da audiência enquanto formadora de definições heterogéneas e não necessariamente alinhadas com a ideologia dominante, que terão repercussões consideráveis no teor e no enquadramento das notícias veiculadas na imprensa, ou o potencial de contrapoder dos jornalistas. Em suma, o autor pretende desconstruir e desmistificar as duas pedras basilares das duas correntes sociológicas: primeiro, a ideia de que os jornalistas são profissionais que gozam de um enorme grau de autonomia é falaciosa; e segundo, os *media* não podem ser vistos apenas como ferramentas ao serviço das elites dominantes.

---

<sup>113</sup> R. MCCHESENEY, "Journalism, Democracy,... and Class Struggle", *op. cit.*.

<sup>114</sup> *Idem, ibidem.*

Daí, o termo ‘conciliador’ que escolhemos para descrever o contributo teórico de Curran. Todavia, devemos, a bem do rigor científico, sublinhar que o investigador faz da denúncia das pressões exercidas sobre os jornalistas, a sua narrativa principal. Porém, o que o diferencia dos outros investigadores, reconhecidamente mais próximos da tradição radical, é que Curran acredita que os *media*, ainda que sujeitos a fortes pressões das elites e do poder instalado e sendo “fortes agências ideológicas”<sup>115</sup>, estão igualmente sujeitos a pressões populares que os impelem a denunciar ativamente os problemas sociais, a questionar os poderosos e a representar os diferentes interesses da sociedade. No fundo, o investigador reconhece que os *media* estão sujeitos a pressões vindas do topo, isto é, do governo, das elites e dos grandes *senhores da comunicação*, mas também da base, ou seja, da audiência crítica e dos jornalistas enquanto classe que luta pela sua autonomia.

Nesse sentido, e entrando agora concretamente naquilo que James Curran acredita serem as pressões exercidas pelo “topo” sobre os *media* e que, portanto, contribuem para um jornalismo pobre e desprovido de sentido crítico perante o poder das elites, o autor destaca onze formas de pressão, ou se quisermos, onze formas de domínio das classes poderosas sobre os *media*: a primeira reside no poder do Estado<sup>116</sup> sobre a comunicação social. “O Estado tem à sua disposição uma ampla gama de poderes coercivos, regulamentares e de mecenato, que, potencialmente, lhe permitem amordaçar e controlar os *media*”<sup>117</sup>. Curran observa que o Governo tem na sua posse mecanismos que lhe permite limitar a liberdade de expressão, o licenciamento de jornais, o acesso à profissão de jornalista, controlar o serviço público de informação e as entidades reguladores para a comunicação. Atenta, igualmente, para o facto de o Estado, por ser o guardião da entrada no mercado mediático, favorecer a criação de monopólios e a formação de grandes grupos de comunicação social. A melhor descrição seria a de um Estado quase onnipotente, que favorece, quando não pressiona, um sistema mediático pró-Governo.

A segunda e terceira formas de pressão estão imediatamente relacionadas com a primeira. Os altos custos de entrada no mercado mediático funcionam quase como um forma de censura para os grupos não pertencentes à elite, de tal modo, que impedem a

---

<sup>115</sup> J. CURRAN, “Media and Power”, Taylor & Francis e-Library, 2003, p. 165.

<sup>116</sup> O autor utiliza o termo “State censorship”. Optámos por ocultar o termo “censura” para não confundir o leitor com o peso da palavra no nosso passado-recente.

<sup>117</sup> J. CURRAN, “Media and Power”, *op. cit.*, p. 148.

formação de diversidade entre os *media* e nas escolhas do consumidor<sup>118</sup>. A concentração mediática e a promiscuidade entre grandes grupos de comunicação social e agentes políticos promovem um certo arranjo combinado, numa lógica quase de “não mordas a mão que te alimenta”. Lógica, essa, também aplicável à relação entre os proprietários dessas empresas e os jornalistas. “Eles [proprietários] influenciam o *ethos*, a direção e os objetivos destas organizações através da definição da política, da contratação e do despedimento de staff-chave, e da distribuição de recompensas”<sup>119</sup> – progressão, ou não, na carreira, por exemplo.

Acresce, ainda, que a enorme pressão que o próprio mercado exerce sobre as organizações noticiosas incentiva-as a “maximizarem a audiência” a que se dirigem, logo, impele-as a reproduzirem ideologias dominantes e consensuais, de maneira a não antagonizarem eventualmente alguns sectores do público. No mesmo sentido, os *media* tendem a desviar o foco da sua produção para corresponderem aos interesses de nichos de mercado economicamente mais poderosos, logo, *melhores* consumidores, contribuindo decisivamente para o acentuar de desigualdades representativas das classes sociais. Além disso, não devemos esquecer que o peso decisivo da publicidade na saúde financeira de qualquer empresa jornalística, acrescido da inegável tendência da publicidade em promover e reproduzir os interesses e os valores das classes mais poderosas, são fatores determinantes na definição do comportamento de qualquer organização noticiosa, que tem de funcionar, não só em função do que o público deseja, mas também em prol da captação e preservação dos investidores. Neste quadro, também não podemos ignorar o crescimento das relações públicas e a sua, cada vez maior, eficácia em publicitarem positivamente as organizações a que pertencem, com todas as consequências, por nós já exploradas, para o jornalismo.

Como denuncia o autor, os *media* estão de tal forma pressionados pelos limites temporais e de orçamento que exploram os canais de rotina e os *lugares de permanência*, maximizando os recursos técnicos e humanos, e reduzindo, simultaneamente, os custos. “Todavia, esta realidade encoraja os *media* a darem atenção desproporcional às atividades e aos problemas destas instituições [governo, assembleia, convenções partidárias, tribunais, polícia]”<sup>120</sup>, fazendo com que as estruturas menos

---

<sup>118</sup> J. CURRAN, “Media and Power”, *op .cit.*, p. 149.

<sup>119</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>120</sup> *Idem, ibidem*, p. 150.

poderosas e organizadas, logo menos credíveis aos olhos das organizações noticiosas, sejam esquecidas ou afastadas da discussão mediática. No fundo, os próprios *media* e os profissionais das notícias são reflexo de uma sociedade marcada por grandes desigualdades.

“Alguns têm à sua disposição um maior capital cultural (autoridade, conhecimento, habilidades de comunicação), maior capital social (prestígio e conexões sociais), ou maior capital económico, do que outros. Eles [os mais poderosos] podem explorar esses ativos para ganhar o controlo das instituições com maior capacidade de influenciar as atitudes e comportamentos públicos. Assim, a cultura da sociedade absorvida pelos meios de comunicação, muitas vezes leva a marca de múltiplas formas de desigualdade.”<sup>121</sup>.

Como agora observámos, ainda que as organizações noticiosas tendam a ser, elas próprias, vítimas de uma sociedade desigual, este cenário não afasta, totalmente, o papel de reprodutoras de narrativas e discursos dominantes. Isto é, não as desresponsabiliza, antes contextualiza esta função. Curran dá o exemplo das campanhas amplamente apoiadas e patrocinadas pela grande maioria, senão totalidade, dos *media* norte-americanos contra o comunismo – durante todo o período da Guerra Fria – e a favor da guerra contra o terrorismo islâmico – que culminou, no pós-11 de Setembro, na invasão do Afeganistão e do Iraque –, e que influenciaram drasticamente a opinião pública daquele país. Em ambos os casos, a realidade veio desmentir a versão oficial dos factos: nem os comunistas comiam criancinhas, nem o Iraque tinha ogivas nucleares. Todavia, os *media*, nestes dois contextos muito próprios, de grande agitação e preocupação social, moldaram efetivamente a opinião pública em função de uma narrativa oficial, que depois, e através deles, se tornou a dominante e a única reconhecida como aceitável. Em jeito de síntese, podemos elencar as onze formas de pressão do “topo para a base” descritas por Curran: a influência do Estado, o alto custo de entrada no mercado mediático, a concentração dos *media*, o *status quo* dos proprietários dos grandes grupos de comunicação, a pressão concorrencial do mercado, as desigualdades entre consumidores, o peso e as exigências da publicidade, o papel dos relações públicas e dos assessores, os diferentes recursos entre grupos sociais e a passividade dos *media*, em certos contextos, em absorver discursos dominantes. Todos estes fatores conjugados traduzem-se num favorecimento claro das classes dominantes e contribuem para a

---

<sup>121</sup> J. CURRAN, “Media and Power”, *op .cit.*, p. 149.

proteção e reprodução dos seus interesses nos *media* e para a definição dos tópicos de discussão pública.

“Todavia, os *media* estão também sujeitos a pressões contrárias que podem conduzi-los, potencialmente, noutra direção”<sup>122</sup>, contrária aos interesses das elites. O autor destaca sete formas de pressão da “base para o topo”: a primeira reside no poder cultural dos grupos não-elitistas. Estes grupos podem construir, através da interação pessoal, de rituais sociais próprios e das instituições sobre o seu domínio, um entendimento alternativo da sociedade, que vai sendo transmitido e fortalecido de geração em geração, sem a utilização dos veículos oficiais de informação<sup>123</sup>. A ascensão destes grupos e o fortalecimento das suas posições dentro da sociedade, despertará, eventualmente, o interesse dos *media* e obrigá-los-á a darem voz a novas correntes de pensamento. No mesmo sentido, o progressivo fortalecimento do carácter democrático do Estado, só possível com uma participação ativa na vida política do país, conduzirá, eventualmente, a uma democratização dos *media*. Isto é, uma sociedade despolitizada terá sempre um jornalismo despolitizado, manipulado e frágil; já uma sociedade participativa, interventiva e exigente para com a sua classe governativa contribuirá para um jornalismo igualmente exigente e ativo. No mesmo sentido, reside na sociedade, que, não nos podemos esquecer, elege democraticamente o seu Governo, a capacidade de exigir mais e melhor regulação dos órgãos noticiosos, desde logo: lutando por um serviço público de qualidade, diversificado, justo, plural e representativo; exigindo o policiamento rigoroso do mercado da comunicação social, para evitar a concentração e a formação de monopólios e a exterminação dos órgãos representantes das minorias; reclamando por uma melhor educação e formação dos jornalistas nas instituições públicas; lutando, lado a lado com os jornalistas, por melhores condições de trabalho e por maior poder destes últimos dentro da redação e nas decisões editoriais; e, por último, lutando por um maior equilíbrio entre liberdade de expressão e proteção dos direitos humanos no tratamento noticioso. Mais do que aos jornalistas e às organizações noticiosas, é à sociedade civil que cabe lutar e pressionar a classe governativa por uma regulação saudável dos *media*, que, acontecendo, vai promover uma maior representatividade das classes e dos diferentes grupos sociais nas notícias produzidas.

---

<sup>122</sup> J. CURRAN, “Media and Power”, *op. cit.*, p. 151.

<sup>123</sup> *Idem, ibidem.*

O investigador acredita também que os grupos não pertencentes à elite conseguem influenciar os órgãos de comunicação social, desde que mobilizem eficazmente a opinião pública. Todavia, este poder só surge se as fontes não oficiais investirem na sua organização e profissionalização, no sentido de se tornarem fontes credíveis e com autoridade aos olhos dos profissionais de notícias. A marginalidade destes grupos, assim como domínio das fontes poderosas, não são aspetos fixos, nem imutáveis e o acesso regular aos *media* é um combate que pode ser ganho. Esta última forma de pressão está intimamente ligada com a aparente, e convém sublinhar o termo aparente, abertura do mercado e do espectro mediático, fruto do aparecimento da internet e dos *media online*. Os grupos sociais dissidentes e as classes dominadas ganham voz através de uma forma de comunicação mais barata, mais rápida, interativa, pouco regulada e global<sup>124</sup>. A competição já não é só entre diferentes *media*, é também entre diferentes canais e linguagens de comunicação. O mercado alarga-se, os órgãos noticiosos tradicionais tentam acompanhar o ritmo e o manancial de opções que internet trouxe pode traduzir-se numa diversificação de notícias e numa tentativa de aproximação a diferentes públicos e a diferentes realidades sociais.

Nesse sentido, chegamos a um ponto a que a tradição radical deu pouca ou nenhuma importância: a audiência, composta por um grupo heterogéneo de pessoas com valores, estatutos, cultos, crenças, raças, religiões, orientações sexuais,... diferentes, tem um papel muito ativo na definição do que os *media* transmitem, desde logo, e principalmente, porque são eles os consumidores do produto mediático. Assim sendo, os consumidores têm uma palavra a dizer determinante no que querem ver reproduzido pelas organizações noticiosas e exigem, por isso, que as suas dúvidas sejam respondidas, que os seus problemas sejam representados e que os responsáveis sejam questionados e deem respostas. Os jornalistas têm perceção das altas – e, por vezes, até injustas – expectativas que o público tem sobre eles. Caso sejam defraudadas, o consumidor – pelo menos aquele com maior sentido crítico – vai rejeitar o produto jornalístico e questionar o profissionalismo dos seus executores. Por isso, tem de haver uma necessária aproximação entre jornalistas e público, que passará sempre por defender os seus interesses e por questionar os poderes instalados e as elites.

---

<sup>124</sup> J. CURRAN, “Media and Power”, *op. cit.*, p. 154.

Todavia, se ao longo da nossa análise pudemos perceber que os proprietários dos grandes grupos de comunicação, por serem eles próprios parte da elite económico-política, intervêm ativamente, através do controlo da redação, na produção das notícias, como explicar que uma grande fatia das notícias denuncie, por exemplo, casos de corrupção entre poderosos? Que contestem, da esquerda à direita, líderes políticos? Que exponham as perversidades do sistema bancário? Os críticos radicais diriam: “questionam o que vai mal no capitalismo, mas não o capitalismo...”. Terão, em parte, razão. Mas ao denunciarem os problemas sociais resultantes de um modelo económico e político que está, hoje, amplamente corrompido, os jornalistas não estarão a dotar o público de ferramentas que lhe permita ser capaz de pensar criticamente a realidade?

Parece-nos imperioso reconhecer que os jornalistas gozam de um relativo poder e autonomia face às fontes e face às organizações. Ainda que assumamos todos os constrangimentos a que os jornalistas estão sujeitos (ordens superiores, *deadlines*, imperativos comerciais, necessidades de contactar determinadas fontes, a precariedade da profissão, etc.), “a alegação de que os *media* profissionais podem representar o público não é inteiramente mítica”<sup>125</sup>. Os jornalistas, pelo menos os verdadeiramente dedicados em *contar* a verdade dos factos, podem, efetivamente, representar e defender os interesses do público. Mesmo com todas as dificuldades, ainda reside nos jornalistas a capacidade de denunciar e de expor os problemas que afetam a sociedade, ou, pelo menos, a liberdade de escutar as vozes dos dois lados da *barricada*. A força destes profissionais não pode ser, de todo, subestimada.

Concluindo, e parafraseando James Curran, mas desta vez pela *voz* de Rogério Santos, as organizações noticiosas e os jornalistas lutam continuamente pela sua autonomia. Todavia, ainda que não sejam “agências de dominação”, não são também “vozes do povo”<sup>126</sup>. Estão algures entre o *santo* e o *pecador*; entre o *mártir* e o *assassino*; entre o defensor dos pobres e oprimidos e o maior dos opressores; estão ali na terra de ninguém, pertencentes a um contexto e a um tempo social que vai marcando o compasso pelo qual se guiam.

---

<sup>125</sup> J. CURRAN, “Media and Power”, *op. cit.*, p. 155.

<sup>126</sup> R. SANTOS, *Jornalistas e Fontes de Informação*, *op. cit.*, p. 36

## 2. A crise da profissão de jornalista

### 2.1 As transformações impostas pelas novas tecnologias de informação

Os ecos da revolução industrial, iniciada entre o século XVIII e o século XIX, continuam a fazer-se sentir nos nossos dias, num processo permanente e acelerado de profundas transformações tecnológicas, que alteraram o modo como o Homem se relaciona com a Máquina. O jornalismo não foi, evidentemente, indiferente a estas mudanças. As novas tecnologias de produção e distribuição de informação têm, hoje, um peso ainda maior dentro das organizações noticiosas. O mercado altamente competitivo, causa e consequência das mudanças sociais e tecnológicas, obrigou a uma resposta rápida no sentido da modernização e da informatização das redações, de maneira a fazer face à necessidade de maximização dos lucros e, simultaneamente, de diminuição dos encargos financeiros, por exemplo, com o trabalho social. Esta forma de resposta encontrada pelos empórios de comunicação social traduziu-se na racionalização das redações<sup>127</sup>: os jornalistas e os chefes editoriais são, hoje, vistos como funcionários *multi-tasks*, que têm de ser capazes de conjugar o trabalho de repórter com o tratamento de texto, com a paginação e com a edição de imagens e vídeos, sempre alinhados e em necessária consonância com os objetivos económicos e financeiros das empresas<sup>128</sup>.

As redações tornaram-se verdadeiras “fábricas de montagem”: a informatização e a modernização conduziram a uma desqualificação dos profissionais, ou, se quisermos, a uma polivalência medíocre, que, a par do aumento exponencial das necessidades quantitativas e do ritmo de produção, diminuíram a autonomia e a capacidade dos jornalistas na produção noticiosa – logo, na capacidade de investigar e de denunciar, e de comunicar com as fontes de informação. Podemos também dizer que as novas tecnologias desbravaram o caminho para um *jornalismo em linha*: um conjunto rotineiro, embora muito complexo, de tarefas destinadas a reproduzir “fluxos informativos ininterruptos”<sup>129</sup>. Como diagnostica Sara Graça Meireles, aos jornalistas, sobretudo no jornalismo *online*, é-lhes exigido que tenham a capacidade de lidar

---

<sup>127</sup> C. CAMPONEZ, *Fundamentos da Deontologia do Jornalismo: A auto-regulação frustrada dos jornalistas portugueses (1974-2007)*, Dissertação de Doutoramento em Letras, na área científica de Ciências da Comunicação, especialidade em Ética e Deontologia da Comunicação, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009, p. 377.

<sup>128</sup> *Idem, ibidem*, p. 378.

<sup>129</sup> S. MEIRELES, *Os Jornalistas Portugueses: Dos Problemas de Inserção aos Novos Dilemas Profissionais*, MinervaCoimbra, 2007, Coimbra, p. 116.

rapidamente com a grande quantidade de informação que chega às redações. Esses pacotes informativos deverão ser imediatamente filtrados, reconstruídos e publicados como notícias.

“A ditadura da informação de ‘última hora’ (que passou a ser de ‘último segundo’ retira espaço ao jornalista para a reflexão analítica da notícia e a riqueza do produto jornalístico torna-se, então, absolutamente efêmero”<sup>130</sup>.

O crescimento deste novo modelo de jornalismo teve e tem grandes repercussões nas notícias que são veiculadas na imprensa: são invariavelmente pobres em conteúdo, fragmentadas e clones quase perfeitos das matérias informativas dos jornais da concorrência. Além disso, a reprodução em linha de notícias, sem o exame atento e crítico dos profissionais noticiosos, abre brechas perigosas no muro que separa as instituições do poder e os jornalistas. Quanto maior for a brecha, mais manipulável se torna o jornalista, tal como alerta a autora:

“Os critérios do que é considerado relevante enquanto ‘actualidade jornalística’ são problemáticos para o jornalismo do tipo reflexivo: a agenda de poderosos centros de opinião (...) prevalece sobre a agenda dos meios de comunicação social. Os jornalistas, fruto de uma maior subordinação a essas fontes com acesso facilitado aos *media*, operam como simples ‘caixas de ressonância’ das opiniões da elite, ‘a reboque’ das suas análises, declarações ou previsões. Ficam destituídos de margens de manobra para abrir um quadro interpretativo próprio e com menor capacidade para trabalharem, de forma verdadeiramente autónoma ou independente”<sup>131</sup>.

Nesse sentido, podemos afirmar que as transformações descritas não podem ser vistas como meras alterações nas rotinas e práticas organizativas e individuais. Tal como denuncia Mário Mesquita, as novas tecnologias mudaram a face do jornalismo. O investigador considera que o jornalismo, potenciado pelas inovações tecnológicas, vive, hoje, na *Era da Hipérbole*, caracterizada pela notícia-mercadoria e pela dramatização mediática dos acontecimentos. O objetivo primário deste novo modelo de jornalismo reside, não propriamente na prestação de um serviço de informação, mas na urgente satisfação das necessidades comerciais das grandes empresas de comunicação. As notícias transformaram-se em verdadeiras quimeras: metade informação, um quarto de

---

<sup>130</sup> S. MEIRELES, *Os Jornalistas Portugueses*, op. cit., p. 116.

<sup>131</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 118.

ficção, outro quarto de publicidade. Note-se que as relações proporcionais podem não ser necessariamente estas – o quinhão que toca à informação pode ser bastante mais reduzido. Os valores orientadores tradicionais da profissão, como o rigor, a objetividade, a isenção e a veracidade, deram lugar, nesta *Era da Hipérbole*, à velocidade, ao imediatismo, à multimedialidade e à interatividade. Assim, a informação jornalística torna-se “mais rápida, fragmentária, incompleta. A incerteza aumenta. O jornalista, muitas vezes, avança com informação unilateral, porque não lhe é possível aplicar, no novo quadro político e tecnológico, as regras tradicionais”<sup>132</sup>. A prática de ouvir todas as vozes em disputa tornou-se quase excecional. As fontes mais poderosas e as fontes de informação oficiais veem, assim, o seu domínio fortalecido. O investigador e professor universitário José Luís Garcia acrescenta: “A ‘doutrina da quantificação do ‘cada vez mais rápido’ tende ao sensacionalismo do ‘cada vez mais ruidoso’. E este, ao quebrar o significado, abre-se ao ‘cada vez mais vazio’ ”<sup>133</sup>.

Na base deste fenómeno encontra-se, inegavelmente, a abertura e a globalização do mercado da comunicação. Nesse sentido, aos *media*, por terem de competir entre si pela atenção do público, não lhes basta reportar os factos, têm igualmente de lhes dar um enquadramento atrativo e emocionalmente apelativo, tal como observa o investigador e professor universitário Carlos Camponez.

“(…) com uma oferta tão abundante de informação, a capacidade de descobrir e transmitir a verdade, perde peso relativamente aos aspetos enfáticos da informação, de modo a torná-la um produto atraente e desejável para o consumidor”<sup>134</sup>.

Por outro lado, devemos também considerar as mudanças drásticas ocorridas na sociedade civil. Os valores e os interesses coletivos em torno de um consumismo ávido e feroz, que, justiça seja feita, os próprios *media* ajudaram a construir, bem como a exigência e o apurado sentido crítico de um público cada vez mais ativo, são, nos nossos dias, realidades que os *media* têm de ponderar quando produzem os seus produtos informativos. “A multidão viciou-se no novo, no que acaba de acontecer, num apetite

---

<sup>132</sup> S. MEIRELES, *Os Jornalistas Portugueses*, op. cit., p. 55.

<sup>133</sup> J. GARCIA, *apud*, S. MEIRELES, *Os Jornalistas Portugueses*, op. cit., p. 119.

<sup>134</sup> C. CAMPONEZ, *Fundamentos de Deontologia do Jornalismo*, op. cit., p. 381.

voraz, sem tempo, vontade ou formação para grandes reflexões sobre o seu significado. A indústria das notícias serve-lhe, então, o produto que quer, o de mais baixo custo”<sup>135</sup>.

## 2.2 A crise de identidade dos jornalistas

Parece-nos útil, a título de introdução, citar um excerto do artigo de Miguel Sousa Tavares, politólogo, comentador e antigo jornalista, que traça um cenário bastante negro do jornalismo e dos profissionais de notícias em Portugal.

*“Hoje, perante a terceira geração de jornalistas pós-25 de Abril, o panorama é triste e devastador. Num mercado, audiovisual ou da imprensa, de concorrência letal e receitas escassas, os proprietários, com raríssimas exceções, esqueceram tudo o que tinham prometido (...) Abaixo dos proprietários e recebendo deles pressões constantes e ameaçadoras, está a camada de editores (...) ‘a voz do dono’. (...) Da antiga paixão pelo jornalismo já nada lhes resta, senão o cansaço [e o cinismo] (...) Abaixo dos editores, está a terceira geração de jornalistas de depois da censura - os jovens jornalistas de agora. É de longe a mais reprimida, a mais abusada e a mais desiludida geração de jornalistas de sempre, incluindo as do tempo da ditadura. São censurados todos os dias, não por um coronel da Censura, mas pelo seu editor sentado na mesa ao lado (...) São obrigados a prestarem-se a funções indignas [e nas] redacções nenhum editor, supondo que seria capaz, lhes ensina coisa alguma sobre jornalismo (...) E não são apenas eles [que vão pagar] as consequências: todos nós, na qualidade da informação e da democracia que temos, iremos pagar por isso”<sup>136</sup>.*

Esta realidade conduz-nos a um problema de fundo entre a classe profissional: os jornalistas enfrentam, hoje, uma enorme crise de identidade, imposta pela grande concorrência entre grupos mediáticos e pelo novo paradigma dominante de jornalista-entertainer<sup>137</sup>. Os profissionais noticiosos estão, por isso, num limbo de definição: assumem-se como relatores distanciados, tanto quanto possível, da realidade, conduzidos pelos valores ético-deontológicos idealizados? Ou reconhecem-se como narradores intrometidos e participantes na construção da narrativa mediática? Por outras palavras, a classe jornalística é confrontada com o paradoxo de ter de contar a verdade dos acontecimentos, ou seu relato objetivamente mais aproximado, ao mesmo tempo

---

<sup>135</sup> S. MEIRELES, *Os Jornalistas Portugueses*, op. cit., p. 149.

<sup>136</sup> M. TAVARES, “O Massacre do Jornalismo”, in *Público*, 9 de Maio de 2003, in URL: <http://www.publico.pt/espaco-publico/jornal/o-massacre-do-jornalismo-201011>.

<sup>137</sup> C. CAMPONEZ, *Fundamentos de Deontologia do Jornalismo*, op. cit., p. 380.

que está *obrigada* a contar uma estória salteada, aqui e ali, com factos, opiniões pessoais e de terceiros e com pontuações dramáticas e apelativas. Perante este cenário, a pergunta impõe-se: o que deve ser um jornalista? Um produtor de notícias ou um vendedor de estórias? Mário Mesquita responde com uma síntese entre estes dois sujeitos imateriais: “em cada jornalista deveriam, idealmente, coexistir (...) [o] historiador do imediato e [o] escritor não-ficcionista”<sup>138</sup>. A crise de identidade dos jornalistas é também reflexo da crise dos valores gerais do jornalismo.

Outro dos aspetos transformadores das novas tecnologias de informação no jornalismo foi a destruição do monopólio jornalístico sobre a informação, naquilo que podemos traduzir como o binómio profissionalização das fontes de informação/desprofissionalização dos produtores de notícias<sup>139</sup>. Concretamente, a democratização do acesso à internet e à tecnologia em geral “reduziram o papel do jornalista no processo de intermediação entre as fontes e o público”<sup>140</sup>. Nesse sentido, as fontes institucionais estão, hoje, devidamente equipadas de mecanismos que lhes permitem contornar os veículos tradicionais de informação e reproduzir as suas mensagens sem a filtragem incómoda dos jornalistas. As redes sociais e as páginas oficiais das organizações com mais recursos económicos e materiais estão de tal forma profissionalizadas que os órgãos noticiosos têm dificuldade, não só em pensar criticamente os conteúdos nelas disponibilizados, mas também em procurar outros canais de informação fora da esfera de domínio dessas instituições.

Paralelamente, o aumento exponencial das novas tecnologias (mais uma vez a internet, mas também os telemóveis e as câmaras fotográficas/de filmagem, neles integradas) aumentaram a concorrência externa dos meios de comunicação social. Se as fontes de informação organizadas e institucionais pressionam os jornalistas, forçando-os a seguir atentamente a sua agenda oficial, o que dizer dos *jornalistas cidadãos*, que se tornaram, eles próprios, definidores de tópicos de discussão e denunciadores dos problemas que os rodeiam? O jornalista enfrenta, por isso, uma concorrência global que envolve colegas de profissão, fontes institucionais e o próprio público. Esta intensificação progressiva da concorrência e da pressão sobre os profissionais das

---

<sup>138</sup> M. MESQUITA, *O Quarto Equívoco: O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*, Edições MinervaCoimbra, 2006, p. 56.

<sup>139</sup> CAMPONEZ, *Fundamentos de Deontologia do Jornalismo*, *op. cit.*, p. 383.

<sup>140</sup> *Idem, ibidem*.

notícias têm repercussões sérias na cobertura noticiosa, tal como denuncia Carlos Camponez:

“Para o bem ou para o mal, o jornalismo do cidadão representa uma desvalorização da especificidade das técnicas discursivas do jornalismo, das suas normas éticas e deontológicas e da cultura profissional. Perante a deslegitimação da sua função social devido aos problemas resultantes do seu enquadramento económico e empresarial, o jornalista vê-se confrontado com um público mais crítico em relação ao seu papel de intermediário na esfera pública, tanto mais reduzido quanto a função de interpretação e de contextualização estiver reduzida aos imperativos da instantaneidade, do escrever mais depressa e do transmitir em primeiro lugar”<sup>141</sup>.

A desregulamentação do mercado dos *media* traduziu-se, como já constatámos, num clima de alta competitividade entre órgãos de comunicação social que, e especialmente numa realidade relativamente pequena como a portuguesa, conduziu a uma crise do sector: um mercado publicitário frouxo, lucros diminutos, quando não prejuízos avultados, falências consecutivas, crise global do jornalismo impresso, tudo isto contribui para um ciclo vicioso de extinção de meios de comunicação social. A absorção dos pequenos grupos de comunicação por parte dos grandes aglomerados mediáticos é o outro lado da mesma moeda. Neste cenário, e como a realidade nos faz questão de lembrar vezes e vezes sem conta, a corda quando rompe, rompe sempre pelo lado mais fraco. As exceções [ainda] fazem a regra, mas o futuro jornalismo é, de facto, desanimador.

A crise do mercado mediático tornou ainda mais precária a profissão de jornalista, também “por força da presença crescente de uma força de trabalho jovem, recém-saída das universidades e necessitada de emprego a qualquer custo num mercado em que a oferta é muito superior à procura”<sup>142</sup>. De facto, o aumento exponencial do número de licenciados em jornalismo, o aumento do número de jovens com cursos profissionais de comunicação, ou, de um modo geral, a democratização do acesso ao ensino superior, teve efeitos muito relevantes e complexos no seio das organizações noticiosas.

---

<sup>141</sup> CAMPONEZ, *Fundamentos de Deontologia do Jornalismo*, op. cit., p. 383.

<sup>142</sup> J. FIDALGO, *O Jornalista em Construção*, Porto Editora, 2008, p. 173.

Os patronos da comunicação viram no excesso de mão-de-obra no mercado uma oportunidade de nivelarem por baixo os salários dos trabalhadores. Nos nossos dias, qualquer processo de reestruturação de um órgão de comunicação passa por despedir alguns dos trabalhadores seniores, necessariamente melhor remunerados. Os jovens licenciados, os proto-jornalistas, são facilmente seduzíveis com ofertas de estágios curriculares, não-remunerados portanto, e tomam o lugar dos jornalistas entretanto despedidos. Este processo tem consequências óbvias, desde logo, a juvenelização da redação<sup>143</sup>, que implica uma conseqüente perda de memória e de percepção histórica e, não tenhamos rodeios ao afirmar, resulta numa quebra substancial de qualidade do produto jornalístico: não podemos acreditar que um jovem acabado de sair da faculdade tenha a mesma capacidade que um jornalista experiente, nem é exigível que assim seja. Não podemos ignorar o perfil frágil de um jornalista estagiário: jovem, voluntarioso e impreparado. Os jovens candidatos a um emprego de jornalista – num mercado em que escasseiam empregos – vão assumir uma postura compreensivelmente submissa e de vassalagem para com as chefias, até porque estão em permanente avaliação. O mal maior reside na falta de critérios objetivos de aferição de qualidade dos candidatos que cedo percebem que “[a] idoneidade, confiança e lealdade pessoais acabam por prevalecer sobre os conhecimentos escolares. Os ‘eleitos’ depressa entenderão a importância dos relacionamentos pessoais na sua vida profissional (...)”<sup>144</sup>. Esta realidade perverte todo o modelo de ingresso no mercado do jornalismo, dominado quase por uma *lei da selva*, onde só os mais astutos conseguem sobreviver e a meritocracia tem um espaço residual.

Acresce ainda, que a integração das novas gerações de jornalistas está de tal modo pervertida, que os jornalistas estagiários sucedem-se uns aos outros, sem qualquer hipótese real de uma oportunidade futura de emprego, apenas numa lógica de supressão de algumas necessidades produtivas. As grandes empresas de comunicação descobriram, assim, a fórmula mágica para se manterem competitivas no mercado: a contratação sucessiva de mão-de-obra, não barata, mas sim, completamente gratuita (!). Fernando Correia confirma: os estagiários são “autênticas ‘galinhas de ouro’”: não têm encargos financeiros com eles e ao fim de três meses já sabem que têm novos

---

<sup>143</sup> C. CAMPONEZ, *Fundamentos de Deontologia do Jornalismo*, op. cit., p. 384.

<sup>144</sup> S. MEIRELES, *Os Jornalistas Portugueses*, op. cit., p. 78.

candidatos”<sup>145</sup>, ao que podemos acrescentar, ‘galinhas de ouro’ bastante dóceis e colaborantes com as políticas e os objetivos impostos pelos patrões e editores.

Ainda que consideremos eventuais contratações de novos jornalistas, temos de as perceber como exceções que confirmam a regra: os jovens jornalistas que vão surgindo nas redações são pagos a *recibos verdes* ou têm o estatuto de *freelancer*. A precariedade mantém-se e assume contornos ainda mais graves se atentarmos que a grande maioria dos jornalistas em regime *freelancer* são jornalistas com presença permanente na redação. A excecionalidade do seu estatuto é, assim, virtual<sup>146</sup>. Esta situação surge como resposta das empresas de comunicação à necessária redução do número de assalariados nos seus quadros. A progressão na carreira, a proteção social e a segurança de emprego são uma miragem para estes profissionais, assim como, a sua própria autonomia. Que mais se pode exigir a trabalhadores que estão completamente dependentes economicamente?

“Para ter acesso ao ‘estatuto’ de trabalhador precário é necessário dispor de meios financeiros e qualidades sociais e comportamentais como: «sorriso, prazer no trabalho mais ou menos fingido, humildade, sociabilidade, respeito pela hierárquica, reconhecimento (mais ou menos formalizados) em todas as circunstâncias, etc.»”<sup>147</sup>.

No sentido inverso, os jornalistas pertencentes a uma certa casta social, cultural e económica superior vão solidificando a sua posição nas redações, dominando o centro das decisões editoriais e gozando de regalias e níveis salariais completamente desproporcionais em comparação aos dos seus congéneres precários. Concluindo, este cenário contribui para uma elevada hierarquização interna das organizações e ao fechamento da profissão sobre um núcleo de ilustres, com consequências nefastas para o jornalismo: o endeusamento de alguns profissionais, a viciação de práticas e abordagens jornalísticas duvidosas, a relação promíscua com as elites político-económicas, a reprodução contínua das narrativas dominantes e o progressivo afastamento da realidade social.

---

<sup>145</sup> F. CORREIA, *apud* MEIRELES, *Os Jornalistas Portugueses, op. cit.*, p. 136

<sup>146</sup> C. CAMPONEZ, *Fundamentos de Deontologia do Jornalismo, op. cit.*, p. 388.

<sup>147</sup> L. OKAS, *apud* C. CAMPONEZ, *Fundamentos de Deontologia do Jornalismo, op. cit.*, p. 390.

### 3. Questões finais

Nos nossos dias, jornalistas e fontes de informação negociam a construção noticiosa num terreno incerto, onde as fronteiras que os separam esbatem-se progressivamente. As redações dos jornais são autênticas areias movediças, onde um passo em falso ditará o insucesso da missão de uns, informar o mais objetivamente possível, e de outros, influenciar positivamente a agenda mediática a seu favor. As peças vão-se movimentando ao sabor do tempo e do contexto, numa luta imemorial, num verdadeiro *jogo de xadrez*.

Todavia, as regras do jogo estão a perverter-se. O jornalismo, os jornalistas e as organizações noticiosas enfrentam enormes *adamastores*. O jornalismo tem de se adaptar à mudança de paradigma: a informação quer-se, hoje, emotiva, imediata, instantânea, interativa, multimédia, multiplataforma e global. Os jornalistas, tanto os mais experientes como os iniciantes, têm de conviver com a crescente precarização do seu estatuto e com o futuro cada vez mais incerto e desanimador. As organizações noticiosas, principalmente os jornais, têm de enfrentar a crise galopante que os enfraquece a olhos vistos e encontrar um modelo de negócio que lhes permita manterem-se competitivos num mercado feroz.

No sentido inverso, as fontes de informação estão a profissionalizar-se e a ganhar espaço num território que, até há duas décadas atrás, parecia inviolável: o monopólio informativo dos *media*. Ao produzirem os seus próprios conteúdos alargam os seus tentáculos sobre agenda mediática. Do outro lado, os jornalistas, cada vez mais enfraquecidos e frágeis, vão tornando-se mais domesticáveis.

A questão impõe-se: que peso terão estas mudanças profundas, que abalaram todo a orgânica comunicacional, no futuro do jornalismo? Os jornalistas, exaustos e feridos na sua integridade, baixarão os braços e tornar-se-ão, progressivamente, animais amestrados das fontes de informação mais poderosas e dos ditames comerciais que os seus padrões impõem? Chegará o dia em que toda a informação sobre política será profundamente manipulada e os jornalistas meras marionetes do sistema? Ou ainda há esperança para que a liberdade e autonomia dos jornalistas sejam uma verdade adquirida e não o fruto da imaginação do mais romântico dos sonhadores?

## Capítulo III – Discussão crítica do estágio

### Introdução

Finalizada que está a nossa incursão teórica sobre a arena mediática onde se digladiam fontes de informação, cada vez mais profissionais e poderosas, organizações noticiosas, financeiramente moribundas, e jornalistas, cada vez mais precários e desprotegidos, cabe-nos agora analisar a realidade concreta do *Diário de Notícias* e responder às seguintes questões: as fontes de informação, sobretudo as mais poderosas, conseguem influenciar de forma determinante a agenda do jornal? Os jornalistas são simples vassallos ou negociadores comprometidos? Os proprietários do *DN* e os seus representantes na redação condicionam o exercício livre da profissão? Os jornalistas são reféns dos interesses e objetivos editoriais dos seus superiores hierárquicos ou gozam de um significativo grau de autonomia? As transformações profundas das rotinas profissionais empobreceram o produto informativo do *Diário de Notícias*, nomeadamente, as notícias sobre política? Os jornalistas são mercenários ao serviço do capitalismo de mercado? O enfraquecimento do estatuto socioeconómico dos jornalistas e o clima de desânimo entre os profissionais tornou-os mais dóceis para com os poderes instalados? Existe uma relação de promiscuidade entre agentes políticos e jornalistas? O jornalismo de militância, como arma de arremesso político, é uma realidade no *DN*?

Todas estas questões têm, na sua génese, um denominador comum: o jornalismo, e o *Diário de Notícias* em particular, enfrentam uma enorme crise de identidade. Na nova aurora comunicacional, onde o fluxo de informação é contínuo e permanente, o que são e para onde caminham os jornalistas?

## **1. Fontes de informação e jornalistas. A realidade do *Diário de Notícias***

Como jornalista estagiário da secção de política do *Diário de Notícias (DN)*, vivi de perto o dia-a-dia da produção noticiosa de âmbito político. Nesse sentido, tive a oportunidade de observar e, inclusive, de participar, ainda que de forma resguardada, no tratamento de notícias *sensíveis* e de grande interesse público.

Sendo assim, e nunca esquecendo que o processo de produção de notícias é sempre um contrato tácito celebrado entre fontes de informação e jornalistas, de tal forma complexo, que as fronteiras entre estes agentes se diluem, ainda que nunca se misturem efetivamente, devemos agora partir para uma discussão crítica da realidade observada, com uma grande questão no horizonte: as fontes de informação poderosas dominam os jornalistas e a produção noticiosa?

### **1.1 O peso das fontes institucionais e o novo perfil socioprofissional dos jornalistas: Balança equilibrada ou relação de vassalagem?**

A nossa resposta à questão enunciada, que evoca um eventual domínio das fontes de informação sobre os jornalistas, é um confortável, ainda que complexo, “nim”. Confortável porque nos permite desmistificar alguns mitos de dominação; complexo porque abarca um conjunto enorme de fatores que vão desde do estatuto da fonte de informação ao estatuto socioprofissional do jornalista.

Em primeiro lugar, devemos confirmar que, de facto, as fontes poderosas e institucionais têm um poder determinante na definição da agenda mediática do *DN*. O enorme potencial informativo destas fontes, que reside na sua natureza binominal de credibilidade-autoridade, desperta a atenção do jornal e dos seus profissionais. Quando falamos de fontes poderosas referimo-nos concretamente aos dirigentes políticos nacionais e partidários, assim como aos agentes que circulam dentro ou em torno da esfera política (deputados, líderes regionais, presidentes autárquicos, banqueiros, juízes). Existe, tal como foi denunciado pela generalidade dos autores que analisámos, uma preponderância – evitemos o termo “domínio” pela sua conotação negativa – das

instituições mais poderosas e dos seus representantes sobre os canais de acesso ao *Diário de Notícias*.

Os editores e os jornalistas do *DN*, num ato silencioso mas de total concordância, assumem como verdade irrefutável a necessidade de *ouvir* determinadas personalidades e de noticiar acontecimentos que, mesmo que não sejam verdadeiramente interessantes do ponto de vista jornalístico propriamente dito, têm um carácter imperativo.

Num exercício de distanciação objetiva, devemos questionar que critérios justificam, por exemplo, a publicitação da visita protocolar do Presidente da República a um qualquer país estrangeiro, sem que haja, à data da publicação, qualquer indício sobre o que acontecerá de relevante nessa viagem e qual o seu interesse jornalístico. Devemos igualmente questionar que critérios justificam, por exemplo, a reprodução parcial e a análise da análise – a repetição é intencional – feitas por Marcelo Rebelo Sousa e por José Sócrates nos seus respetivos espaços de comentário dominicais. Que valores, se não a redundância, orientam a decisão de publicar sistematicamente estes comentários políticos de forma indeferida e no dia seguinte? Será que estas não-notícias não retiram espaço a acontecimentos mais relevantes promovidos e protagonizados por atores sociais fora do grande círculo de influência? A resposta parece-nos óbvia.

Todavia, em nome do rigor científico e em abono da desmistificação de alguns fantasmas, devemos considerar estes exercícios pouco rigorosos de jornalismo e até esta passividade incompreensível como uma pequena fatia de uma grande quantidade de notícias produzidas sobre a realidade política do país. De facto, mesmo com todos os constrangimentos que envolvem a profissão de jornalista – como o pouco tempo de reação e de análise dos factos – mesmo com todas as dificuldades financeiras do jornal, mesmo com a ameaça real de despedimento que paira sobre as suas cabeças, os jornalistas que integram a secção política do *DN* têm, de um modo geral, um sentido bastante crítico para com as fontes de informação consultadas, mesmos as mais poderosas. Aliás, a grande motivação dessa equipa de jornalistas é contribuir ativamente para a denúncia da má governação, de qualquer tipo de abuso de poder e das desigualdades sociais fomentadas pelas decisões do Executivo. Nesse sentido, é absolutamente inegável que o grande fio condutor que une todos os jornalistas dessa secção reside na perscrutação permanente sobre a forma de atuação dos poderes

instalados – da *direita à esquerda* política, das forças armadas aos tribunais, dos bancos aos principais grupos económicos. Ainda que admitindo que as grandes *manchetes* ou a possibilidade de obter importantes *furos* sejam parte do pensamento coletivo, como que reflexos do espírito altamente competitivo que atravessa todo o jornal, o sentido de missão não se altera significativamente: afinal, a imagem mitificada de um jornalista defensor de causas, contra-poder e defensor dos interesses do público não é, de todo, uma impossibilidade metafísica.

Traçado este cenário, consideramos irresponsável e falacioso o discurso que sugere um eventual domínio absoluto de certas fontes de informação sobre os jornalistas, porque encerra em si um carácter definitivo que não corresponde completamente à realidade. Feito este alerta, não devemos nunca ingressar numa visão romantizada da profissão de jornalista nem do jornalismo: existem, de facto, fatores que interferem com este aparente equilíbrio de poderes entre jornalistas e fontes de informação.

Devemos assumir, sem rodeios, que existem fontes que são, como vimos, efetivamente capazes de definir alguns tópicos de discussão e de fazer coincidir, em parte, a sua agenda com a agenda mediática. Todavia, e é importante sublinhar e reforçar este ponto, não têm à sua disposição mecanismos que lhes permitam controlar a resposta dos jornalistas e as narrativas divergentes das fontes de informação concorrentes. Quando os jornalistas do *Diário de Notícias* contactavam determinadas fontes de informação para esclarecer uma situação dúbia e/ou com contornos polémicos, do outro lado da linha alguém tentava-se, desvalorizando a situação ou mesmo negando-a. As reações às manchetes do dia seguinte, principalmente aquelas que envolvessem situações graves de alegada má governação e/ou desvios comportamentais por parte do Executivo ou de algum agente político, não se faziam esperar: os telemóveis tocavam insistentemente e as discussões proliferavam. Posto isto, as fontes são, a nosso ver, e tal como garante Hess<sup>148</sup>, mais reativas, isto é, preocupam-se mais com a gestão dos efeitos negativos das notícias, do que propriamente com a promoção de acontecimentos.

Ainda assim, há uma evidência que nos assalta: o poder de influência das fontes de informação é tanto maior, quanto menor for capacidade das organizações noticiosas de se protegerem das intromissões das instituições de poder. Na prática, tanto maior é o

---

<sup>148</sup> S. HESS, *apud* V. MOREIRA, *Fontes Sofisticadas de Informação*, *op. cit.*, p. 27.

poder de influência e persuasão das fontes institucionais, quanto menor for o estatuto socioprofissional dos integrantes das redações.

Como constatámos no capítulo anterior, a precarização da profissão é hoje uma realidade desoladora, potenciada por uma aposta crescente em estagiários e em jornalistas em regime de *freelancer* e/ou de *recibos verdes*. O *Diário de Notícias* não é exceção: num total de oito jornalistas que colaboram permanentemente com a secção de Política, contando com o editor executivo e os editores da secção, dois eram estagiários e outro tinha uma situação de trabalho precária, pago a recibos verdes.

A fragilidade associada a esta condição profissional reduz drasticamente a própria autonomia destes profissionais dentro da redação, mina a sua relação com os superiores hierárquicos, com um poder de decisão incomensuravelmente superior ao seu, e impossibilita uma integração saudável e plena destes colaboradores, que tendem, naturalmente, a assumir uma postura submissa.

Paralelamente, o novo estatuto socioprofissional dos jornalistas mais jovens (inexperientes, precários, mal remunerados, provisórios) aumenta a insegurança com que contactam com fontes de informação, já de si, com um estatuto socioeconómico bastante superior ao seu. Mais grave ainda, a precariedade que afeta os jornalistas em princípio de carreira, mesmo integrando um jornal como o *Diário de Notícias*, uma instituição consciente da sua responsabilidade social como meio de informação, reduz substancialmente a capacidade de resistir e de gerir o assédio das fontes. Sem um reforço real dos poderes intra-organizacionais, estes jovens jornalistas, com um estatuto profissional precário e fragilizado, sem a garantia de proteção da empresa quando confrontados, por exemplo, com processos judiciais, não arriscam enfrentar e antagonizar fontes de informação e agentes políticos realmente poderosos.

Ao mesmo tempo, apenas as grandes reestruturações das empresas promovem uma renovação concreta das redações, ainda que essa renovação seja, invariavelmente, sinónimo de despedimentos coletivos. Excluindo essas situações excepcionais, a renovação das redações é virtual, ou seja, não chega a acontecer verdadeiramente. A contratação (?) de estagiários de três em três meses é feita numa lógica de supressão de pequenas necessidades produtivas, e não numa lógica de acrescentamento de valor e de *sangue novo* no jornal.

Nesse sentido, os cargos e as posições hierárquicas ganham um caráter quase imutável. Os jornalistas seniores veem assim os seus estatutos reforçados, à semelhança do que acontece com os seus poderes internos e externos. Intimamente ligado a este reforço do estatuto e do poder dos jornalistas seniores, dá-se o estreitamento de relações entre jornalistas e agentes políticos durante as respetivas carreiras, marcadas por encontros e reencontros sucessivos nos mesmos corredores do poder.

O perfil dos jornalistas seniores da secção de Política do *Diário de Notícias* é representativo deste fenómeno complexo: contam com longos anos de carreira, são reconhecidos pelos seus pares e pelos líderes políticos e mantêm relações privilegiadas, quase familiares, com alguns desses dirigentes através da partilha de uma memória coletiva alimentada por largos anos de vivências em conjunto. Perante esta realidade, a nossa atitude deve ser de desconfiança, mas não de demonização. Se por um lado, esta proximidade permite uma relação mais aberta e de maior confiança entre jornalistas e fontes de informação, o que em última análise contribui para uma informação mais honesta, completa e fidedigna, por outro lado cria no imaginário destes agentes políticos uma possibilidade concreta de manipulação dos jornalistas.

Não devemos colocar os episódios de pressão e de tentativas de manipulação de jornalistas num plano meramente teórico, até porque são cenários concretos. Certa altura, um proeminente ministro do atual Executivo telefonou a um jornalista do *Diário de Notícias*, destratando-o pela forma como o retratou numa notícia sobre uma *gaffe* por ele cometida (conheciam-se desde do início das respetivas carreiras). As duas personagens desta narrativa não-ficcional eram tão próximas que, ao jornalista em questão, já lhe tinha sido oferecido, por repetidas vezes, o cargo de assessor no gabinete de comunicação do ministro.

Perante este tipo de ataques perpetuados pelos agentes políticos, que aproveitam a relação de confiança com os jornalistas para os tentar condicionar, manipular e domesticar, não devemos acenar com a fórmula irresponsável de um jornalismo feito de cruzadas: as fontes institucionais serão sempre as mais ricas em informação. Antagonizá-las por completo é tornar o próprio exercício de profissão praticamente impossível. A relação entre fontes e jornalistas deve ser vista, por isso, como um permanente jogo de cintura, onde é necessário marcar uma posição firme face às

tentativas de manipulação dos agentes políticos e, ao mesmo tempo, não hostilizar os principais fornecedores de informação.

Ainda assim, devemos-nos questionar: se mesmo os jornalistas com maior estatuto e tarimba sofrem fortes pressões no sentido de tentar condicionar a sua autonomia e o exercício livre da profissão, o que será de um jornalismo cuja tendência é aposta crescente em jovens profissionais impreparados, precários e estatutariamente fragilizados?

## **1.2 O peso da natureza corporativa na relação entre fontes de informação e jornalistas: o contexto de crise do *Diário de Notícias***

Outro dos pêndulos desestabilizadores do equilíbrio negociado entre fontes de informação e jornalistas reside na própria natureza da propriedade das agências noticiosas. Ao longo da nossa discussão teórica chegamos à conclusão que a liberalização e a falta de regulação do mercado mediático conduziram, inevitavelmente acrescente-se, à formação de grandes empórios de comunicação. Os jornais, as rádios e as televisões estão, hoje, nas mãos de um número relativamente pequeno de proprietários, alinhados em torno de valores socioeconómicos semelhantes. Os donos da comunicação social são uma pequena casta poderosa que constitui a elite do nosso país.

A nosso ver, os interesses das administrações (Estado incluído) são uma ameaça permanente à prática do jornalismo isento e da liberdade de expressão dos jornalistas. A crise do setor, principalmente do jornalismo impresso, e a concorrência galopante entre os aglomerados mediáticos, cuja necessidade crescente de lucro não é alimentada pela lógica de procura e oferta de um mercado relativamente pequeno como o nosso, teve repercussões sérias. Tal como Mário Mesquita, acreditamos que o “muro invisível”<sup>149</sup>, que separava os gestores dos jornalistas, desabou.

A proximidade entre estes grupos de agentes com interesses tão antagónicos – uns veem os meios de comunicação como veículos de influência política e de reforço de poder, os outros consideram-se defensores da verdade e cães de guarda dos valores democráticos – é, hoje, uma realidade preocupante.

O caso do *Diário de Notícias* é, porém, mais complexo e pouco dado a uma análise simplista e redutora. Aquando do meu estágio, o jornal pertencia ao grupo

---

<sup>149</sup> M.MESQUITA, *O Quarto Equívoco*, op. cit., p. 56.

*Controlinveste*, presidido por Joaquim Oliveira, homem que fez fortuna no sector da construção civil. Historicamente, o *DN* teve momentos em que foi um jornal politizado e “aparelhístico” (ver *Capítulo I*), ao serviço, ou melhor dizendo, em consonância com o regime instalado e com a cor partidária do poder. Pela batuta de Joaquim Oliveira, o jornal passou por três fases: primeiro, como instrumento próximo do poder político. O diário estava sob a égide de Fernando Lima, sempre muito contestado internamente pelo seu passado como homem de confiança de Aníbal Cavaco Silva; depois, passou por uma fase transitória. António José Teixeira e a sua equipa de jornalistas assumiram a direção do *DN* e tentaram aproximar e reconciliar a linha editorial do jornal com os cânones do jornalismo de referência. Foi sol de pouca dura: a crise dos jornais diários era já uma realidade e o espaço nesse mercado estava irremediavelmente perdido; o que levou a uma terceira, e última fase: a direção de João Marcelino (2007-2014), antigo diretor do *Correio da Manhã*. A intenção de Joaquim Oliveira e do seu novo diretor era clara: transformar o *Diário de Notícias* num jornal mais próximo do modelo tabloide e sensacionalista. Todavia, não se pode dizer que a direção o tenha conseguido. O jornal permaneceu num limbo: nem era de referência, nem de “preferência”. Entretanto, a crise atingiu progressivamente o grupo de comunicação levando à quase falência técnica dos jornais e dos outros meios de comunicação da empresa, o que conduziu à inevitável venda de todos os ativos do conglomerado mediático – à exceção da *SportTV* – ao empresário António Mosquito e aos seus associados.

Esta breve introdução ajuda a explicar a realidade exclusiva do *DN*. Importa recordar que o meu período de estágio (setembro 2013 a dezembro 2013) coincidiu com a fase mais crítica da vida financeira da empresa. O jornal estava na iminência de mudar de mãos e, meses mais tarde, a aquisição por parte de António Mosquito acabou por selar o seu destino. Esta crise talvez justifique uma aparente ausência de pressões do topo sobre a redação. A direção estava de tal forma enfraquecida que é difícil apontar interferências visíveis no trabalho dos jornalistas da secção, no sentido de darem um tratamento privilegiado a determinadas fontes de informação e a agentes políticos. Não observei, de modo algum, nenhum refreamento, ou mesmo favorecimento no tratamento de notícias que envolvessem determinada personalidade ou partido político, mesmo quando pressionados pelos próprios.

Esta realidade muito específica do *Diário de Notícias* não significa que devamos refutar por completo a hipótese, unanimemente aceite aliás, de que os proprietários dos

*media* (Estado incluído) exercem múltiplas formas de pressão sobre os jornalistas, no sentido de protegerem os seus interesses particulares e os dos seus compadres de negociatas. Com efeito, apesar da fragilidade do domínio da estrutura hierárquica sobre a base e de reinar um aparente clima de liberdade e autonomia, um olhar quase de paleontólogo detetaria facilmente a presença de alguns registos fossilizados dessa ingerência, que remontam a uma *era pré-crise*: todos os altos cargos de chefia eram ocupados por homens e mulheres da confiança de Joaquim Oliveira e de João Marcelino. A iminência da mudança de donos acentuou a contestação, não assumida publicamente, mas segredada pelos corredores, para com a alta-chefia do jornal. Em alguns casos, verdade seja dita, a meritocracia não foi critério na seleção desses profissionais para os cargos que ocupavam. Impõe-se a questão: o que justificaria a presença destes jornalistas em cargos cuja dimensão os ultrapassava, a não ser a garantia que davam ao patrono de que os seus interesses e objetivos editoriais estavam acautelados?

## **2. O peso das transformações das rotinas profissionais no produto informativo e na formação da opinião pública**

O *Diário de Notícias* não ficou, de todo, indiferente às profundas mudanças na forma de fazer e de estar no jornalismo. Os processos de verificação e análise crítica da informação foram sendo suprimidos graças, em grande parte, ao aumento do fluxo informativo que os jornalistas têm de absorver, de maneira a responder às necessidades do público, ávido de consumo, e aos imperativos concorrenciais que os obriga a serem primeiros, a serem virais.

Os valores tradicionais da objetividade, rigor e veracidade, cânones da profissão de jornalista, estão hoje remetidos para um plano idealista, quase *metafísico*. O jornalismo moderno está preocupado, mais do que tudo, em ser imediato, interativo e multiplataforma. A evolução tecnológica, nomeadamente a democratização do acesso à internet e às redes sociais, e a colocação dos *media* num cenário de concorrência global, conduziram ao paradigma do *infotainment*, ou *info-entretenimento*. A dramatização excessiva dos acontecimentos e o apelo às emoções fragmentaram a construção noticiosa: o jornalismo do século XXI não tem espaço para a reconstituição histórico-contextual dos acontecimentos, nem para a análise distanciada e objetiva dos factos. Nesse sentido, contribuiu para a fragilização da memória coletiva e para a

despolitização do público. Por isso, podemos afirmar que o jornalismo, especialmente este novo tipo de jornalismo, é uma força antidemocrática, porque produz um ruído de tal forma ensurdecedor, que impossibilita a compreensão de um mundo cada vez mais complexo. Paradoxalmente, a internet e as novas tecnologias da informação, baluartes de uma nova aurora de conhecimento, perverterem-se: mais informação tornou-se sinónimo de menos conhecimento.

### **2.1 O peso das agências de comunicação e da televisão nas rotinas profissionais: a homogeneização da informação.**

Uma das grandes preocupações dos críticos e teóricos da comunicação, e que deve também ser a nossa, é o peso excessivo das notícias das agências de informação nas restantes publicações.

A grande fonte de informação do *Diário de Notícias* é a agência *Lusa*. As restrições orçamentais, que impõem um número reduzido de profissionais dentro da redação, o encerramento de delegações e as limitações às deslocações dos profissionais traduzem-se numa elevada dependência face aos *takes* disponibilizados pelas agências de informação. A realidade é desoladora: caso não existissem organizações como a *Lusa*, que enfrenta, igualmente, dificuldades financeiras sufocantes, as notícias reduzir-se-iam aos acontecimentos ocorridos na região da Grande Lisboa e, numa perspetiva positivista, no Porto. O *DN* assegura competentemente a cobertura do parlamento, dos tribunais e das conferências de imprensa que envolvem os grandes líderes partidários, quase tudo o resto, e o resto é, ainda assim, particularmente significativo, fica ao encargo da *Lusa*.

Consequentemente, o público é diariamente, senão em tempo real, bombardeado com informação redundante, ligeiramente adaptada aos idiomas públicos dos jornais e aos recursos técnico-narrativos dos jornalistas que as publicam, mas que é essencialmente, e é aqui queremos chegar, proveniente das mesmas fontes de informação, previamente consultadas pelos profissionais da *Lusa*. Se juntarmos o, já debatido, peso hierárquico das fontes institucionais no acesso aos *media*, à dependência assoberbada das agências de notícias, estamos perante um processo exponencial de homogeneização da informação que circula diariamente. Órgãos de comunicação social aparentemente tão diferentes como o *Diário de Notícias*, o *Público* e o *Correio da*

*Manhã* produzem, na prática, as mesmas notícias, apenas adaptando-as ao seu nicho de mercado.

O leitor, principalmente o menos atento e com menor sentido crítico, perfil identificativo da maioria dos portugueses, cujos hábitos de leitura de jornais sempre foram os mais frágeis da Europa, é levado a acreditar que a aparente diversidade de órgãos de comunicação é sinónimo de pluralismo informativo, quando, na sua génese, a grande maioria das notícias têm uma origem comum: o trabalho de um único jornalista e as opiniões de duas ou três fontes de informação.

O papel criativo dos jornalistas está, por isso, reduzido: são, hoje, mais selecionadores de notícias, do que tratadores de informação.

*“Embebidos em superfícies mais ou menos coloridas, os jornalistas de amanhã afirmarão cada vez mais a sua cidadania como intermediários ou curadores da informação dispersa por espaços e tempos mutantes”<sup>150</sup>.*

Ainda assim, os jornalistas com mais anos de carreira dificilmente se revêm nesta descrição. No fundo, têm algumas razões para isso, porque o trabalho de maior envergadura, de maior destaque e de maior exigência profissional – as reportagens de investigação, mas também as mais rotineiras que envolvem o contacto com os poderosos – estão ao seu encargo. Cabe aos estagiários de jornais como o *DN* o trabalho menos nobre de procurar e seleccionar, entre as centenas de notícias produzidas pelas agências de informação, para depois as copiarem, cortarem e colarem nas últimas páginas do jornal, sem que, na grande maioria das vezes, seja dado o devido crédito autoral aos jornalistas da *Lusa*. Se se mostrarem devidamente competentes na identificação das notícias mais importantes, os jornalistas estagiários vão ganhando alguma autonomia para construir as suas próprias notícias, ainda que, durante o período de iniciação e de socialização na redação, vejam sistematicamente os seus textos modificados ou até eliminados, sem discussão ou argumentação prévia, num ritual de humilhação e de fragilização do seu estatuto, já de si precário.

Ainda que não seja a nossa intenção desviar o curso da discussão, podemos afirmar que esta atribuição consecutiva dos trabalhos menores aos jornalistas estagiários

---

<sup>150</sup> P. FRIAS, “2015: os jornalistas de amanhã serão curadores de informação” in *P3*, 22 de setembro 2014, in URL: <http://p3.publico.pt/actualidade/media/9374/2015-os-jornalistas-de-amanha-serao-curadores-da-informacao>».

é mais uma forma de encerramento da profissão sobre si: salvo honrosas exceções de que eu tive a oportunidade de disfrutar, não existe uma verdadeira preocupação entre os profissionais mais antigos na educação profissional e no acompanhamento dos jornalistas estagiários no seio das redações. São, por isso, ilegítimas as críticas preconizadas por uma certa elite de profissionais sobre a alegada impreparação dos jovens jornalistas.

Outro dos aspetos que mais nos preocupam é a igualmente exagerada dependência dos jornais face aos *media* dominantes, neste caso, face ao poder da televisão. Com efeito, o aparecimento dos canais por cabo especializados em informação veio intensificar esta dependência. A televisão é um farol na redação do jornal: as atenções estão viradas para o que os canais estão a transmitir, para quem está a aparecer e para o que vão passar a seguir. Os jornalistas, principalmente os responsáveis pela secção *online* do *DN*, são impelidos a acompanhar o espetáculo televisivo. Estamos, mais uma vez, perante a repetição da informação proveniente das mesmas fontes e dos mesmos profissionais, apenas com a adaptação dos códigos linguísticos da mensagem à plataforma que as recebe.

O impulso em concorrer com a televisão acentuou-se com a democratização da internet e com a aposta no jornalismo *online*. Os jornais tradicionais revestiram-se de ferramentas capazes de ombrear com o *primado do direto* imposto pela televisão. De facto, a modernização das redações e o surgimento do *jornalismo online* foram particularmente importantes, se tivermos em conta as notícias (exageradas) da morte da imprensa escrita e dos jornais em papel. A internet integrada nas redações dos jornais tradicionais é, hoje, uma importante bolha de oxigénio para as empresas que procuram encontrar o melhor modelo de migração para a era digital, porque lhes permitem manter-se competitivas enquanto o procuram.

Todavia, a relação entre a televisão e o jornalismo escrito, em particular o *online*, perverteu-se de tal forma que as páginas *web* dos jornais são, hoje, na sua maioria, um conjunto disperso de conteúdos que passaram na televisão. A nosso ver, os jornais, incluindo o *Diário de Notícias*, estão convencidos que, se despejarem os conteúdos que passam na televisão na sua página *web*, serão capazes de acompanhar a velocidade e o ritmo de produção do meio dominante.

No *DN* era comum ver jornalistas a seguirem em direto os discursos dos governantes políticos e líderes partidários e as cerimónias protocolares para, depois, os reproduzirem em texto, socorrendo-se de “citações citáveis”, completamente desligadas entre si. Esta atuação descaracteriza completamente a virtude multiplataforma do jornalismo *online* e os seus valores básicos. Seguindo este modelo, os *media* tradicionais contribuem, simultaneamente, para o empobrecimento, para o aumento da redundância e para homogeneização da informação.

Igualmente problemático é o recurso progressivo às redes sociais dos agentes políticos, como se se tratasse de uma fonte válida de informação. Ainda que, e convém salientar, não faça parte dos hábitos comuns dos jornalistas da secção de política do *DN*, há uma preocupação crescente em acompanhar os conteúdos partilhados pelas fontes de informação organizadas e institucionais nas suas redes sociais. Ora, esta tendência, caso se torne um hábito regular, vai tornar mais débil a posição dos jornalistas enquanto mediadores do produto jornalístico, já de si, travestido pela assimilação dos *press realese* que chegam permanentemente às redações. Nesse sentido, uma reprodução acéfala desses conteúdos contribuirá, igualmente, para um jornalismo pobre em interesse informativo e profundamente toldado pelos profissionais de comunicação (assessores e relações públicas) responsáveis pela gestão dessas redes e da imagem pública dos seus representados.

## **2.2 As torres de marfim: a sedentarização dos jornalistas**

A dependência exacerbada do trabalho produzido pelas agências noticiosas, da televisão, das redes sociais e dos *press realese* resultou num novo modo de exercer a profissão: o jornalismo sedentário.

O crescente enclausuramento dos jornalistas nas redações tem sido uma crítica recorrente de vários investigadores. A imagem do repórter que sai à rua em busca de novas histórias é hoje, se não uma miragem, pelo menos uma hipótese cada vez mais remota. Com efeito, o jornalismo, especialmente o de âmbito político, é feito através do telefone, do *email* e da pesquisa *online*. Dessa maneira, transformou-se numa atividade impessoal que, paradoxalmente, trata sobre pessoas. Existe o perigo de os jornalistas se encerrarem numa *torre de marfim*, demasiado afastados da realidade social e rodeados permanentemente pelas mesmas influências internas (colegas de redação e superiores hierárquicos) e externas (as fontes de informação com as chaves do *castelo*).

Esta condição de quase reféns é uma evidência no *Diário de Notícias* e resulta de dois fenómenos distintos: as limitações impostas às deslocações de jornalistas, em prol da contenção de gastos e o desânimo generalizado entre profissionais.

De facto, mesmo os jornalistas seniores acham que a sua profissão é pouco protegida, pessimamente remunerada e mal compreendida pela sociedade. Nesse sentido, convém questionar: que motivação tem um jornalista, e estamos a falar de jornalistas com muitos anos de carreira, sendo que muitos deles viveram o *boom* democrático do jornalismo pós-25 de Abril, para se expor às vicissitudes profissionais e aos problemas judiciais, quando podem fazer o seu trabalho quase inteiramente no conforto das redações? Qual a motivação destes jornalistas para investigarem, se isso implica fazerem horas extraordinárias não remuneradas? Que motivação têm estes jornalistas para *pensar fora da caixa* se daí não resultam recompensas relevantes nem reconhecimento dos seus superiores hierárquicos?

Ainda que compreendamos a desilusão para com a degradação das condições de trabalho, não podemos deixar de sublinhar que este exílio parcial – parcial, porque os jornalistas continuam a deslocar-se aos centros de poder, como o parlamento e os tribunais – e a distanciação crescente entre jornalistas e o *mundo físico* contribui para uma informação pouco crítica e de poucos recursos culturais.

Os dados estão lançados: se todos os jornalistas, de todos os órgãos de comunicação social se deslocarem aos mesmos locais, se contactarem as mesmas fontes de informação, se utilizarem as mesmas notícias produzidas pelas agências de informação e se se submeterem pacificamente à agenda ditada pelos *media* dominantes, caminharemos para um futuro onde o jornalismo é terrivelmente pobre em conteúdo e em visões plurais da realidade.

### **2.3 A mercantilização do produto jornalístico: a Era da Hipérbole**

Recuperando um conceito que nos é muito querido, vivemos, tal como problematizou Mário Mesquita, na *Era da Hipérbole*. Como fizemos questão de desmistificar anteriormente, durante a última fase de direção de Joaquim Oliveira e João Marcelino, os imperativos e objetivos comerciais não se faziam sentir diretamente na redação do *Diário de Notícias*. Todavia, os jornalistas tinham, evidentemente, consciência da sua posição no epicentro de um mercado altamente competitivo. Estavam igualmente cientes que a ameaça do despedimento pairava sobre as suas

cabeças. Nesse sentido, podemos assumir que a necessidade de vender mais jornais e de captar mais leitores eram denominadores presentes no trabalho dos jornalistas.

No entanto, o facto de nós, tal como os profissionais que integram a redação, reconhecermos esta realidade, não deve desvirtuar a discussão nem conduzi-la para especulações conspirativas sobre um jornalismo composto por mercenários. Na secção de política do *Diário de Notícias* existe, efetivamente, uma preocupação em tornar um produto naturalmente denso e complexo (as *hard news*) em algo mais atrativo do ponto de vista da leitura e de análise interpretativa. Esse processo de simplificação das notícias está assente em decisões e práticas muito menos abusivas do que aquelas diagnosticadas por alguns autores – como a renúncia completa à imparcialidade ou o predomínio absoluto do espetáculo e do sensacionalismo sobre a informação. No entanto, têm algum peso na qualidade do produto informativo.

Com efeito, os jornalistas da secção de Política do *DN* apostam, por exemplo, em títulos mais criativos, na simplificação da linguagem – não confundir com estupidez do público – no uso de imagens atrativas e de gráficos elucidativos que permitem, mesmo no formato rígido que é o papel, uma maior interatividade entre leitor-informação.

Todavia, não devemos cair na tentação, mais uma vez, de romantizar o jornalismo, especialmente o de cariz político. Existe, de facto, uma tendência, cada vez maior, inclusive dentro do *DN*, para a personalização e para a dramatização da informação em torno da vida política do país. Os agentes políticos tendem a ser notícia, mais pelos aspetos, da sua conduta pessoal do que propriamente pela sua atuação política – é inegavelmente mais sedutor ridicularizar um político pelas suas *gaffes* protocolares, por exemplo, do que desconstruí-lo através da análise crítica das suas ideias políticas.

No mesmo sentido, as querelas internas e os dramas romanescos que afetam a classe político-económica do país, infelizmente muito fértil nesses aspetos, ganham espaço nas páginas dos jornais. Os *media*, e o *DN* não é exceção, contribuem de tal forma para a criação dessas efabulações que a discussão pública se reduz em torno do ‘quem tramou quem?’, ‘quem quer tramar quem?’, ‘o que acha Marcelo Rebelo de Sousa sobre determinada tramoia?’, ‘e Miguel Sousa Tavares?’, ‘como reage Pedro

Passos Coelho à eventual tramoia de que foi alvo e aos comentários proferidos por Marcelo e Miguel Sousa Tavares?’...

No mesmo sentido, há uma constante reprodução de um mundo quase maniqueísta de bons contra os maus, de heróis contra vilões. Os jornalistas, conhecedores exímios das conotações que determinados títulos podem ter, reconstróem esse *mundo* através de técnicas narrativas. Com efeito, fizemos uma breve recolha de alguns títulos bem representativos desta bipolarização da realidade: “**Passos esquece recados de Cavaco e defende** rumo do **Governo**” [anexo I]; “**Porta-voz de Passos Coelho faz de Seguro o bombo da sua festa**” [anexo II]; “**PR avisa Passos: quer consolidação** «amiga do crescimento» [anexo III]; “**«Troika» culpa Portas e pressiona juízes do Constitucional**” [anexo IV]; “**Governo faz a vontade ao FMI e corta em quase tudo** para 2014” [anexo V]; “**CGTP mantém «manif» proibida pelo Governo**” [anexo VI].

O uso destes vocábulos com conotações tão negativas planta na memória coletiva cenários de luta e disputa permanente entre atores políticos. Ora, se a vida política é um campo de batalha e o leitor não tem particular interesse em vestir nenhum dos uniformes, vai repudiar toda esta bizarrice e afastar-se da discussão pública.

Nesse sentido, a transformação e a redução da vida política a um conjunto de estórias fragmentadas e pouco relacionadas entre si, verdadeiras novelas no pior sentido do termo, bem como a vocação para a criação de um mundo maniqueísta de bons contra os maus é uma forma bastante sedutora de vender informação sem que os jornalistas renunciem verdadeiramente aos seus valores ético-deontológicos tradicionais. No fundo, estão a ser objetivos, pois selecionam as notícias entre um manancial enorme de acontecimentos, ponderando critérios, tais como, o interesse público e a atualidade; imparciais, pois procuram *ouvir* as duas partes do diferendo; e verdadeiros, porque, efetivamente, não inventam factos nem falsos testemunhos.

Todavia, esta é uma fórmula bastante simplista de analisar o papel dos jornalistas no mundo e a sua responsabilidade social enquanto construtores da realidade. O recurso a técnicas de dramatização e de personalização das narrativas políticas conduz, inevitavelmente, à despolitização da sociedade e ao fomentar do desconhecimento generalizado entre cidadãos. Certa altura, mais precisamente no dia 26 de novembro de 2013, um colega, que eu tive a oportunidade de acompanhar, foi

nomeado para fazer a cobertura da manifestação da CGTP/IN. Foi-nos pedido especificamente que entrevistássemos o senhor que andava a vender cravos vermelhos por entre a multidão. A justificação que nos foi dada residia no seguinte: 1) um canal de televisão já o tinha entrevistado; 2) era uma abordagem 'gira'. Esta situação poderia ser uma caricatura ilustrada num qualquer manual de jornalismo, sob o título de 'os erros mais básicos de fazer jornalismo', ou algo parecido, que não causaria estranheza. Todavia, foi uma situação real, igual a tantas outras.

Outro exemplo elucidativo do uso abusivo das técnicas de dramatização e personalização da informação sobre política foi a titulação dada à notícia referente ao lançamento do livro de Domingos Névoa, publicada no dia 17 de setembro. Como já referi tive a oportunidade de fazer essa reportagem e foi, de facto, uma experiência muito dignificante e um trabalho relativamente elogiado pelos meus editores. Todavia, as minhas sugestões para o título da notícia teimavam em não vingar. Na altura, o meu editor sugeriu pacientemente que me focasse nos vários ilustres da classe política, entre os quais, João Soares e Fernando Seara, que se deslocaram ao lançamento do livro. Assim surgiu o título "Bloco Central ao lado de Domingos Névoa" [ver anexo VII], fruto, não das minhas convicções – o título não refletia a notícia – mas sim, da sugestão/imposição do meu editor. O objetivo era claro: despertar a atenção do leitor para o apoio declarado a Domingos Névoa, alegadamente envolvido no processo *Bragaparkes*, de figuras ligadas quer ao PSD, quer ao PS. A mensagem subliminar é evidente: poderosos atores políticos convivem, em clima de grande cumplicidade e promiscuidade, com uma figura envolvida em processos de corrupção.

Não havendo uma preocupação profunda em denunciar os problemas sociais de fundo que afetam o nosso país, a dramatização, a personalização e a colagem da vida política à imagem de uma classe corrompida – ainda que os políticos não possam ser, de todo, desresponsabilizados neste processo – contribuíram determinantemente para o divórcio acentuado entre a classe política e a sociedade civil e para a desvirtuação da discussão pública. Ao limitarem-se a reproduzir e a promover um clima de suspeição e de descrença em torno da classe política, os *media* enfraqueceram a saúde democrática do país, já de si debilitada pela falta de participação e de interesse dos cidadãos no processo democrático.

## **2.4 O peso da especialização nas rotinas profissionais: jornalista militante e jornalismo como arma de arremesso?**

Tal como descrevemos no Capítulo I, a secção de Política do *Diário de Notícias* está organizada, ainda que não de uma forma rígida, em função das necessidades de acesso a determinados setores muito particulares. Assim, temos um jornalista responsável por notícias que incidam sobre o PS, outros dois responsáveis pelas notícias que envolvem PSD e CDS, neste caso, a maioria governativa, outro responsável pelo contacto com fontes ligadas às forças políticas e partidárias da esquerda e aos movimentos sindicais, um outro com relações privilegiadas com altas-chefias das Forças Armadas e, por último, um jornalista com profundos conhecimentos judiciais e relações privilegiadas com os magistrados e com a Polícia Judiciária.

Esta distribuição de jornalistas pelos diferentes quadrantes da vida política portuguesa acontece, nomeadamente, como consequência de três fatores: o primeiro, e mais comum dentro deste grupo de profissionais, reside na existência de um passado intimamente ligado a um partido, à existência de uma relação próxima com um determinado conjunto de atores políticos e, todavia não tão evidente, a uma orientação político-partidária semelhante às suas fontes. Em alguns casos, existem entre jornalistas e atores políticos laços que se estendem para lá do aspeto profissional, o que se traduz num esbatimento das fronteiras entre os dois mundos e num reconhecimento mútuo das dinâmicas jornalísticas e políticas caracterizadoras dos respetivos órgãos integradores.

O segundo fator que pode explicar a necessidade de especialização dos jornalistas no tratamento com determinadas fontes de informação reside no passado profissional e na bagagem cultural e científica do profissional em questão que o torna conhecedor de problemáticas que estão para lá do entendimento comum que um jornalista generalista pode, à partida, ter. O terceiro, e último fator, é a necessidade de suprimir algumas lacunas comunicacionais do jornal com determinados setores da sociedade, como por exemplo, com os movimentos partidários de esquerda – um fenómeno recente e composto maioritariamente por jovens.

Esta especialização dos jornalistas, no sentido de se tornarem mais capazes de comunicar e de aceder a determinadas fontes de informação, resulta de uma atitude estratégica do jornal em estender os seus tentáculos às maiores e mais relevantes

agências políticas. Esta realidade encerra em si mesma alguns problemas que, na qualidade de estagiário-observador, fui tomando consciência.

Na prática, o elevado grau de proximidade entre jornalistas e fontes bem posicionadas num determinado quadrante político, fomentado pela própria política da empresa e por anos de relações cordiais, apesar de extremamente útil em algumas situações – as fugas de informação e o exclusivo só acontecem se houver este tipo de relação – pode conduzir a fenómenos perigosos de promiscuidade. Com efeito, a proximidade para com um partido político pode resvalar para a simpatia que, por sua vez, pode-se transformar em militância. As redações nacionais não são, infelizmente, órfãs destes casos.

Concretamente, na altura das eleições autárquicas, um jornalista, cuja idoneidade e honra é inquestionável, geralmente responsável pelos contactos institucionais com o PS, foi deslocado para o acompanhamento da campanha do PSD por ser, alegadamente, demasiado favorável e benevolente para com os dirigentes socialistas. A hierarquia da secção, por achar que esta proximidade não lhe permitia exercer criticamente o seu papel, reagiu preventivamente e afastou-o dos seus contactos habituais.

No mesmo período, o jornalista que era responsável pela campanha autárquica do PCP foi alertado pela equipa de editores para o perigo potencial do uso das redes sociais durante a campanha: qualquer comentário negativo sobre o partido poder-lhe-ia custar o acesso às fontes de informação ligadas ao partido, votando-o à exclusão.

A bem do rigor e da verdade científica, devemos admitir sem rodeios que os jornalistas não são seres celestiais sem qualquer tipo de idiosincrasias. Estes profissionais têm, e é compreensível que as tenham, orientações político-partidárias e um pensamento crítico sobre o mundo e sobre a sociedade. Porém, o perigo maior reside na incapacidade de se distanciarem objetivamente dessas orientações quando estão no exercício de funções. Assim, apesar de reconhecermos que as orientações político-partidárias dos jornalistas devem ser respeitadas enquanto parte integral da identidade individual de cada um, isso não desculpabiliza uma atitude de militância, seja ela de contestação permanente ou de apoio declarado a um determinado partido ou ator político.

Os jornalistas, quando se colocam em situações de risco – e a especialização no tratamento com uma *cor política* quase em regime de exclusividade, é uma situação de risco – ou quando procuram jogar o jogo nos bastidores do poder, podem ser usados pelas fontes de informação como veículos estratégicos de disseminação ideológica. Essas fontes, cujos objetivos passam, muitas vezes, por atentar contra à honra e o bom nome dos seus adversários políticos, tentam transformar o jornalismo numa arma de arremesso. O sucesso, ou não, dessa estratégia depende da capacidade de os jornalistas de resistirem ao assédio e à manipulação.

A equipa de profissionais que integra a secção Política do *Diário de Notícias* é formada por jornalistas devidamente conscientes dos seus valores ético-deontológicos. Todavia, e infelizmente, não se pode dizer o mesmo da maioria dos representantes da classe política que os rodeia. Ainda que possam estar verdadeiramente comprometidos com os cânones que edificam, dignificam e legitimam a profissão, a realidade é que mesmos estes jornalistas experienciados podem estar a tornar-se alvos cada vez mais fáceis dos interesses dos poderosos, porque a política da empresa a que pertencem assim o estimula: a especialização em relacionamentos estratégicos dentro de um setor político específico pode, eventualmente, despojar os jornalistas de capacidade de análise crítica.

Finalizando, devemos fazer um justo elogio ao *Diário de Notícias*: a política de distribuição dos jornalistas pelos vários quadrantes sociais, da esquerda à direita, teve o condão de aproximar o jornal das fontes de informação menos poderosas e que se costumam colocar à margem da governação. O espetro de vozes ouvidas está, hoje, e no nosso entender, mais alargado aos partidos e aos movimentos partidários da esquerda, o que se traduz num ténue, mas importante, aumento do pluralismo ideológico. Alguns poderão afirmar que é uma atitude de aproveitamento da onda de contestação que atingiu o Executivo PSD-CDS e que encontra as suas vozes mais críticas e duras nos quadrantes políticos mais à esquerda da governação. Seria um ato de ingenuidade da nossa parte discordar em absoluto desta visão. Ainda assim, se é o mais perto que podemos chegar da pluralidade informativa e da heterogeneidade de vozes políticas, à luz do que são hoje as políticas massificadoras dos *media*, não podemos deixar de o aplaudir.

### 3. Questões finais

A minha experiência enquanto estagiário do *Diário de Notícias* permitiu-me perceber como se processa a relação entre jornalistas e fontes de informação. A nosso ver, nenhum destes atores domina, no sentido real do termo, esta relação. De facto, ambos têm uma posição forte à mesa das negociações: as fontes poderosas (os políticos) disfrutam de um acesso regular aos *DN*, o que lhes permite influenciar a agenda mediática. O seu estatuto de grande autoridade e credibilidade aos olhos dos *media* torna-os fontes primordiais da informação que veicula diariamente. Ainda assim, os jornalistas (ainda) são responsáveis pelo tratamento de informação, pelo menos quando se tratam de reportagens de maior envergadura. Conseguem igualmente controlar o teor e a focagem das notícias, ainda que o possam fazer de forma perversa. Os interesses e objetivos que as fontes escondem quando fornecem informações resvalam nos obstáculos levantados pelos jornalistas. Considerá-los como simples *caixas-de-ressonância* dos políticos é um discurso perigoso e desconhecedor da realidade.

Ainda assim, não devemos ignorar o peso que as profundas transformações do mercado tiveram no *Diário de Notícias*. O garrote financeiro que o estrangula mudou a forma como jornalismo é feito na redação: existe hoje uma tendência para repetir até à exaustão o que a televisão transmite; a dependência das agências de informação é igualmente promotora da homogeneização da informação, tornando-a cada vez mais redundante, pobre e fragmentada; os jornalistas mais experientes estão tão ou mais desmotivados com a precariedade dos seus estatutos, como aqueles que entram nas redações, carregados de sonhos e ilusões, e que depois se apercebem que *são carne para canhão*.

Em sentido inverso, as fontes de informação profissionalizaram-se. Os políticos fazem-se representar por assessores que, na sua maioria, são antigos jornalistas a operar no outro lado da batalha. Por serem conhecedores exímios das práticas produtivas e dos constrangimentos das redações ampliaram o poder persuasivo dos seus representados.

A hiper-dramatização, fomentada pelo apelo permanente às emoções e a personalização das notícias sobre política, perverteu a discussão pública, colocando o foco em aspetos triviais, e secundarizou o debate sobre os verdadeiros problemas sociais do país. Os jornalistas, mesmo os mais convictos dos seus deveres enquanto informadores e educadores da audiência, são obrigados a ceder a este impulso para

acompanhar a concorrência. Ato contínuo, vão-se libertando das amarras de consciência que os impelem a ser rigorosos e imparciais. O jornalismo de militância germina neste terreno fértil. Foi, no entanto, o compromisso possível entre a informação e o espetáculo: não desvirtua completamente a primeira, nem se submete à arbitrariedade do segundo.

As dúvidas acumulam-se... O que será do *Diário de Notícias* se prosseguir e insistir na sua política de desvalorização do produto jornalístico e dos seus ativos mais importantes, os jornalistas? Para onde caminha, se não para a exterminação, um jornal que não protege os seus melhores trabalhadores, que não aposta com seriedade em jovens valores e que continua desorientado no que toca à aposta no jornalismo *online*? O que será do *DN* se não sabe o que é nem o que se espera dele? Todas estas questões levam-nos a ponderar: se hoje é abusivo afirmar que os jornalistas estão reduzidos à mera condição de porta-vozes dos agentes poderosos, torna-se evidente que a realidade está a mudar à *velocidade da luz*. No futuro, a autonomia e a liberdade dos jornalistas do *Diário de Notícias* poderão ser uma memória de um passado longínquo.

## Conclusão

O presente relatório de estágio é, ou tenciona ser, um levantamento de algumas das questões que mais nos preocupam sobre o jornalismo e a sua relação com o poder. Em boa verdade, nunca procurou ser mais do que isso, porque, com efeito, nunca foi a nossa intenção fechar o círculo sobre questões demasiado complexas para serem simplificadas e assumidas como verdades absolutas. Aliás, outra atitude que não essa parecer-nos-ia irresponsável. Reduzir simplesmente a discussão sobre a relação entre fontes de informação e jornalistas à mera formulação de “Quem domina quem?” é desvirtuá-la por completo - contextualizar o jornalismo, aproxima-nos da realidade.

Os *media* são, como aliás vimos, poderosos veículos ideológicos porque operam dentro de uma determinada comunidade pautada por um enorme conjunto de valores. Todavia, isto não significa que os *media* sejam servos das elites dominantes. Propomos ao leitor o seguinte raciocínio: experimente imaginar uma célula a viver isoladamente dentro do sistema imunitário, sem nunca desempenhar as funções para as quais está formatada. Perderia a sua identidade como célula e transformar-se-ia num simples corpo estranho. Agora tente imaginar um lobo que nunca pertenceu a uma alcateia e que nunca contactou com outros lobos. Não fossem os genes inscritos no seu *ADN*, e não seria verdadeiramente um lobo. Agora, mais difícil ainda, tente imaginar-se a si tendo nascido noutra família, noutro país ou mesmo noutro continente. Não seria a mesma pessoa. Porquê? Porque não construiria nem compartilharia os mesmos valores culturais, as mesmas orientações ideológicas, os mesmos laços emocionais, nem sequer o mesmo idioma que, hoje, lhe dão a garantia de saber quem é e qual o seu lugar no mundo. Isto tudo para demonstrar que não existem indivíduos sem a comunidade que os suporta, seja ela de grandes dimensões (uma cidade, um país), ou de pequenas dimensões (uma tribo indígena, por exemplo). Aliás, e levando o exercício ainda mais longe, se o leitor se visse privado do contacto com seres semelhantes, perderia toda a identidade que o caracteriza como ser humano.

É neste sentido que devemos olhar criticamente os *media*, ou seja, como parte de um todo. Reproduzem ideologias dominantes porque estão integrados numa comunidade de incomensuráveis dimensões, onde os valores individuais dispersos tendem a dar lugar aos valores comunitários que a unem como sociedade. A nosso ver, não devemos colocar os nossos esforços em tentar desconstruir esta realidade. A nossa

missão deve ser, sim, perceber em que medida é que os *media* deixam de ser reprodutores de certas ideologias dominantes que atravessam e que compõem uma sociedade, enquanto laços de identidade comunitária, para passarem a ser promotores ativos de certos valores e significados de uma determinada casta social elitista, dos mais poderosos, obliterando, ou, até mesmo, oprimindo os geradores de contra-definições.

Foi com este espírito de missão que procuramos escrutinar a relação entre as poderosas fontes de informação, os políticos e os agentes económicos, e os jornalistas, nunca esquecendo que estes também têm as suas próprias idiossincrasias. Se podemos retirar uma conclusão da nossa experiência empírica e analítica é que os jornalistas não devem ser encarados como simples agentes ao serviço do poder instalado das elites. A nosso ver, é um discurso irresponsável e demasiado perigoso porque coloca em causa os próprios valores democráticos: o que será de um país em que todos os jornalistas e *media*, os grandes guardiões da verdade, estão corrompidos?

Depois de afastarmos esse fantasma, temos de enfrentar outros, estes bem mais reais e complexos quando comparados aos seus congéneres conspirativos. A relação de poderes está, hoje, como fizemos questão de denunciar nos capítulos II e III, em risco de se desequilibrar profundamente. O jornalismo, e principalmente a imprensa, não está a saber adaptar-se à nova era da informação. Estão a perder recursos materiais e humanos à mesma velocidade que perdem qualidade informativa. Os jornalistas, esses, estão cada vez perdidos no limbo entre comunicadores e informadores e cada vez mais feridos de morte na sua autonomia e liberdade. Será seguro garantir que, num futuro não muito distante, os jornalistas não se transformem em militantes travestidos e armas de arremesso político?

Não temos, infelizmente, resposta para esta e para outras questões. Ainda assim, a nossa obrigação enquanto investigadores, mas, e sobretudo, enquanto cidadãos, é ter uma permanente atitude de crítica perante as alegadas pressões e as manipulações de jornalistas e, ao mesmo tempo, uma atitude de perscrutação contínua sobre eventuais atropelos dos valores ético-deontológicos. Acreditamos piamente que, enquanto cidadãos, temos o dever de exigir uma classe política com mais transparência e uma maior proteção do estatuto socioprofissional dos jornalistas, assim como um mercado melhor regulado. Caso contrário, acabaremos nós próprios reféns de um jornalismo politizado, manipulado e frágil... Acabaremos filhos de uma democracia fraca.

## Bibliografia

**BREED**, Warren (1955). “Controlo social na redacção. Uma análise funcional”, in Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, Vega, Lisboa, 1999, pp. 152-166

**CAMPONEZ**, Carlos. 2009. *Fundamentos da Deontologia do Jornalismo: A auto-regulação frustrada dos jornalistas portugueses (1974-2007)*. Dissertação de Doutoramento em Letras, na área científica de Ciências da Comunicação, especialidade em Ética e Deontologia da Comunicação, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

**CORREIA**, Fernando. 2004. “Jornalismo e interesses de classe”, Ponencia preparada para el Encuentro Internacional Civilización o Barbarie – Desafios del Mundo Contemporáneo. Serpa, Portugal, 23/25 de septiembre

**CURRAN**, James. (2003). *Media and Power*, Taylor & Francis e-Library

**FERNANDES**, Ferreira, 2014 “A caça a Hitler pelas cervejarias de Munique”, in *Diário de Notícias*. Disponível em: <http://150anos.dn.pt/2014/08/02/a-caca-a-hitler-pelas-cervejarias-de-munIQUE>. Consultado a 30 de Agosto de 2014.

**FIGUEIRA**, João. 2007. *Os Jornais Como Actores Políticos*, MinervaCoimbra, Coimbra

**FIGUEIRA**, João. 2012. *O Essencial Sobre a Imprensa Portuguesa (1974-2010)*, Angelus Novus, Coimbra

**FIDALGO**, Joaquim. 2008. *O Jornalista em Construção*, Porto Editora, Porto

**GONÇALVES**, Vítor. 2005. *Nos Bastidores do Jogo Político – O poder dos assessores*, MinervaCoimbra. Coimbra.

**HALL**, Stuart, *et. al*, “A Produção social das notícias: O muggin nos media”, in Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, Vega, Lisboa, 1999, pp.224-257

**HERMAN**, Edward (1985). “A diversidade de notícias: «Marginalizando» a oposição” in Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, Vega, Lisboa, 1999, pp.214-223

**MCCHESENEY**, Robert. 2000. “Journalism, Democracy,... and Class Struggle”, Monthly Review. Volume 52, Issue 06 (November). Disponível em: <http://monthlyreview.org/2000/11/01/journalism-democracy-and-class-struggle/>.

Consultado a 20 de Agosto de 2014.

**MEIRELES**, Sara. 2007. *Os Jornalistas Portugueses: Dos problemas de inserção aos novos dilemas profissionais*, MinervaCoimbra, Coimbra

**MESQUITA**, Mário. 2006. *O Quarto Equívoco: O poder dos media na sociedade contemporânea*, MinervaCoimbra, Coimbra

**MESQUITA**, Mário. 2000. *O Poder do Jornalismo - Análise e textos da teoria do agendamento*, MinervaCoimbra, Coimbra

**MOLOTCH**, Harvey e **LESTER**, Marilyn (1974). “As Notícias como Procedimento Intencional: Acerca do Uso Estratégico de Acontecimentos de Rotina, Acidentes e Escândalos”, in Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, Vega, Lisboa, pp. 27-33

**MOREIRA**, Vasco. 2006. *Fontes Sofisticadas de Informação - Análise do produto jornalístico político da imprensa nacional diária de 1995 a 2005*, Dissertação de Mestrado de Comunicação e Cultura, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

**NEGRÃO**, João. 2005. “O jornalismo e a construção da hegemonia”, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/negrao-joao-jornalismo-construcao-hegemonia.pdf>. Consultado a 20 de Agosto de 2014

**SANTOS**, Rogério. 2003. *Jornalistas e Fontes de Informação – A sua relação na perspectiva da sociologia do jornalismo*, MinervaCoimbra, Coimbra.

**SERRANO**, Estrela. 1999. “Jornalismo e as Elites do Poder”. Escola Superior de Comunicação Social Instituto Politécnico de Lisboa. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/serrano-estrela-jornalismo-elites-poder.pdf>. Consultado a: 3 de Agosto de 2014

**SERRANO**, Estrela. 2006. “A dimensão política do jornalismo”, in *Comunicação & Cultura*, n.º 2, 2006, pp. 63-81. Disponível em: [http://comunicacaoecultura.com.pt/wpcontent/uploads/2010/07/02\\_03\\_Estrela\\_Serrano.pdf](http://comunicacaoecultura.com.pt/wpcontent/uploads/2010/07/02_03_Estrela_Serrano.pdf). Consultado a: 3 de Agosto de 2014

**SOUSA**, Jorge Pedro. 2002. *A Utilização de Fontes Anónimas no Noticiário Político dos Diários Portugueses de Referência: Um estudo exploratório*, Universidade Fernando Pessoa, Porto. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-utilizacao-fontes-anonimas.pdf>. Consultado a: 28 de Julho de 2014

**TAVARES**, Miguel Sousa. 2003. “O Massacre do Jornalismo”, in *Público*. Disponível em: <http://www.publico.pt/espaco-publico/jornal/o-massacre-do-jornalismo-201011>. Consultado a: 2 de Setembro de 2014

**TRAQUINA**, Nelson (1988). “As Notícias”, in Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, Vega, Lisboa, 1999, pp. 167-176

**TUCHMAN**, Gaye (1971), “A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas”, in Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, Vega, Lisboa, 1999, pp. 74-90

**TUCHMAN** (1976), Gaye “Contado Estórias”, in Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, Vega, Lisboa, 1999, pp. 258-262

**VALDEMAR**, António. 2004. “Um jornal que faz história e faz parte da História”, in *Diário de Notícias*. Disponível em: [http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content\\_id=594419](http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=594419). Consultado a: 15 de Junho de 2014

### **Páginas da internet utilizadas**

<http://www.feq.pt/eca-de-queiroz.html>

[http://www.apct.pt/Analise\\_simples.php](http://www.apct.pt/Analise_simples.php)

<http://www.cne.pt/content/eleicoes-para-assembleia-da-republica-1976>

<http://www.cne.pt/content/eleicoes-para-o-presidente-da-republica-1976>

<http://www.brookings.edu/experts/hesss?view=bio>



## **Anexos**

## Anexo I

Pedro Passos Coelho vs. Aníbal Cavaco Silva.

17 de Setembro de 2013. *Diário de Notícias*

# Passos esquece recados de Cavaco e defende rumo do Governo

**PSD.** Foi um regresso ao 'Cavaquistão', mas resguardado, em que o presidente social-democrata defendeu que a campanha eleitoral para as autárquicas "não pode ser um exercício de eleitoralismo". Passos ignorou os avisos do Presidente

MIGUEL MARUJO

Passos Coelho deixou de lado qualquer referência aos recados de Cavaco Silva sobre os cortes nas pensões – que o Presidente da República classificou como "imposto extraordinário" (ver pág. 25) – num discurso de 30 minutos, ontem à noite em Viseu, onde sublinhou que o endividamento que aconteceu desde 1999 até 2011 deixou o país sem "folga" para a educação, a cultura, a saúde ou a segurança social.

Até 2013, Portugal "terá pago oito mil milhões de euros de juros da dívida", recordou. "Já imaginaram a folga que não tínhamos", questionou, antes de dizer porque não foi possível, segundo o presidente do PSD, apostar nestas áreas. "A dívida foi contraída sem que as pessoas se apercebessem dela, com artifícios, varrida para debaixo do tapete." Não se espere portanto uma mudança no rumo. Afinal, disse Passos, "mal seria que uma campanha eleitoral não fosse de esperança". Mas, notou, "não pode ser um exercício de eleitoralismo [...] Não posso vir prometer fazer o contrário do que fizemos até hoje."



### ACUSAÇÕES

“A dívida foi contraída sem que as pessoas se apercebessem dela, com artifícios, varrida para debaixo do tapete”

“Aqueles que sempre criticaram têm hoje uma grande dificuldade em explicar como é que começam a aparecer sinais positivos [...] Aqueles que dizem que se devem aliviar sacrifícios, com menos impostos, são aqueles que nos levaram a esta situação em 2011”

PEDRO PASSOS COELHO  
PRESIDENTE DO PSD

cia "um novo ciclo", numa autarquia presidida por Fernando Ruas há 23 anos (que recebeu uma das ovacões da noite), e onde Al-

## Anexo II

Marco António Costa vs. José António Seguro. PSD vs. PS.

20 de setembro de 2013. *Diário de Notícias*

# Porta-voz de Passos Coelho faz de Seguro o bombo da sua festa

**PSD.** Marco António Costa não esquece a anterior governação socialista de Sócrates, mas aponta todas as críticas principalmente para António José Seguro, alvo preferencial da campanha dos sociais-democratas: "Já prometeu de tudo"

MIGUEL MARUJO

Se Marco António Costa pegasse no tambor e tocasse a maçaneta, o bombo seria António José Seguro. O porta-voz do PSD, que faz as vezes do líder social-democrata na campanha do partido, insiste em escrever a sua música com uma pauta de críticas ao secretário-geral do PS e aos socialistas.

Ontem, pela manhã numa arruada na Sertã (a primeira que se pode chamar assim, nesta campanha do PSD) ou à tarde numa sessão com apoiantes em Castelo Branco, Marco António recorda o papel dos socialistas na chegada da *troika* a Portugal, insiste no despesismo que diz ser a marca da governação socialista anterior e atira-se às promessas socialistas, que afirma serem diárias. "Não há dia em que o líder do maior partido da oposição não faça uma promessa, já prometeu de tudo", afirmou em Castelo Branco.

"Começa a ser uma ofensa", nota. Para dizer em que se traduz essa ofensa – na "dema-gogia e falta de realismo" do PS, acusa o coordenador da Comissão Política Nacional social-democrata. Dois anos depois, as notas desafinam quando se referem aos seis anos de governo socialista, de uma "riqueza aparente", quando o que "sucedeu foi uma hecatombe". "Há muito tempo que o Partido Socialista não tem mão nem consciência", afirmou, para explicar: "Não tem mão para governar nem consciência" do que fez no seu tempo de governação.

Na Sertã, os Tambores de Casal da Madalena (e uns ferrinhos) acompanharam Marco António Costa. À falta de muita gente nas ruas, o porta-voz e o candidato à autarquia local, José Farinha Nunes, entraram loja a loja, entre atalhados, ouro para a troca, cafés, livros e artigos escolares, mercearias e cabeleireiros e barbeiros. Também havia estabelecimentos fechados – e o carro de som do

PSD local que prometia por entre os bom-bos: "O emprego é o principal alvo da nossa ação."

O porta-voz social-democrata preferiu insistir no seu alvo. E no final da arruada voltaria à carga. "O PS olha com displicência para as responsabilidades do Estado" ao criticar a "obsessão" do Governo com os mercados financeiros, apontaria Marco António. E apontou o dedo ao líder socialista, que na quarta-feira – num jantar-comício em Fafe – tinha acusado Passos Coelho de "insensibilidade", por não querer fixar a meta orçamental em 5% do PIB e estar "mais preocupado com os mercados" do que com "a realidade do País". Afinal, argumentou, "os mercados são a fonte de financiamento das empresas, das famílias, da sociedade e do Estado". E se não fossem esses mercados, insistiu, Portugal estaria numa situação próxima de maio de 2011, quando fez o pedido de assistência financeira.

Na declaração feita perante a comitiva de candidatas e apoiantes que o acompanharam pelas ruas da vila, Marco António voltou a referir-se ao discurso de António José Seguro. "Espanta-nos a circunstância do PS afirmar que existe uma obsessão [nossa] com os mercados." E rematava com uma farpça ao líder socialista, que no último fim de semana prometeu lutar por um preço da botija de gás igual ao do gás natural. "Não me ouvirão a falar de botijas de gás, mas nesta campanha cheira a um populismo salão."

Em Castelo Branco, a candidata à junta de freguesia local deu conta aos jornalistas de uma campanha que pretende ser inovadora em termos de comunicação. Por isso, a lista de Ana Rita Calmeiro propôs-se fazer uma hora de voluntariado por cada euro gasto na campanha eleitoral. E fizeram bolos para oferecer, em vez de distribuir canetas (que as havia na candidatura municipal) ou brindes.

## Anexo III

Aníbal Cavaco Silva vs. Pedro Passos Coelho.

26 de setembro de 2013. *Diário de Notícias*

# PR avisa Passos: quer consolidação “amiga do crescimento”

**Recado.** Cavaco Silva apelou ontem aos agentes políticos para centrarem discurso na “criação de emprego”. Afirmações feitas durante um encontro em Belém com representantes das empresas ‘start-up’ de 25 países

FRANCISCO MANGAS

O Presidente da República defendeu uma “consolidação orçamental amiga do crescimento económico”. A expressão, refere Cavaco Silva, aparece ultimamente nos documentos das instituições internacionais, e Portugal tem de lhe “dar mais sentido”. Por essa razão, desafiou os agentes políticos a reforçar o discurso sobre os fatores de crescimento económico e de criação do emprego.

Durante um encontro com representantes das empresas *start-up* de 25 países, realizado ontem em Lisboa, Cavaco lembrava que “há muito tempo” se tem revelado “quão amigo” é do crescimento económico e da criação de emprego, sem receio de revelar publicamente essa sua orientação.

“Nós temos de dar mais sentido a uma expressão que ultimamente tem sido muito referida nos documentos oficiais das instituições internacionais que acompanham a situação económica e financeira portuguesa, que é ‘consolidação orçamental amiga do crescimento económico’”, afirmou o Chefe do Estado.



### FRASES

“  
Nós temos de dar mais sentido a uma expressão que ultimamente tem sido muito referida nos documentos oficiais das instituições internacionais que acompanham a situação económica e financeira portuguesa, que é ‘consolidação orçamental amiga do crescimento económico’”

“Uns falam de outras coisas, mas eu digo-vos que continuarei a falar sobre os fatores de desenvolvimento do crescimento económico, da criação de emprego e do reforço de competitividade das nossas empresas”

“[É preciso] mais espaço para falar dos fatores de crescimento económico e de criação de emprego”

A comunicação social, em particular a televisão

## Anexo IV

### **Troika vs. Portas e Tribunal Constitucional.**

4 de outubro de 2013. *Diário de Notícias*

# 'Troika' culpa Portas e pressiona juizes do Constitucional

**Medidas.** A oposição diz que foi anunciado "um novo programa de austeridade". BCE, CE e FMI apontam responsáveis para a derrapagem da dívida (Portas e 'chumbos') e avisam tribunal para riscos futuros

MIGUEL MARUJO

É um reparo diplomático, mas a *troika* não deixa dúvidas no seu comunicado: a crise política de julho, provocada pela demissão "irrevogável" de Paulo Portas, acabou por fazer derrapar a dívida portuguesa. E os "chumbos" do Tribunal Constitucional não ajudaram.

mercados financeiros."

Se a CE, o BCE e o FMI não têm dúvidas em apontar o dedo ao Tribunal Constitucional, sobre os riscos futuros do programa de assistência, para a oposição parlamentar o problema mora no programa da *troika* aplicado pelo Executivo de Passos Coelho.

As medidas admitidas pelo Governo à *troika* em maio, numa car-

tem Eurico Brilhante Dias, do PS, em reação à avaliação da *troika*, "este pacote de austeridade não foi ainda implementado" - será em 2014. Ou como explicitou Pedro Filipe Soares, do BE, "a carta enviada por Passos Coelho à *troika* é um grande pacote de medidas de austeridade".

"O Governo e a *troika* apresentaram mais uma avaliação positiva



## Anexo V

Governo e FMI vs. portugueses.

8 de outubro de 2013. Diário de Notícias



Paulo Portas tinha recusado "TSU dos reformados" e Passos Coelho prometeu que não haveria mais aumentos de impostos. As novas medidas contradizem-nos

### Governo faz a vontade ao FMI e corta quase tudo em 2014

**Estado.** Em 2011, Vítor Gaspar carregou a fundo na austeridade para baixar défice e taxas de juro. Passos e Portas querem repetir o feito para regressar aos mercados. Em 2014, há cortes de 4000 milhões na despesa. E até sobem impostos

## Anexo VI

CGTP/IN vs. Governo

15 de outubro de 2013. Diário de Notícias

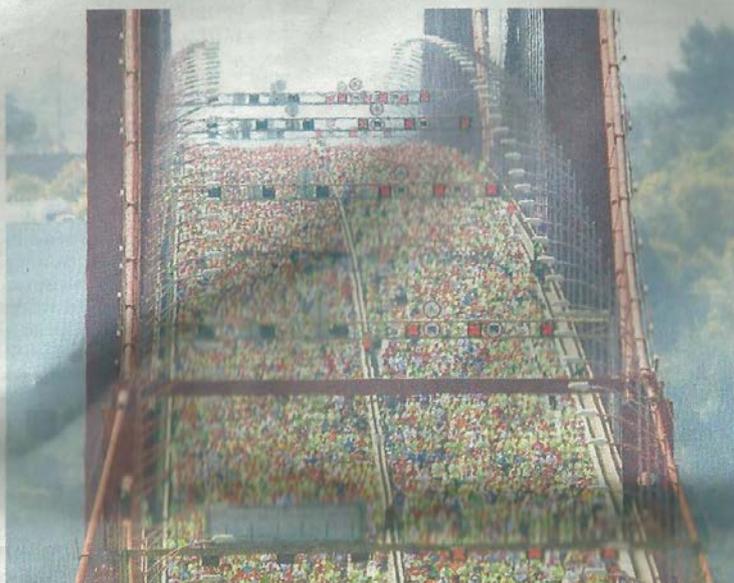
# CGTP mantém 'manif' proibida pelo Governo

**Polémica.** A central sindical diz que pode controlar nas portagens o acesso dos manifestantes à ponte e fazer um cordão humano no tabuleiro. MAI ignora as propostas

VALENTINA MARCELINO

O ministro da Administração Interna enviou ontem à noite à CGTP e à PSP um despacho a determinar a proibição da marcha da central sindical na Ponte 25 de Abril, marcada para o próximo sábado. Miguel Macedo invoca uma legislação assinada em 1974 por Vasco Gonçalves, segundo a qual as autoridades podem ordenar a alteração de desfiles "se tal for indispensável ao bom ordenamento de trânsito e de pessoas".

Esta foi a mensagem que o governante garantiu ter transmitido ao secretário-geral da central sindical, durante a reunião que decorreu ontem ao final da tarde no Ministério da Administração Interna. No entanto, nas suas declarações aos jornalistas, à saída do encontro, Arménio Carlos teve um discurso diferente, garantindo que o ministro não tinha "proibido nada" e que esta quarta-feira iria haver uma "reunião entre a PSP e os responsáveis da segurança da União dos Sindicatos de Lisboa para acertar os procedimentos" para a manifestação da Ponte 25 de Abril.



## Anexo VII

Domingos Névoa junta PSD e PS. 18 de setembro de 2013. *Diário de Notícias*

### Bloco central ao lado de Domingos Névoa

**BRAGAPARQUES** Domingos Névoa, administrador da empresa, apresentou o livro onde promete contar toda verdade sobre este caso

Foi numa sala do Hotel Plaza recheada de figuras ilustres, entre os quais Fernando Seara, candidato social-democrata à Câmara Municipal de Lisboa, e João Soares, ex-presidente da autarquia, que se deu o lançamento do livro de Domingos Névoa, *BragaParques – A Hora da Verdade*. Um livro que promete acrescentar muita tinta à controversa e mediática batalha judicial entre os irmãos Sá Fernandes e Domingos Névoa.

Coube a João Soares, aliás, a tarefa de apresentar o homem e o livro. O socialista, que reforçou publicamente o apoio a António Costa, fez questão de sublinhar “que

não deve nada a Domingos Névoa”, que considera “um homem de honra, de família (...) e um trabalhador incansável” e que “deixou que nesta sociedade do espetáculo (...) lhe colassem um labéu difamante”, lembrando que também ele estava habituado à calúnia: “Ainda há muita gente que pensa que sou traficante de marfim!”

Domingos Névoa revelou alguns episódios do controverso processo que previa a requalificação do Parque Mayer. O administrador da BragaParques falou das “trapalhadas de Santana Lopes” em todo o processo e acusou o ex-presidente da câmara e o grupo Américo Amorim de terem usado a sua empresa como “barriga de aluguer” para a construção do casino nesta zona, entretanto vetado e deslocado para a zona da Expo.

As palavras mais duras recaíram



Administrador da BragaParques, Domingos Névoa

sobre os irmãos Sá Fernandes que “procuravam mediatismo político” à custa deste processo. Névoa acusou Ricardo Sá Fernandes de

“lhe ter montado uma armadilha” e negou alguma vez ter dado dinheiro aos irmãos Fernandes. “Reuniões com pessoas dessas só numa piscina”, acrescentou o empresário, referindo-se às escutas ilícitas promovidas pelo advogado e que despoletaram todo o processo sobre as alegadas tentativas de suborno dirigidas a José Sá Fernandes.

Ele lembrou ainda que “nos últimos anos não há um caso por julgar na Ordem dos Advogados, com exceção do caso de Ricardo Fernandes”, que ainda ontem viu confirmado a condenação como autor material do crime de gravação ilícita, depois de ter perdido o recurso no Supremo Tribunal.

Com tudo isto, o empresário Domingos Névoa calcula que os prejuízos da BragaParques sejam “superiores a 300 milhões de euros”.